

Alexandre Ribeiro Lessa
José Normando Gonçalves Meira
Wendell Lessa Vilela Xavier
Organização

COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO

COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

Alexandre Ribeiro Lessa
José Normando Gonçalves Meira
Wendell Lessa Vilela Xavier
ORGANIZADORES

COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO



Catu, BA

2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
<https://www.editorabordogrena.com>
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Editora Bordô-Grená
Capa: Keila Lima de Assis
Editoração: Editora Bordô-Grená
Revisão textual: Anderson de Almeida Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

C834

Cosmovisão cristã e Educação : [Recurso eletrônico] : / Organizadores Alexandre Ribeiro Lessa; José Normando Gonçalves Meira; Wendell Lessa Vilela Xavier. – Catu: Bordô-Grená, 2021.

2269kb, 171fls.

Livro eletrônico
Modo de acesso: Word Wide Web <www.editorabordogrena.com>
Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-79-6 (e-book)

1. Cosmovisão Cristã. 2. Educação. 3. Estudos bíblicos. I. Título.

CDD 261.51
CDU 26

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	8
<i>Organizadores</i>	
PODEMOS CONHECER? A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA VERDADE	14
<i>Christian Brially Tavares de Medeiros</i>	
COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	32
<i>Robson do Boa Morte Garcez</i>	
A AGENDA POLÍTICA DOS MISSIONÁRIOS PRESBITERIANOS NO JORNAL IMPRENSA EVANGÉLICA (1864-1867)	62
<i>Carlos Kleber Araújo de Oliveira e Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento</i>	
COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PIONEIRISMO E LEGADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE LATICÍNIOS	88
<i>Lucas Pereira Rezende e Marcel Mendes</i>	
COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO MASCULINA	106
<i>José Normando Gonçalves Meira</i>	
A HERMENÊUTICA REFORMADA DE JOÃO CALVINO E A CONSTRUÇÃO DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ DE EDUCAÇÃO	129
<i>Wendell Lessa Vilela Xavier</i>	
SOBRE OS AUTORES E AUTORA	168
SOBRE OS ORGANIZADORES	171

APRESENTAÇÃO

Todas as concepções que as pessoas manifestam são frutos de uma “visão de mundo” que elas carregam. As opiniões políticas, artísticas, eclesiais, religiosas, todas são reflexos daquilo que está mais profundamente enraizado em seus corações e que mostram o modo como creem e como se relacionam com Deus. No fundo, todas as expressões de vida dos humanos são maneiras de eles manifestarem a relação que têm com o Senhor – tanto de proximidade quanto de afastamento – e de revelarem a qual “senhor” eles servem.

Para o cristão, o mundo pluralista é um enorme desafio para se manifestar positivamente em relação às suas convicções. No mundo pluralista, não basta apenas sustentar uma fé tradicional ou um cristianismo recebido por herança. É preciso mais do que isso – é preciso convicção fundamentada, firmada, consistente, robusta. Assim como Paulo advertiu aos crentes de Corinto: “Destruímos argumentos e toda pretensão que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo pensamento, para torná-lo obediente a Cristo” (2Co 10.5).

Outra questão deve ser colocada: de onde o cristão deve tirar suas conclusões sobre o mundo e a realidade? Onde o cristão deve fundamentar suas respostas às provocações que o mundo caído faz? Qual o critério de análise e qual o padrão de nivelamento entre o “sim” e o “não”, entre o “certo” e o “errado”?

É certo que a resposta do cristão será “as Escrituras Sagradas”. Mas as Escrituras não podem ser lidas de qualquer maneira. Elas não são um romance ou um livro científico. Elas não são um livro qualquer, como uma antologia de um grande escritor. Elas são a “revelação” do próprio Deus. Elas devem ser lidas com o objetivo de dirimir “todas” as dúvidas acerca da realidade. Ao dizer “todas”, não se quer dizer que encontraremos respostas para “todas” as nossas dúvidas, mas é certo que, de todas as necessidades humanas teremos respostas

nas Escrituras. A razão é porque Deus se revelou nas Escrituras e as revelou com o fim de mostrar a todos nós o que é e o que há de ser.

O mundo pluralista cria suas dúvidas – sobre a política, sobre as artes, sobre os métodos eclesiais, sobre a família e tantas outras questões. À medida que buscamos nas Escrituras as respostas para as nossas dúvidas, tornamo-nos mais robustos em nossa fé e adquirimos uma visão mais moldada à luz da vontade de Deus. Como acertadamente afirmou o pastor Timothy Keller, “a fé nutrida por alguém pode desmoronar praticamente da noite para o dia, caso, ao longo da vida, essa pessoa tenha deixado de ouvir com paciência as próprias dúvidas, que devem ser descartadas só depois de muita reflexão”¹. E essa reflexão deve ter como base fundamental as Escrituras Sagradas.

A *Confissão de Fé de Westminster* afirma, no seu capítulo I, algo de suma importância e que precisa ser reenfocado em nossos dias: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela” (I.VI) e “Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em uma ou outra passagem da Escritura são tão claramente expostas e aplicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas” (I.VII). Assim, a revelação de Deus sobre si mesmo, sobre o homem e sobre todas as demais coisas concernentes à salvação está nas Escrituras, o que faz das Escrituras o padrão de fé e o padrão de leitura do mundo.

O salmo 24.1 afirma: “Ao SENHOR pertence a terra e tudo é que nela se contém, o mundo e o que nele habitam”. A revelação nas Escrituras, portanto, é de que Deus não somente criou o Universo, mas o governa e o administra. Ele não abandonou o seu mundo. E governa não somente as estruturas criadas, mas tudo o que há nessas estruturas. Foi essa compreensão que levou Abraham Kuyper (1837 – 1920), em sua aula inaugural na fundação

¹ Timothy Keller, *A Fé Cristã na Era do Ceticismo*. Vida Nova, 2015.

da Universidade Livre de Amsterdam, a afirmar que “não há nem um centímetro em toda a área da existência humana da qual Cristo, o soberano de tudo, não proclame: ‘Isso é meu’”².

Uma cosmovisão cristã é “Afirmar que o cristianismo é a verdade sobre a realidade total significa dizer que é uma cosmovisão que envolve tudo. O termo significa, em seu sentido literal, visão de mundo, uma perspectiva bíblicamente instruída sobre a totalidade da realidade. A cosmovisão é como um mapa mental que nos diz como navegar de modo eficaz no mundo. É a impressão da verdade objetiva de Deus em nossa vida interior” (Nancy Pearcey).

Foi com o propósito de afirmar a educação sob a perspectiva de uma visão de mundo cristã é que este e-book foi idealizado e constituído. Nele, todos os capítulos visam defender um tipo de influência cristã no processo de educação. Tanto do ponto de vista historiográfico, quanto filosófico, jurídico ou teológico, os autores convidados buscaram apresentar tópicos que argumentam em favor do real, relevante e substancial impacto produzido na comunidade acadêmica e o lugar da uma cosmovisão cristã na prateleira do conhecimento.

Não é de hoje que a produção de trabalhos acadêmicos por parte dos protestantes é numérica e qualitativamente significativa. Ainda que haja algum tempo, R. Hooykaas afirmara que “as pesquisas sociológicas têm demonstrado que, até bem recentemente, os protestantes foram relativamente mais numerosos entre os cientistas do que seria de se esperar em função do seu número global”³. E Hooykaas apresenta uma estatística bem robusta para provar seu argumento.

Dentre os vários aspectos apresentados por Hooykaas que justificam o interesse dos protestantes pela produção acadêmica, destacamos o *Soli Deo Gloria*. De todos os aspectos, esse parece ser aquele que mais comove nosso ser

² Citado por Henry Van Til, em *O Conceito Calvinista de Cultura*, Cultura Cristã, 2010, p.139.

³ HOOYKAAS, R. *A religião e o desenvolvimento da ciência moderna*. Brasília: Academia Monergista, 2021. p. 127.

interior e justifica nossa existência. Todo protestante reformado sabe que foi criado por Deus com o objetivo de glorificá-lo para sempre em todas as coisas. Poderíamos amparar esse argumento com diversos textos bíblicos, mas ficaremos com dois apenas: Efésios 1.5-6 e 1 Coríntios 10.31, a saber: “... predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado”; e, “Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus”.

Assim, todo o esforço intelectual do cristão reformado visa à glória de Deus. Por isso, os textos aqui apresentados foram escritos com o objetivo principal de glorificar a Deus e, secundariamente, oferecer aos leitores uma compreensão ampla de uma visão cristã de mundo aplicada a várias áreas e conceitos. Cada tema mostra a relevância e a amplitude da ideia de uma educação pautada por uma cosmovisão cristã.

Agradecemos imensamente aos colegas que aceitaram nosso convite para integrarem conosco esse e-book. Somos muito gratos a Deus por permitirem a eles as condições de trabalho, de pesquisa e de escrita.

O primeiro capítulo é de autoria do professor Rev. Dr. Christian Brially Tavares de Medeiros, que apresenta sugestiva resposta à pergunta “Podemos conhecer? A importância do conhecimento da verdade”. Nesse capítulo, o Dr. Christian nos apresenta o conceito de verdade na Bíblia e a necessidade de se crer nessa verdade e segui-la como fundamento epistemológico. De fato, tudo começa por aqui, pois o cristão reformado entende – e isso se evidenciará com muita clareza nos textos posteriores – que é a partir da Bíblia que todo o entendimento da realidade é avalizado.

O segundo capítulo é de autoria do professor Rev. Me. Robson do Boa Morte Garcez, intitulado “Cosmovisão cristã e educação para a cidadania”. Nele, o professor Robson nos provoca à reflexão acerca dos conceitos de cosmovisão, cosmovisão cristã, educação e cidadania e, finalmente, aplica esses conceitos à ideia de uma educação cristã para a cidadania, enfocando conceitos caríssimos nos dias de hoje, como liberdade, responsabilidade, alteridade e

diversidade. Desse modo, o professor Me. Robson nos convida a refletir sobre aspectos religiosos, jurídicos e políticos de nossa época.

O terceiro capítulo é de autoria do professor Me. Carlos Kleber Araújo de Oliveira em parceria com a professora Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, intitulado “A Agenda Política dos Missionários Presbiterianos no Jornal Imprensa Evangélica (1864-1867)”. Nesse capítulo, os autores visam apresentar considerações introdutórias sobre a agenda política do Jornal Imprensa Evangelica (1864-1867), no tempo de atuação do missionário fundador da Igreja Presbiteriana no Brasil, o pastor americano Ashbel Green Simonton. Embasado na perspectiva de ética religiosa e econômica de Max Weber, e na noção de tática, de Michel de Certeau, que explicam, respectivamente, a influência da fé calvinista sobre as percepções do mundo (sobretudo a política) e o uso “astucioso” da imprensa, pretendemos discutir as pautas que interessavam aos pioneiros presbiterianos no contexto do Brasil Imperial.

O quarto capítulo é de autoria do professor Me. Lucas Pereira Rezende em parceria com o professor Dr. Marcel Mendes, intitulado “Cosmovisão Cristã e Educação Profissional: Pioneirismo e Legado na Formação de Professores para o Ensino de Laticínios”. Nesse capítulo, os autores apresentam a criação, em 1892, por parte dos missionários norte-americanos, na cidade de Lavras (MG), do Instituto Evangélico, primeira escola de orientação protestante do país, que tivera seu início em 1869 na cidade de Campinas (SP). A referida instituição se tornou responsável pela fundação da primeira Escola de Agricultura do estado de Minas Gerais (1908). O pioneirismo no ensino agrícola e a vanguarda no ensino agroindustrial são analisados à luz do seu contexto histórico e sociopolítico, com foco na influência da cosmovisão cristã no processo de formação de professores para a Educação Profissional.

O quinto capítulo é de autoria do professor Dr. José Normando Gonçalves Meira, intitulado “Cosmovisão cristã e educação masculina”. Nesse capítulo, o professor José Normando visa demonstrar, a partir de pesquisa documental, referente à concepção de masculinidade no meio cristão de

confissão protestante de tradição calvinista: a igualdade ontológica entre os sexos, mas ressaltando a diferença de papéis sociais. Essa vertente do cristianismo atribui ao homem o papel de liderança e as responsabilidades dela decorrentes, na família e na sociedade em geral. O capítulo analisa a relação entre as convicções religiosas cristãs e a formação do homem.

O sexto e último capítulo é de autoria do professor Dr. Wendell Lessa Vilela Xavier, intitulado “A hermenêutica reformada de João Calvino e a construção de uma cosmovisão cristã de educação”. Nesse capítulo, o professor Wendell apresenta aspectos pontuais da hermenêutica defendida e utilizada pelo reformador João Calvino e pelos demais reformadores e suas implicações na construção de uma visão bíblica de educação. Baseando-se especialmente nos textos de João Calvino e nos documentos produzidos pelos calvinistas posteriores, de modo especial as confissões de fé e os catecismos reformados em Westminster e Dort, o autor pretendeu verificar a relação entre a correta interpretação bíblica e a educação cristã para uma sociedade ordenada a partir de princípios estáveis e permanentes.

Esperamos, sinceramente, que cada texto aqui apresentado possa produzir reflexão produtiva e provocadora, capaz de promover interação e novas análises e de conduzir a novas abordagens acerca da educação a partir da sólida base da cosmovisão cristã.

Alexandre Ribeiro Lessa

José Normando Gonçalves Meira

Wendell Lessa Vilela Xavier

Os organizadores

CAPÍTULO 1

PODEMOS CONHECER?

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA VERDADE

Christian Brially Tavares de Medeiros

...é notório que jamais chega o homem ao puro conhecimento de si mesmo até que haja antes contemplado a face de Deus e da visão dEle desça a examinar-se a si próprio. (CALVINO, As Institutas I.1.2)

Podemos conhecer? Não quero ser abrupto em lançar uma pergunta já de início, perdoe-me, contudo, lhe convido para que pensemos, mesmo que de modo geral, acerca de alguns elementos que uma resposta minimamente pormenorizada exigiria...

Vivemos em um mundo onde informação é algo tão corriqueiro e, paradoxalmente, não debatido sem paixões e analisado criteriosamente quanto deveria, e, vez ou outra, de modo lamentável, circunstancialmente esquecido e depreciado em nossa época. Parece-nos algo tão natural ter acesso ao conhecimento que não mais nos questionamos com respeito ao modo e à validade dos conhecimentos adquiridos, provocando uma crença não justificada em relação às fontes e, também, ao conteúdo destas informações. Um exemplo claramente explícito está no fato recorrente das pessoas simplesmente reproduzirem notícias apenas porque foram publicadas em algum site na internet, que sem qualquer verificação, tomando como uma fonte fidedigna de informações verdadeiras, seguindo-se à pura e simples repetição dos conteúdos, uma ação comum não apenas para os “pobres mortais”, intelectualmente falando, com pouco ou quase nenhum critério de avaliação da verdade das informações, mas também dos que se arvoram arrogantemente do título de acadêmicos, “deuses dos saber”, geralmente inacessíveis, talvez porque não

possuírem real conhecimento de fato. A pergunta *Podemos conhecer?* se constitui em um questionamento altamente imprescindível em nosso tempo, pois tem sido desconsiderada tanto entre os “donos dos saberes” quanto dentre os “consumidores dos saberes”.

Por termos esta tarefa vocacional, precisamos mais do que nunca estar habilitados nesta prática deveras essencial a uma cosmovisão essencialmente coerente no exercício das funções educacionais, porquanto, precisamos conhecer, viver e ensinar a verdade em conformidade com nossos compromissos em relação aos credos confessionais. Consideramos que dois aspectos possuem vital importância a partir das consequências e implicações naturais que uma estrutura consciente de cosmovisão nos conduz, que sejam, a verdade e o conhecimento.

ESTRUTURA DE COSMOVISÃO

Seguimos de modo pretensamente didático que uma cosmovisão é composta pela tríade: metafísica, epistemologia e ética. Certamente não há consenso quanto a esta abordagem, contudo, necessitamos de um ponto de partida estruturante, ademais, uma ampla concordância além de não ser um objetivo muito desejável, também seria praticamente impossível de se alcançar. Evidentemente esta concepção de cosmovisão carrega um grande amparo da filosofia inevitavelmente, no entanto, não é nosso objetivo neste momento explorar de maneira aprofundada seus termos essenciais e suas implicações. Contudo, não podemos deixar de mencionar que desta tríade fundamental derivam ou correlacionam-se outros tópicos como ontologia, estética, política, teoria da história, antropologia, dentre outros mais.

Na composição desta estrutura de cosmovisão concebemos os seguintes aspectos: 1) a *metafísica* estuda em busca de compreensão as propriedades gerais do mundo, o modo como concebemos o mundo que nos cerca, as estruturas da realidade e como esta se nos apresenta. 2) a *epistemologia* ou teoria do conhecimento é o ramo da filosofia que se dedica ao estudo do conhecimento e, também, do que chamamos crença justificada, procura compreender a

finalidade e os limites do conhecimento, bem como suas fontes. Este é o ponto em que se insere nosso texto; enfatizando que temos a pretensão de destacar apenas alguns aspectos correlacionados à educação. 3) a *ética* é o campo da filosofia que tem como objeto de análise a moralidade, a qual compreende as crenças dos sujeitos, justificadas ou não, além das motivações, atitudes, caráter e conduta, sem desconsiderar a dimensão do valor motivacional destes elementos, ou a atribuição de um juízo de valor (cp. SCHAEFFER, 2008; VAN TIL, 1997).

A partir desta estrutura fundamental de cosmovisão é que circunscreveremos nossa abordagem sobre a verdade e o conhecimento como elementos essenciais e pressuposicionais ao processo de ensino e aprendizagem concertes à educação.

UM PONTO DE PARTIDA NORTEADOR

Um pressuposto-chave que norteará nossa abordagem está posto na importância que a Bíblia possui como fundamento precípua na construção dos saberes ao explicitar um conceito material fundamental para a verdade, consequentemente resultando em saberes que estabelecem elementos vitais à educação. Nesse aspecto acompanhamos a essência prática da filosofia educacional do reformador Genebrino João Calvino, explicitada objetivamente nas Atas do Colóquio de Ratisbonne ocorrido em 1541, eis o âmago de seu pensamento neste tópico:

As Escolas não são apenas a semente das Igrejas, mas nelas educamos o espírito segundo a forma de viver. Assim, as escolas são fontes de humanidade, durante toda a vida, e aqueles que desprezam isto devem continuar necessariamente na escuridão, confusão religiosa, superstição, destruição das leis, letras e artes, esquecimento da antiguidade e da história, enfim desvanecer a humanidade: finalmente uma barbárie infinita em todas as partes da vida. Por esta causa, todos os governantes sábios devem criar escolas para serem principalmente úteis à coisa pública e à boa ordem, e serem o principal adorno e ornamento da cidade. Quais,

portanto, são as razões, por mais veementes, devemos manter as escolas da Igreja? Avançar a doutrina da Igreja, e todas as boas ciências, que são úteis tanto para explicar a doutrina celeste, quanto para governar as outras coisas concernentes à vida do homem? É nosso dever estimular esta prática da Igreja em todo tempo. Posto que, a Igreja jamais floresceu sem escolas. (CALVINI, 1866, p. 625)

Vale ressaltar a conclusão do historiador da educação, Gabriel Compayré, mostrando a importância vital da Bíblia para a educação dentro de um sistema de cosmovisão de ordem calvinista:

Na França do século XVI, os protestantes, forçados a lutar por sua liberdade e pela sua vida por causa do fanatismo dos seus adversários, não tinham tempo livre para ponderar sobre a educação e nem podiam organizar os estudos. Tomado por lutas e conflitos religiosos, Calvino pôde fazê-lo apenas no fim de sua vida, e isso em Genebra, testemunha de sua preocupação pela educação. Em 1559, ele fundou o Colégio e a Academia de Genebra. O Colégio, dividido em sete classes, foi uma escola de leitura e escrita do latim. A Academia, uma instituição muito modesta em sua origem, não possuía mais do que cinco professores. (...) Na sala de aula, além de religião, [os alunos] estudavam as línguas antigas, liam os autores gregos e latinos. É importante observar que os homens da Reforma foram os primeiros a promover o gosto pelo estudo das línguas, e isso não somente por um sentimento altruísta pelo belo e pela excelência dos autores renomados, mas porque as línguas antigas foram o caminho de volta às fontes e para compreender a Palavra de Deus, desfigurada, disseram eles, pelos comentários teológicos. (COMPAYRÉ, 1904, p. 149)

Lorroyo é exato em sua explicação:

A Reforma, pois, coloca a instrução a serviço da crença revelada; o saber, ao amparo da fé. Tal atitude se chama *teísmo pedagógico*, visto como vê nas relações com Deus e sua revelação (a Bíblia) o propósito final do processo educativo. Não obstante, a ideia de aplicar a própria razão à verdade divina contida nos Evangelhos trouxe como resultado o exigir de todos a *leitura* da Bíblia e o

exercício da razão pessoal, e isto apresentou às instituições docentes o problema de uma *educação geral*, para todos, sem distinção de idade, classe social, raça e sexo”. (LARROYO, 1970, p. 381)

Sigamos em nossa jornada...

CONCEITO DE VERDADE NA BÍBLIA

Primeiramente observemos um conceito operacional de “*verdade*” como “a propriedade de proposições que correspondem à maneira como as coisas são”, salientando que “a verdade, neste sentido, é objetiva, ou seja, é independente da preferência e do desejo humano. Nossos sentimentos não podem alterar a verdade” (NASH, 2008, p. 248).

Nas palavras de Calvino: “A Verdade é aquele puro e perfeito conhecimento de Deus, o qual nos livra de todo e qualquer erro e falsidade. Devemos considerar que não há nada mais miserável do que vagar ao longo de toda a nossa vida como ovelhas perdidas” (CALVINO, 1998, p. 300). As palavras de Mondoni são pertinentes neste aspecto ao afirmar que “só há uma verdade: a verdade religiosa não se contrapõe à verdade científica. A confusão se estabelece quando se toma como verdade aquilo que é hipótese, e como dados da fé simples opiniões tradicionais. Não se pode renunciar ao que é psicológica e moralmente honesto e aceito como verdadeiro” (MONDONI, 2001, p. 14).

Passemos a observar o conceito de verdade na Bíblia.

Antigo Testamento

No Antigo Testamento a palavra traduzida por “verdade” é *tm,a/* (“*emet*”), que também pode significar fidelidade ou veracidade, além de solidez e permanência (THEOBALD, 2004, p. 1830). Esta palavra possui uma ênfase concernente à certeza e à confiança. Após uma visão do uso desta palavra no Antigo Testamento podemos observar que ela está sempre relacionada a Deus, como alvo e garantia da confiança (Gn. 24.27; Ex. 34.6; Sl. 25.5; 31.5; 86.15;

Jr. 4.2; 5.1; 1010; 15.11; 23.28), também caracteriza a Palavra de Deus, promovendo a garantia da fé (Sl. 119.142, 151, 160), a Palavra Verdadeira é o meio através do qual os homens aprendem sobre Deus, o fundamento para o conhecimento de Deus, daquilo que soberanamente aprovou a Ele revelar aos homens, o padrão em que os homens devem ser guiados para o serviço correto ao seu Senhor (Js. 24.14; 1 Rs. 2.4; Sl. 26.3; 86.11; 91.4; Is. 38.3), também encontramos a verdade como uma dentre as características que devem ser encontradas naqueles que servem a Deus (Ex. 18.21; Ne. 7.2; Sl. 15 (principalmente o verso 2); Zc. 8.16, 19). Segundo Theobald: “A v. em hebraico, é, por conseguinte, o que é sólido, aquilo sobre o que é possível apoiar-se com toda confiança” (THEOBALD, 2004, p. 1830). Por implicação: “Quando estudamos seus vários contextos, torna-se evidente que não há verdade no sentido bíblico do termo, i.e., verdade válida, fora de Deus. Toda verdade procede de Deus e é verdade porque está relacionada com Deus” (HARRIS; ARCHER; WALTKE, 1998, p. 87).

Novo Testamento

No Novo Testamento a palavra traduzida por verdade é *alétheia* (*alétheia*), verdadeiro, realidade, “designa uma coisa que se mostra tal como é” (THEOBALD, 2004, p. 1830). Segundo Theobald, a filosofia não perdeu este uso da palavra, pois *alétheia* significa a verdade “no sentido da não-dissimulação”, ou seja, “uma realidade que se eleva acima das aparências, das opiniões e dos preconceitos –, mas também a exatidão do que se enuncia a seu respeito” (THEOBALD, 2004, p. 1830).

Alétheia ocorre por cerca de 109 vezes em todo o Novo Testamento, onde somente no Evangelho de João e suas cartas ocorre 45 vezes. *Verdade*, portanto, significa o fundamento concreto e seguro de que todas as coisas existem na realidade, tendo em vista que o Apóstolo João inicia seu Evangelho falando sobre como todas as coisas foram criadas, ou seja, através do Verbo, Cristo Jesus (Jo. 1.1-14). A nossa segurança de que aquilo que vemos e

pegamos existe de fato encontra-se na assertiva bíblica de que Deus criou todas as coisas através da palavra, ou seja, é algo certo e válido.

Vivemos em tempos nos quais há muita *doxa* (mera opinião pessoal) e pouca *episteme* (conhecimento aplicado) ou, menos ainda, *gnosco* (conhecimento ontológico). As consequências são inevitáveis, mas precisamos considerar os fundamentos.

O FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO

Diante da verdade irrecusavelmente devemos nos posicionar. Aqui neste ponto algumas perguntas podem e devem ser feitas: Como chegamos a conhecer a verdade? Como podemos ter certeza de que realmente conhecemos a verdade? Como devemos olhar para o conhecimento da verdade? Devemos lembrar que, segundo a concepção calvinista, Deus criou o ser humano e todas as coisas existentes no universo, que estabeleceu o universo como o lar deste homem, e que lhe deu a Bíblia, a revelação verbal proposicional e objetiva, para proporcionar a este mesmo ser humano o conhecimento da verdade, acerca de toda a criação, e sobre si mesmo, sobre o mundo em que vive. Apontamos abaixo dois dos principais teólogos calvinistas do século XX que labutaram intensamente em responder estes questionamentos existenciais a partir de um sistema de cosmovisão essencialmente pautado pela Bíblia.

Francis Schaeffer (1912-1984) em sua obra *O Deus que se Revela* aponta:

Na epistemologia, sabemos que algo existe porque Deus o trouxe à existência. Não se trata de um desdobramento da sua essência, não se trata de um sonho de Deus, como o pensamento oriental supõe que as coisas sejam. A coisa existe mesmo. Ela possui uma realidade verdadeiramente objetiva, e não ficamos surpresos de achar que há uma correlação entre o observador e o observado, porque Deus os fez para andarem juntos. Eles foram feitos pelo mesmo Deus, de acordo com os mesmos parâmetros referenciais. O cristão não tem nenhum problema com a epistemologia. Todo ser humano vive supondo que seja verdade, não importando o que

as suas teorias epistemológicas possam estar dizendo. Nenhum cristão ficará surpreso em saber que a árvore existe de fato, e não achará nada surpreendente o fato de não pode atravessá-la, porque sabe que a árvore está de fato aí.

Agora, todos têm que encarar esta verdade, não importando tratar-se de uma pessoa muito intelectual, que possa lutar contra a visão cristã das coisas, ou de uma pessoa muito simples, que vive como se a visão cristã fosse verdadeira, simplesmente porque age daquela forma, sem maiores questionamentos. O cristão perguntaria a ambos: o que você esperava? É claro que é assim mesmo que as coisas são, porque foi um Deus inteligível que fez não somente o sujeito, mas também o objeto. Ele é o criador do sujeito e ele é igualmente criador do objeto, e ele nos deu a bíblia para veicular o conhecimento que necessitamos acerca do universo. (SCHAEFFER, 2002, p. 110-111)

Cornelius Van Til (1895-1987), em *A Survey of Christian Epistemology* enfatiza:

Segundo a Bíblia, Deus criou o “universo”. Deus criou tempo e espaço. Deus criou todos os “fatos” da ciência. Deus criou a mente humana. Na mente humana Deus inseriu as leis de pensamento com as quais deveria processar. Nos fatos da ciência Deus estabeleceu as leis do ser que determinam o seu funcionamento. Em outras palavras, do plano de Deus está explícito em toda a sua criação.

Podemos qualificar completamente este fato, afirmando que a criação de Deus é também uma revelação de Deus. Deus Se revelou na natureza e Se revelou na mente do homem. Portanto, é impraticável que a mente do homem não funcione no ambiente revelacional. Todo pensamento do homem quando opera regularmente neste ambiente revelacional evidencia a verdade como exposta na criação por Deus. Então, podemos chamar a epistemologia cristã de uma epistemologia da revelação. (VAN TIL, 1997)

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA VERDADE

O conhecimento é algo imprescindível na vida de todo ser humano. Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) já dizia que “todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer” (ARISTÓTELES, 1974, p. 211). Somente aquilo que conhecemos é que podemos distinguir de outras coisas, e efetuar um juízo sobre elas. Não existe conhecimento sem discernimento, do mesmo modo não podemos fazer juízo sem conhecermos a verdade (LOCKE, 1974, p. 185). Segunda a cosmovisão calvinista, somente é possível chegar ao verdadeiro conhecimento através de Deus, daquilo que Ele deseja revelar, fundamentado em seu próprio conhecimento, como Van Til assevera: “O verdadeiro conhecimento humano corresponde ao conhecimento que Deus tem de si mesmo e do seu mundo” (VAN TIL, 1997).

No campo especificamente filosófico, sobre a relação entre a verdade e o conhecimento, observemos as palavras de Garcia Morente (1886-1942):

A verdade do conhecimento consiste em que o conhecimento concorde com o objeto; ou, melhor dito, consiste em que, na relação do conhecimento, o pensamento formado pelo sujeito em vista do objeto concorde com o objeto. Esta concordância do pensamento com o objeto foi e é, muitas vezes, considerada na filosofia, por muitos pensadores, como critério da verdade. Mas se prestarmos atenção, se atendermos bem à descrição que acabamos de fazer do fenômeno conhecimento, notaremos que esta concordância do pensamento com o objeto não é critério da verdade, mas é a definição da verdade. Não é a pedra de toque por meio da qual se descobre se um conhecimento é verdadeiro ou não, antes é aquilo em que consiste que um conhecimento seja verdadeiro. É a essência mesma da verdade, a definição mesma da verdade. Verdadeiro conhecimento é o conhecimento verdadeiro. Não há verdadeiro conhecimento, senão o conhecimento verdadeiro. Isto quer dizer que o conhecimento falso não é conhecimento. Quando o conhecimento não concorda com a coisa, não é que tenhamos um conhecimento falso: é que não temos conhecimento. O conhecimento que diremos verdadeiro conhecimento, o autêntico conhecimento, é o conhecimento

verdadeiro, e o conhecimento verdadeiro é aquele no qual o pensamento concorda com o objeto. (MORENTE, 1980, p. 149)

Edgar S. Brightman (1884-1953) apresenta uma analogia deveras interessante sobre a importância do conhecimento, afirma ele que “aquele que nutre opiniões sem conhecimento ou sem lhes pesquisar os motivos, é semelhante ao homem transportado em avião ao topo da montanha e ali deixado sozinho. Está cercado de nuvens; não sabe se está acordado ou sonhando; não sabe nem onde está, nem o caminho que leva a qualquer outra parte” (BRIGHTMAN, 1951, p. 16). Contudo, também expressa qual deve ser a correta resolução do sujeito que deseja conhecer verdadeiramente: “O espírito deve libertar-se de toda mera racionalização e examinar, não somente todas as nossas crenças, mas também seus fundamentos latentes, à luz da experiência como um todo. A crença que resiste a esta prova é uma crença digna de ser conservada” (BRIGHTMAN, 1951, p. 18).

Calvino (1509-1564) apropriadamente afirma: “A fé não se assenta na ignorância, mas no conhecimento, e certamente não apenas o conhecimento de Deus em si mesmo, como também da divina vontade” (CALVINO, 2006, III. 2.2). Em seu comentário da carta do apóstolo Paulo aos Romanos aponta que “o legítimo conhecimento de Deus, portanto, que devemos possuir é aquele que se acha estabelecido em sua Palavra. Se alguém forma uma concepção de que é bom, sua fé não é sólida nem genuína, senão que passa de uma imaginação incerta e evanescente. A Palavra, conseqüentemente, é requerida como requisito de um verdadeiro conhecimento de Deus” (CALVINO, 2001, p. 383). À frente continua: “É preciso observar ainda que a fé não possui outro fundamento além da doutrina de Deus. O apóstolo não afirma que a fé tem sua origem em algum gênero de doutrina, mas expressamente a restringe à Palavra de Deus. Tal restrição teria sido absurda se a fé pudesse repousar sobre opiniões humanas. Todas as invenções humanas devem, pois, cessar quando nos deleitamos na certeza de fé” (CALVINO, 2001, p. 386). Este conhecimento é obra do Espírito Santo por meio da Palavra, no entanto, devemos lembrar que

“o conhecimento de Deus não está posto em fria especulação” (CALVINO, 2006, I. 12.1).

As dificuldades claramente existem, muito esforço é necessário, mas os desafios não podem ser motivo de não continuarmos nossa caminhada em direção ao conhecimento da verdade. Comenius, o pai da didática moderna, partia da seguinte premissa para o ensino: “É evidente que todo o homem nasce apto para adquirir conhecimento das coisas: primeiro, porque é imagem de Deus. Com efeito, a imagem, se é perfeita, apresenta necessariamente os traços de seu arquétipo, ou então não será uma imagem” (COMÊNIO, 2015, p. 102-103). A conclusão clara que precisamos atingir é que todos nós somos capazes e aptos para conhecer mais profundamente a verdade, contudo, princípios e critério precisam ser adotados.

Ludwig Feuerbach (1804-1872) nos mostra o que realmente é o amor pela sabedoria, o verdadeiro filosofar, a verdadeira busca pela verdade quando aponta:

A filosofia é o conhecimento do *que é*. Pensar e conhecer as coisas e os seres *como são* – eis a lei suprema, a mais elevada tarefa da filosofia.

O que é, pois, tal *como é* – portanto, o verdadeiro na sua verdadeira expressão, *parece superficial*; o que é, expresso tal como não é – portanto, o verdadeiro expresso *sem verdade e de modo inverso, parece ser profundo*.

A veracidade, a simplicidade, a exactidão são as características formais da filosofia real. (FEUERBACH, 2008, p. 09)

Não há conhecimento que não seja verdadeiro, está é uma condição *sine qua non* para a existência de conhecimento. Conhecimento não verdadeiro deve ser categorizado como erro ou engano e mesmo nas relações humanas mais simplórias sabe disto. Podemos conhecer, podemos conhecer verdadeiramente, mas jamais poderemos conhecer de modo total e absoluto qualquer objeto. Toda cosmovisão precisa ter um compromisso honesto e sincero com o ensino da verdade, eis a imprescindível relação entre educação e cosmovisão.

CALVINO E A EDUCAÇÃO

Apontaremos alguns poucos marcos concretos de como uma cosmovisão bíblicamente constituída pode produzir, e neste caso, realmente produziu, na concretude do mundo humano.

O ano de 1536 tem grande importância para Genebra no campo da educação, pois Calvino redige um programa de governo para a cidade onde enfatiza a necessidade do conhecimento da verdade, para tanto solicitava a criação de escolas na cidade. O reformador apresentou um projeto educacional gratuito para a cidade de Genebra, destinado tanto a meninos quanto a meninas; possivelmente encontramos o início da “primeira escola primária, gratuita e obrigatória de toda a Europa” (COSTA, 2009, p. 334). O principal impulso para aplicar concretamente um sistema de cosmovisão fundamentado na Bíblia como Palavra de Deus, inspirada e inerrante, segundo Calvino é que o saber “era necessidade pública para assegurar boa administração política, apoiar a igreja indefesa e manter a humanidade entre os homens” (apud LUZURIAGA, 1979, p. 112).

A descrição, o testemunho e a conclusão do historiador da educação Lorenzo Luzuriaga são pertinentes de serem apresentados neste momento, pois revela introdutoriamente o poder de influência do pensamento de cosmovisão de Calvino no campo cultural e social de Genebra, bem como de outras partes do mundo, observemos com atenção:

Publicou, ainda, em 1558, um sistema de educação elementar no idioma vernáculo, para todos, e que compreendia o ensino de leitura, escrita, aritmética, religião e exercícios de gramática. Fundou principalmente seus famosos *collèges*, escolas secundárias que chegaram a constituir modelo para os ulteriores Colégios e Liceus da França. Neles se deveriam formar os funcionários civis e os eclesiásticos, por meio das humanidades e da instrução religiosa. Por sua influencia realizaram-se as reformas pedagógicas de Genebra, que chegou a ser o refúgio dos perseguidos da Europa toda por questões religiosas e um dos principais centros de saber do Continente. As idéias calvinistas se estenderam, assim, aos

huguenotes na França, aos valões da Holanda e Bélgica, aos puritanos na Inglaterra, aos presbiterianos na Escócia e mais tarde às colônias inglesas da América. Do ponto de vista educacional, o movimento calvinista foi quiçá mais eficiente que o próprio movimento luterano. (LUZURIAGA, 1979, p. 112)

O campo de influência do pensamento de João Calvino não restrito ao ambiente educacional em Genebra e na Europa de um modo geral, mas estendendo-se a outras áreas da intelectualidade humana a partir do século XVI. A título de ilustração dentre as várias influências, apontamos as ciências da natureza, que de um modo geral devem muito à cosmovisão educacional de Calvino. Observemos o relato do historiador da ciência, o holandês Reijer Hooykaas:

O tema central da teologia da Reforma era “a glória de Deus”. Kepler escreveu, em 1598, que os astrônomos, na qualidade de sacerdotes de Deus no que diz respeito ao livro da natureza, deviam ter em mente não a glória de seu próprio intelecto, mas, acima de tudo, a glória de Deus. (...)

A Igreja reformada ensinava que a obrigação de glorificar a Deus por todas as Suas obras deve ser cumprida por todas as faculdades do homem, e não somente pelos olhos, mas também pelo intelecto. Calvino era de opinião que aqueles que negligenciavam o estudo da natureza eram tão culpados como aqueles que, ao investigarem as obras de Deus, se esqueciam do Criador. Reprovava veementemente aqueles “fantásticos” antagonistas da ciência que diziam que o estudo apenas torna os homens soberbos e que não reconheciam que isto levava ao “conhecimento de Deus e à orientação da vida”. Reiteradas vezes afirmou que a pesquisa científica é algo que penetra muito mais profundamente nas maravilhas da natureza do que a mera contemplação. Ao fazer essa declaração, não se referia à “física” especulativa de sua época, mas às sólidas disciplinas empíricas então existentes, ou seja, a astronomia e a anatomia, que revelavam, segundo ele, os segredos do macrocosmo e do microcosmo. (HOOYKAAS, 1988, p. 137-138)

Outra grandiosa contribuição foi a criação da Academia de Genebra, mais tarde tornar-se-á Universidade de Genebra, sendo inaugurada em 05 de junho de 1559, na igreja de Saint-Pierre, sob a direção de Theodore Beza, possuía as cadeiras de grego, hebraico e filosofia. Neste ano foi lançada a última edição das *Institutas*, obra que fundou a prosa do francês moderno. Aponta Giles: “A Academia representa o ápice do sistema. (...) o êxito da escola é imediato, a ponto de atrair alunos da França, da Inglaterra, da Holanda e da Escócia, países em que serve de modelo” (GILES, 1987, p. 126). Nas palavras de Pierre Bertrand: “ela será a primeira fonte da Genebra intelectual”; e ainda afirmou que a própria cidade “foi fundada sobre a Palavra de Deus”, grandemente ensinada (BERTRAND, s/d, p. 62).

A preocupação, o zelo e o impulso em labutar no campo educacional por parte de Calvino estava íntima e intrinsecamente associado à sua concepção teológica de que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus, portanto, este deveria ser servido em todos os âmbitos possíveis, e o campo educacional fora essencialmente determinante para o desenvolvimento do humanismo bíblico em sua concretude. Porquanto, o homem possui a capacidade essencial de aprender e produzir conhecimento derivadas e dependentes do Criador. Observemos:

Seguem-se as artes, sejam as liberais, sejam as manuais, aprendendo as quais, visto que certa aptidão nos é inata a todos, também nelas se evidencia o poder da agudeza humana. Mas, ainda que nem todos sejam aptos para aprender todas elas, todavia é marca bastante segura da energia comum o fato de que *não* se acha quase ninguém em quem não se evidencie proficiência em alguma arte. Não se encontra à mão somente a energia e capacidade para aprender, mas também para inventar algo novo em cada arte, ou para aperfeiçoar e burilar o que hajais aprendido de outrem que veio antes *de ti*. Como isso impeliu improcedentemente a Platão a que ensinasse que compreensão dessa natureza nada é senão recordação *de viver anterior*, assim, de mui excelente razão nos compele a confessar que o princípio lhe é ingênito no entendimento humano. Logo, estas evidências atestam claramente que por natureza é instilada nos homens a compreensão universal da razão e da

inteligência. Todavia, *este* bem é tão universal que cada um deve reconhecer nele a peculiar graça de Deus a seu favor. A esse reconhecimento o próprio Criador de *nossa* natureza amplamente nos desperta enquanto cria os imbecis, nos quais põe à mostra de que dotes a alma do homem excele quando não inundada de sua luz, *luz* que em todos, tão natural subsiste, que a cada um é dádiva inteiramente graciosa de sua beneficência.

Com efeito, a invenção ou o ensino sistemático das próprias artes, ou *seu* conhecimento mais íntimo e mais eminente, que é próprio de poucos, por certo que não é sólida prova da perspicácia universal. Contudo, porque atinge indistintamente a piedosos e a ímpios, com *razão* se conta entre os dons naturais. (CALVINO, 2006, II.2.14)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornemos à nossa pergunta inicial: *Podemos conhecer?* Bem sabemos que a resposta é afirmativa, senão todo o nosso labutar na produção e aquisição de conhecimento seria algo completamente em vão, além disso, em certo sentido nossa vida perderia completamente o sentido. Podemos conhecer, e conhecer a verdade, mas não podemos conhecê-la em sua totalidade, no entanto, é possível um conhecimento, ainda que limitado, contudo, verdadeiro. Evidentemente é perceptível que ao longo da história da humanidade vários dos mais privilegiados intelectuais se ocuparam da laboriosa tarefa de analisar o discurso a respeito dos ditames do conhecimento. Esta busca em conhecer somente possuirá sentido se houver uma verdade a ser conhecida, deste modo revelamos nossa certeza em haver uma verdade que dê sentido à nossa essência, existência e finalidade em sermos seres humanos e estarmos neste mundo, mesmo que não tenhamos consciência disto. Os vários tipos e possibilidades de conhecimento não devem ser sempre tratados como excludentes, mas por vezes não somente podem, mas acima de tudo devem, serem visto como complementares, uma vez que cada um possui o seu escopo próprio de ação. Acima de qualquer coisa, sabemos que o conhecimento é uma possibilidade real, se assim não fosse este texto não poderia ser lido e compreendido, quiçá

questionado, tão pouco teria sido possível a sua produção; ou, por que e para quê educação?! Uma das propriedades por excelência da apreensão de conhecimento é compartilhá-lo, a nobilíssima vocação de educadores comprometidos com a verdade. Se dividirmos uma determinada quantidade monetária ao final teremos apenas parte do que inicialmente possuíamos, mas se comunicarmos conhecimento real e verdadeiro, certamente este será acrescido mais e mais àquele que o compartilha e àquele que o recebe, sem perdas, apenas acréscimos, crescimento e desenvolvimento humano. Portanto, o conhecimento da verdade é uma possibilidade real, todavia, é um labutar constante e contínuo, e acima de tudo produtivo e prazeroso.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Metafísica. Coleção Os Pensadores*. Abril Cultural: São Paulo, 1974.

BERTRAND, Pierre. *Survol de L'Histoire de Genève*. Genève: Labor et Fides, s/d.

BRIGHTMAN, Edgard S. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1951.

CALVINI, Ioannis. *Opera Quae Supersunt Omnia. Actes de Ratisbonne*. Volumen V. (CORPUS REFORMATURUM, VOLUMEN XXXIII). Brunsvigae: C.A. Schwetschke, 1866.

CALVINO, João. *As Pastorais*. São Paulo: Paracletos, 1998.

CALVINO, João. *Romanos*. 2.^a ed. São Paulo: Parakletos, 2001.

CALVINO, João. *As Institutas*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006.

COMÊNIO, João Amós. *Didáctica Magna*. 6.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

COMPAYRÉ, Gabriel. *Histoire Critique des Doctrines de L'Éducation en France Depuis le Seizième Siècle*. Tome Premier. Septième Édition. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1904.

- COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *João Calvino – 500 anos: introdução ao seu pensamento e obra*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- FEUERBACH, Ludwig. *Teses Provisórias para a Reforma da Filosofia*. Covilhã: Universidade da Beira Interior: 2008.
- GILES, Thomas Ransom. *História da Educação*. São Paulo: E.P.U., 1987.
- HARRIS, R. Laird; ARCHER, Gleason L., Jr.; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- Hooykaas, R. *A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*, São Paulo, Paulinas/Loyola, 2004.
- LARROYO, Francisco. *História Geral da Pedagogia*. Tomo I. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural: São Paulo, 1974.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. 11.^a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- MONDONI, Danilo. *História da Igreja na Antigüidade*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MORELAND, J.P.; CRAIG, William Lane. *Filosofia e Cosmovisão Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2005.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- NASH, Ronald. *Questões Últimas da Vida: uma introdução à filosofia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- SCHAEFFER, Francis A. *O Deus que se Revela*. São Paulo: CEP, 2002.

SCHAEFFER, Francis A. *O Deus que se Revela*. 2ª. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

THEOBALD, Michael. verbete “*verdade*” in LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004.

VAN TIL, Cornelius. *A Survey of Christian Epistemology in The Works of Cornelius Van Til*. New York: Labels Army Company [Software Bíblico Logos], 1997.

CAPÍTULO 2

COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Robson do Boa Morte Garcez

INTRODUÇÃO

Tempos de grandes desafios, como os atuais, são oportunidades a que estudos cujo objeto seja a realidade histórica atravessada permitam ou fomentem análises das causas dos acontecimentos e das motivações de seus agentes. Neste breve estudo - oferecido mais como um mero ensaio que pretende tributar ao tema geral desta obra coletiva: *cosmovisão e educação* - o enfoque se volta à cidadania e seu exercício, à luz daquele binômio. Sendo a vida cidadã ou a existência do cidadão, em seus espaços vitais, condicionada pelo quadro de referências que influencia, inevitavelmente, as condutas pessoais, parte dos fatores determinantes se vinculam aos caminhos educacionais que foram trilhados. E, fixando como um pressuposto a inexistência de correntes educacionais ideologicamente neutras, é certo que a educação iluminada pela cosmovisão cristã carrega e sustenta os valores e princípios que lhe são próprios, como se tentará mostrar neste trabalho. Os efeitos disto podem ser verificados e ponderados, o que, desde agora, cremos, pode ser projetado como benéfico aos indivíduos e à sociedade.

Para tanto, este artigo segue uma ordem em que, de início, são considerados alguns termos nucleares presentes no tema, numa espécie de terraplanagem e fixação dos marcos no solo. Em seguida, abordam-se alguns fatores que interagem para que a cosmovisão cristã e a educação plenamente se integrem. Dessa junção, nas situações do cotidiano é que as diretrizes daquelas se materializam no exercício da cidadania. Assim, é possível inferir que a cidadania plena – nas diversas formas em que se concretiza – está visivelmente condicionada pelos valores que a sustentam, impulsionam, dão-lhe sentido

justificado. Como uma edificação, com alicerce, colunas de sustentação, paredes e cobertura e acabamentos, numa terra que foi preparada.

COSMOVISÃO

Também chamada de visão de mundo, verifica-se que, há algumas décadas, teólogos católico-romanos, como Teilhard de Chardin¹, já desenvolviam seus estudos tendo como um parâmetro suas formas de observar o mundo. Ainda não era assunto frequente no nosso meio teológico, como atualmente. Lembra-nos o professor Fabiano Oliveira – ao prefaciar a edição brasileira de *Dando Nome ao Elefante*, de Sire – que “‘cosmovisão’ é um fenômeno tão antigo quanto a própria existência humana. É a consciência deste fenômeno com a consequente teorização deste assunto, por parte de estudiosos, que é relativamente recente.”² Nesse contexto de apreensão da realidade, também se verifica o uso do termo *mundividência* como sinônimo de cosmovisão³. Grosso modo, cremos ser razoável dizer que o olhar sobre tudo quanto, quer circundando a vida de cada pessoa, quer nelas interiorizado, influencia suas escolhas e ações, é algo não apenas dos tempos modernos vindo até a contemporaneidade, como pode ser visto em algumas discussões filosóficas da Antiguidade. Quando os filósofos pré-socráticos se punham a perquirir a origem das coisas e na filosofia grega clássica buscavam a causa ou explicação para tudo, incluso certos comportamentos humanos, por certo já se

¹ Vide “*Mundividência crítica de Teilhard de Chardin: uma relação entre a realidade natural e sobrenatural*”. Grazielle Priscilla Pereira. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014, 109 p.

“<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/509/1/graziellepriscillapereira.pdf>. Acesso em 02/08/2021.

² Cf. James W. Sire. *Dando nome ao elefante: cosmovisão como um conceito*, p. 11.

³ A ideia básica era de visão ou compreensão do mundo. A criação do termo cosmovisão (*Weltanschauung*, em alemão) é atribuída a Immanuel Kant (1724-1804), que pouco o teria usado.

vislumbravam, ali, os rascunhos de alguma cosmovisão⁴. Tema muito em voga há cerca de uma década no Brasil, a cosmovisão pode ser entendida como a perspectiva total com que alguém ou um grupo percebe e compreende o mundo. Por mundo, aqui, entendem-se todas as coisas que estão no universo composto das experiências diretas ou até de meras opiniões que cada pessoa adota sobre aquelas. Dentre os que se têm dedicado ao estudo da cosmovisão, como tema, bem conhecida é a definição dela proposta por Sire, ao dizer:

Que é então uma cosmovisão? Essencialmente, cosmovisão é um conjunto de pressuposições (suposições que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou totalmente falsas) que sustentamos (consciente ou subconscientemente, consistente ou inconsistentemente) sobre a constituição básica de nosso mundo.⁵

E são essas chamadas pressuposições – com todos os enquadramentos propostos por Sire e outros que se possam encontrar – que condicionam, quando não definem, os rumos das condutas que realizamos, para acertos e para erros.

Temos como precisa e suficiente aos propósitos almejados pelo presente texto a síntese conceitual e até definidora trazida por Ryken, ao afirmar que

Uma cosmovisão, ou “visão do mundo e da vida”, como alguns a chamam, é a estrutura de entendimento que usamos para que o mundo faça sentido. Nossa visão é o que pressupomos. É a nossa maneira de enxergar a vida, nossa interpretação do universo, nosso guia para a realidade.⁶

⁴ O pré-socrático Tales, que era de Mileto, tinha a água como o princípio de tudo, o que se refletia na sua forma de ver o mundo. Mais tarde, no discurso *Teeteto*, escreve Platão ter Sócrates apontado a Teodoro que no filósofo existe um *pathos*, como uma paixão ou sensibilidade peculiar: a capacidade de admirar ou de se deixar afetar por coisas ou acontecimentos que se dão à sua volta. Passados os séculos, sem cairmos num anacronismo, cremos, por sua evidência interna, que tal proposição socrática teve natureza cosmovisional.

⁵ *Obra citada*, p. 29.

⁶ Philip Graham Ryken. *Cosmovisão cristã*, p. 13.

Como seres racionais e interativos, todos os humanos temos uma cosmovisão e esta condiciona ou molda a nossa existência, com suas formas de viver. Por isto, é como percebemos a realidade em que nos encontramos. Mais pedagogicamente, pode ser comparada com os nossos olhos⁷, os quais funcionam como verdadeiras câmeras para o nosso cérebro. No nosso entorno, os diversos ambientes e contextos que compõem a nossa vida também dão lugar a distintas maneiras de contemplar e interpretar o mundo ou dão azo a variadas cosmovisões. Dentre estas, interessa-nos aqui a **cosmovisão cristã**.

COSMOVISÃO CRISTÃ

De modo objetivo, pode ser definida como *a forma de ver o mundo pela perspectiva de ser Jesus Cristo, o centro de todas as coisas*. Isto implica que as questões debatidas no mundo atual passam por esse crivo, o qual condiciona tanto a forma de serem pensadas, quanto o nosso modo de agir e reagir diante delas. A perspectiva nuclear de tal visão da realidade, a cosmovisão cristã, com os seus efeitos, tem seus fundamentos na tríade **Criação, Queda e Redenção**⁸, conforme o ensino bíblico.

Creemos há um apto elemento para dar à cosmovisão cristã o fator distintivo: a realidade espiritual que lhe é subjacente, seu ponto de partida ou de ancoragem. É a abordagem acerca do ser humano na cosmovisão cristã, que o contempla como criatura de Deus, portadora da imagem e semelhança de seu Criador. Tal atributo de similitude (e não de igualdade) é o que faz do ser humano um ente racional, associativo ou relacional, emocional e, exclusivamente em toda a criação, um ser dotado de espiritualidade.

⁷ A Bíblia declara no Evangelho de Mateus, 6.22-23: "Os olhos são a candeia do corpo. Se os seus olhos forem bons, todo o seu corpo será cheio de luz. Mas se os seus olhos forem maus, todo o seu corpo será cheio de trevas. Portanto, se a luz que está dentro de você são trevas, que tremendas trevas são!"

⁸ O apologeta William Edgar identifica a cosmovisão cristã como dotada de visão "trifocal", porque a história de nossa redenção tem três esses estágios, olhados pelas "lentes triplas da criação, do pecado e da graça". *Apud* Philip Ryken, obra citada, p. 89.

Quando David Naugle identificou as cosmovisões ontologicamente fundamentadas como sendo constituídas “... de um sistema de sinais, especialmente narrativos, que reside no coração humano, gerando ali uma perspectiva sobre a realidade”⁹ e James Sire definiu, mais depuradamente, a cosmovisão como estatuída em “um compromisso, uma orientação fundamental do coração”¹⁰, por ambos foram assinalados dois aspectos que podem ser tidos - por assim dizer - como pedras de toque da cosmovisão cristã. Sim, pois sendo do coração que procedem todas as correntes da vida (Provérbios 4.23), atua ele como a fonte de que nascem as tantas disposições que guiam quaisquer escolhas e ações, propósitos e realizações do ser humano. Fabiano Oliveira, no mesmo texto de abertura da obra de James W. Sire na sua edição brasileira, afirma que, ao redefinir a cosmovisão, este autor aprofundou a análise sobre os seus elementos constitutivos, resgatando “... a importância central que a dimensão ou instância espiritual de nosso ser (o coração) desempenha na maneira como interpretamos a realidade ao nosso redor e na maneira como agimos nela”¹¹.

Este aspecto, que cremos também será abordado por outros autores em alguns dos demais capítulos desta obra, pode igualmente ser apreciado quando o objeto de consideração é a presença e participação da pessoa no meio social, quer no âmbito familiar, profissional ou de qualquer outra natureza. Tal como é o coração do homem, assim é o seu *modus vivendi*. E sendo esse coração e mente diretamente vetorizados pela cosmovisão – essa mala repleta das vivências e lições, doces ou amargas, recolhidas por nós, ao longo da viagem sem paradas a que chamamos *vida* – mostra-se compreensível que as concepções pessoais e condutas sejam reflexos diretos de tal visão de mundo.

⁹ *Apud* Sire, obra citada, p. 75.

¹⁰ *Idem*, p. 14.

¹¹ Cf. SIRE, James W. *Obra citada*, p. 14.

EDUCAÇÃO

Processo de ensino e aprendizagem pelo qual, desde os tempos mais remotos, as gerações têm transmitido para as seguintes os seus saberes de história, valores, costumes e tradições, visando à preservação de seu conhecimento, cultura e identidade. Constitui-se num dos mais importantes fatores da existência humana, pessoal e coletiva, podendo ser reconhecida como determinante ao seu desenvolvimento. E não somente os descendentes diretos têm sido os destinatários do legado contido no processo educativo, haja vista vir sendo ela largamente empregada na partilha de pontos de vista e convicções de várias naturezas. Além dos seus objetivos classicamente reconhecidos, emprega-se a educação como veículo para a formação política, ideológica e, também, a religiosa. Neste olhar, a educação, ao longo do tempo, tem sido continuamente utilizada na instrução dos adeptos de vários credos. Também, há séculos, tem sido instrumento eficaz como meio e forma de participação de alguns ramos religiosos na educação comum e geral, realizada sob o controle dos estados nacionais em que se encontram, gozando aqueles segmentos de fé de alguma autonomia prevista em lei. Em nosso país, há bem mais de um século este fenômeno se verifica, com a presença de católicos romanos e protestantes – entre estes últimos, destacando-se os presbiterianos e outros ramos também tradicionais. Mas também há a presença de outros credos e denominações, com reconhecida contribuição ao cômputo geral da atividade educacional brasileira.

A abordagem cristã da educação tem pontos de vista que lhe dão algumas características, chegando mesmo a conferir a ela uma especial identidade. O central desses pontos, a nós nos parece, é a crença e compreensão da *presença de Deus como uma realidade*, a qual, simultânea e harmonicamente, considera e alberga também como reais *as necessidades espirituais daqueles a quem o processo de ensino e aprendizagem se destina*. A implicação deste olhar bifocal envereda-se por uma abordagem educacional ampla e integral, cuja abrangência ultrapassa o universo meramente material, ao alcançar a realidade espiritual da pessoa. Com efeito, compreende-se o ser humano como criado à imagem de Deus, não estando reduzido, portanto, a um simples ser biológico. O segundo

ponto é perceber e sustentar que essa educação tem como meta o guiar o aluno ao seu pleno desenvolvimento, para que viva de tal modo que reconheça e adore o seu Criador, assim podendo alcançar os objetivos de sua criação. Entre outros, os dois citados pontos de vista, sobre Deus e sobre o homem, têm suas raízes na cosmovisão cristã orientada pela Bíblia, que é a divina Palavra Revelada, um fundamento àqueles que são guiados por essa concepção religiosa. Funciona o referido olhar acerca do Criador e da criatura como dois trilhos que dão norte e impulso aos caminhos a serem percorridos na efetivação do processo educacional aqui abordado. Por oportuno, pode-se depreender do ora exposto que a educação cristã arroga para si alguma *neutralidade ideológica* - esse mito¹² que, não raro, alguns pretendem atribuir às nem sempre bem camufladas visões laicistas¹³ e, em especial, anticristãs. Diversamente disso, a educação cristã é manifestamente confessional, ainda que não seja proselitista¹⁴. Por isto, na perspectiva dos que foram regenerados pela obra de Jesus Cristo na cruz, conforme a instrução bíblica, o novo estado trazido a efeito em suas vidas pela Redenção, *obra de Deus*, afetou-os completa e restauradoramente. A educação lastreada na cosmovisão cristã toma em conta essa origem, que tem repercussões no desenvolvimento integral daqueles que são alcançados por tal processo, com efeitos diretos nos campos intelectual e moral desses. A iniciativa e os recursos para tanto vêm de Deus, cabendo ao homem – notadamente o temente a Ele – o desenvolvimento de sua mente, para que produza “*o fruto da luz que consiste em toda a bondade, justiça, e verdade, provando sempre o que é agradável ao Senhor*” (Efésios 5.10). Exatamente por essa razão, como leciona Hermisten Maia,

¹² Sobre o mito da neutralidade ideológica na educação, vide: SANTOS, Valdeci da Silva. *Educação cristã: conceituação teórica e implicações práticas*. Fides Reformata, vol. XIII, nº 2 (2008), p. 159/160.

¹³ Diferente da laicidade, o laicismo se constitui pela exacerbação do que é laico, acarretando uma posição expressa de antirreligiosidade. O estado laico, original e tipicamente, não é contrário à religião e seus credos

¹⁴ Proselitismo é a atividade voltada centralmente à obtenção de adeptos de outros credos para o próprio ramo religioso.

O cristão é responsável por descobrir diariamente – orientado pela Palavra – a atitude ética correta, condizente com sua nova natureza, que reflita a justiça de Cristo, sendo agradável a Deus. Deus se agrada com a nossa integridade em servi-lo; com a nossa busca por fazer a sua vontade, mesmo nas mínimas coisas. O desafio de todo aquele que deseja fazer a vontade de Deus é aplicar a sua Palavra à sua realidade diária, aos desafios de nossa vida social, profissional, familiar, estudantil e afetiva.¹⁵

Com efeito, a orientação vinda da Escritura visa a que sejam beneficentemente alteradas todas as áreas da vida humana, inclusas as perspectivas religiosas, sociológicas e políticas alcançadas, de forma que o modo de pensar esteja bem orientado a um viver pleno, glorificando o seu Criador em tudo. Mas cabe destacar a importância que a visão bíblica sobre o ser humano confere à racionalidade com que fomos criados, como um reflexo bem específico da imagem em nós impressa. Sobre isto, Sproul traz oportuna advertência:

A Bíblia dirige-se, *primeiramente*, embora não exclusivamente, ao nosso entendimento. Isto é, à mente. É difícil comunicar esse fato ao cristão moderno vivendo num dos períodos mais anti-intelectuais da civilização ocidental. Atenção: eu não disse antiacadêmico, ou antitecnológico ou antiespecialista. Minha afirmação foi ‘anti-intelectual’. Há uma forte corrente de antipatia quanto à função da mente na vida cristã. (...) O Cristianismo é altamente intelectual, embora não intelectualista. Isto é, as Escrituras dirigem-se ao nosso intelecto sem, entretanto, abraçar um espírito intelectualista. A vida cristã não pode se constituir em mera conjectura ou racionalismo frio; ao contrário, deve ser uma vida de paixão vibrante. Fortes sentimentos de alegria, amor e exaltação são esperados continuamente. Tais emoções apaixonadas são a nossa resposta àquilo que, com a nossa mente, entendemos ser a verdade.¹⁶

Portanto, a educação cristã, zelosamente desenvolvida, tem o campo da mentalidade na devida conta na vida humana, diante das instruções bíblicas

¹⁵ Cf. Introdução à educação cristã, p. 234.

¹⁶ R. C. Sproul. O Conhecimento das Escrituras, p. 30.

sobre os cuidados nessa área, em vista de as ações que praticamos serem derivadas de nossa atividade mental, dos modos como pensamos, influenciados pela nossa cosmovisão. Lembra-nos Barclay que “pelo fato de nossa mente estar envolvida nas decisões mais simples, o desafio de desenvolver uma mente cristã é algo do qual não podemos fugir, (quer) sejamos obedientes ou desobedientes no assunto”¹⁷. Podemos, diante destas considerações, compreender que tem o modal de educação influenciado ou balizado pelo modo cristão de ver a realidade não abdica de considerar o potencial de inteligência e criatividade havido em cada pessoa, cuja mente é preciosa, “a priori”. Seu desenvolvimento, pelo processo educativo, tenha-se por certo, exige sempre o investimento de muitos esforços, mas com assegurados frutos.

O coração (ou mente) genuinamente orientado pelos postulados que integram a cosmovisão cristã não é harmonizável com quaisquer valores opostos aos preceitos estabelecidos por Deus. Se a educação genérica ou dita secular tem como papel e missão o preparo ou habilitação das pessoas para a individualidade e ao convívio, a educação cristã – além dos citados fins – tem certos papéis estratégicos no processo de habilitação do homem para que cumpra os fins da vocação divina. Para isto, a cosmovisão cristã pode até dar as bases ao processo educativo geral, que tem o Estado como principal responsável, e, felizmente, não o exclusivo¹⁸, mas seu escopo é especial: seus vetores têm origem nos valores cristãos hauridos das Sagradas Escrituras, o que a faz essencialmente distinta.

Sendo certo que *o temor do Senhor é o princípio da sabedoria*, conforme diz Provérbios 9.11, este deve ser a primeira estaca ou o ponto de partida para quaisquer desenvolvimentos nos rumos da educação cristã, haja vista que ela se destina ao benefício da pessoa humana, mas para – em todas as coisas – promover a glória de Deus. Como bem assinala Barclay, o cristão crê e vivencia

¹⁷ Oliver Barclay. *Mente Cristã*, p. 11.

¹⁸ Segundo o artigo 207 da Constituição Federal do Brasil, a CF, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

o poder transformador da graça divina sobre o caráter humano na ampla influência da verdade cristã na perspectiva do ser humano, ainda que na esfera fora da Igreja e do Estado¹⁹. O quadro de referências para a conduta dos que aprendem de Jesus – manso e humilde de coração – é a própria vida dele, a quem devemos seguir, palmilhando suas pegadas. A educação inspirada na cosmovisão cristã, diante do que já se expôs até aqui, tem um inegável *caráter moral* para balizar toda aquisição de conhecimento. Este aspecto é um diferencial dela, que se reflete na prática da cidadania.

A CIDADANIA E SUAS FACES

Um dos termos mais ouvidos nas últimas décadas, em discursos políticos, em debates envolvendo a presença da pessoa na sociedade, em obras de cunho escolar e outros espaços, *a cidadania*, infelizmente, nem sempre tem sido bem compreendida. Com perceptível frequência, este termo é empregado para referências exclusivas a uma suposta condição existencial que muniria cada pessoa de certa blindagem perante o que lhe pareça ser desfavorável. Por isto, exigências outrora comuns, voltadas à conscientização da pessoa quanto aos limites pessoais a serem considerados para que haja equilíbrio na sociedade, hoje são vistos como atentados à cidadania de alguns...! Anda que isto faça algum sentido – partindo-se do pressuposto de que todos têm direito à plena realização de seus anseios, observada as suas particularidades – também nos parece certo afirmar que essa noção de cidadania, para ser legítima, não pode prescindir da consideração, simultânea, do binômio formado por **direitos e respectivos deveres** (estudado em tópico próprio adiante). Sem isto, impõe-se ser dito aqui e aonde se for, a cidadania não se firma como válida e tanto os indivíduos quanto os grupos ou a coletividade se põem em situações de que derivam conflitos sociais nascidos de desajustes que seriam, *a priori*, evitáveis.

¹⁹ Obra citada, p. 75.

O que é a cidadania?

Creemos ser a condição de todo aquele que, sendo membro da sociedade politicamente organizada, está situado como titular de direitos e obrigações, os quais permitem sua realização individual de forma livre e plena. Há alguns anos, em artigo publicado no Jornal de Jundiáí sob o título *As Faces da Cidadania*, pontuamos que poderia ser ela mais bem compreendida se sob algumas perspectivas a que chamamos de:

a) **Cidadania Civil**, que corporifica as relações personalíssimas da pessoa com o Estado nacional. Identificada como a nacionalidade, faz com que cada um tenha o *status* de cidadão de um ou mais países. Muitos, por exemplo, têm a cidadania portuguesa, enquanto temos a brasileira, havendo aqueles que têm ambas: a chamada dupla cidadania. Essa nacionalidade ou cidadania civil atribui a quem a possui um amplo rol de direitos e vários deveres: por exemplo, o dever de contribuir para as receitas públicas. Ao mesmo tempo, também o faz titular do direito de receber os serviços públicos em geral e outros menos comuns. Um destes é a proteção preferencial nos consulados e outros espaços oficiais brasileiros, caso o cidadão esteja fora de território brasileiro, normalmente em outros países.

b) **Cidadania Política**: realizada na participação da pessoa nas decisões que envolvem o controle e a direção e do Estado, esta modalidade se efetiva, quase sempre, mediante a representação política; em outras palavras, a cidadania política é, no mais das vezes, efetivada pelos representantes políticos que nós cidadãos elegemos²⁰. Tem ela duas vertentes: a ativa e a passiva. Pela cidadania política ativa, na dicção da vigente Constituição Federal, no art. 60, parágrafo 4º, inciso II, a pessoa – pelo voto direto, universal, periódico e secreto (e, desejavelmente, auditável) escolhe os seus representantes para mandatos nas funções legislativas e executivas do poder político atribuído aos entes federativos que formam organizacional e administrativamente o nosso País.

²⁰ Conforme o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal em vigor no Brasil: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Nesta perspectiva, José Francisco Cunha Ferraz Filho leciona: “Cidadania é o *status* jurídico-político que confere à pessoa humana a capacidade de participar, direta ou indiretamente, da vida civil e política do Estado.”²¹ É o denominado direito de sufrágio que o cidadão tem ou o instrumento de expressão de sua vontade política. Sendo a manifestação nuclear e mais essencial da soberania popular, o voto²² é o seu núcleo. Objetivamente: o direito ao voto ou direito de votar. Outras formas ativas dessa cidadania são o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (art. 14, incisos I a III da Constituição Federal do Brasil). Já mediante o exercício da *cidadania política passiva*, o cidadão se dispõe a ser escolhido pelos concidadãos para os cargos de representação destes. Objetivamente considerado, é o direito de ser votado ou o direito ao voto. Pode ele ser exercido pelo cidadão com o atendimento das disposições que regulamentam os pleitos eleitorais realizados periodicamente, as denominadas condições de elegibilidade.

c) **Cidadania das Prerrogativas.** Esta dimensão da cidadania – que identificamos e a que demos esse nome – foi separada dentro do tema em vista da perceptível relevância de que os elementos aqui apontados se revestem, notadamente, para a plenitude de realização da pessoa, inclusa a dimensão de sua interface com a esfera pública, o Estado. *Prerrogativas* são determinadas condições de tratamento diferenciado que assistem algumas pessoas em razão de específicas condições ou critérios que a elas se aplicam. *Exempli gratia*: aos promotores de justiça é concedido o porte de arma, diante da natureza de suas funções públicas, notadamente na defesa dos interesses coletivos e/ou individuais específicos. Cremos estarem a todos patenteados os riscos pessoais inerentes ao trabalho de quem – como os membros do Ministério Público – em nome da coletividade, formaliza denúncias contra quem comete delitos.

²¹ In Constituição Federal interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Art. 1º, inciso II, p. 5.

²² Conforme Bolivar Lamounier, “Sabe-se que o voto, visto pelo ângulo do Direito, expressa um mandato, uma vontade coletiva unificada, um acordo ou desacordo com o grupo dirigente e suas políticas. Somente na medida em que é assim considerado é que ele pode preencher o papel vital de mecanismo de autorização, ou seja, de constituição de representantes.” Cf. Direito, cidadania e participação, p. 246.

Aquela concessão, pois, é *uma prerrogativa* desses agentes públicos. Com efeito, para uma assimilação melhor disto, lembremo-nos de que nas relações com o Estado – por seus órgãos e agentes, mas também com quaisquer dos seus prepostos (concessionários, autorizados ou quaisquer que detenham o exercício de funções públicas) – o cidadão comum pode sofrer a violação dos seus direitos fundamentais ou se constatar involuntariamente impossibilitado de exercê-los, com danos até irreparáveis. Em vários casos assim, tais violações decorrem de atos impulsionados pelo abuso de autoridade ou abuso de direito. Nalgumas situações, o cidadão, se não é a vítima, é, ao menos, a sua parte mais vulnerável. Para prevenir e desestimular tais abusos e suas consequências, nossa legislação constitucional prevê um conjunto de medidas que, ao fim e ao cabo, atuam como garantias ou salvaguardas dos direitos do cidadão ante quaisquer lesões efetivadas ou mesmo de ameaças aos seus direitos. São as *garantias fundamentais*. Para ilustração, olhemos para a lesão ao direito de ir e vir ou liberdade de locomoção, que é repelida com a medida judicial do *Habeas Corpus*. Este remédio constitucional é *corretivo*, quando já foi consumado o dano ao direito do cidadão; *faz-se preventivo*, se é caso ainda de uma ameaça ou risco a tal direito. De boa lembrança é que, se a violação afetar outros direitos que não os trazidos agora, quase sempre o instrumento de defesa do cidadão está no *Mandado de Segurança* (do direito violado ou sob ameaça), remédio constitucional para muitos males, mesmo não sendo panaceia. Se a lesão é ao direito à informação ou de informar, pode a pessoa se valer do *Habeas Data*. Há outros meios para a defesa do cidadão na esfera aqui citada, não cabendo aqui o exaurimento desse rol. A menção dos meios legais expostos, portanto, exemplifica a cidadania que reconhecemos como a das prerrogativas dos cidadãos.

d) **Cidadania Social.** Quase sempre entendida pelo senso comum como sendo a única cidadania existente, esta faceta se concretiza pelos atos pessoais – nascidos da nossa responsabilidade pessoal e da solidariedade com o próximo, que cada pessoa pratica. Nela se contêm as condutas não necessariamente obrigatórias que cada um de nós realiza na convivência da vida urbana, teatro

de operações em que nenhuma legislação, regulamento, “código de ética” ou regramento qualquer tem o condão de exaurir tudo o que nós, humanos, podemos fazer. Esta cidadania é, por assim dizer, calcada na ideia ou, ao menos, em certa noção do *Princípio da Sociedade*, esta percepção ou sentimento que cada pessoa humana deve ter de que não apenas vivemos, mas convivemos. Para a materialização dela, cidadania e ética não podem ser confundidas: ainda que exista manifesta conexão entre elas, há especificidade nas suas essências e formas de expressão. Se a **ética**, por um turno, é um conjunto de valores e princípios que servem para nortear o indivíduo, projetando-se na sua vida em sociedade, a **cidadania**, por outro, diz respeito aos valores e princípios que se prestam ao espaço da interpessoalidade, lubrificando as engrenagens da malha social. Se ética é de realização pessoal, a cidadania só realiza coletivamente ou em espaços de interesse de todos. **Se a ética é vida ou vivida, a cidadania é convívio ou convivida.** Bom cidadão, nesse olhar, é quem sabe bem viver no seu meio. Essa faceta da vida humana é realizável pela pessoa, mas projetada no universo de suas relações com o mundo ao seu redor, em especial, com o seu próximo.

Essa tipologia, nascida de nossa observação e estudo da cidadania, chama a atenção para o fato de ser, na vida cotidiana, cada área acima apontada um terreno fértil em que a cosmovisão orienta e comanda as condutas – para o bem ou para o mal, ao sucesso ou ao fracasso, à virtude ou ao pecado – numa condição reflexa dos pressupostos que adota.

CIDADANIA SOB O PRISMA DA EDUCAÇÃO CRISTÃ E SUA INFLUÊNCIA

Uma vez que a cosmovisão funciona como a estrutura de compreensão que adotamos para que a realidade ou o mundo tenham sentido, o corolário natural é atuar a cosmovisão cristã de modo determinante das escolhas e ações que os seus portadores põem, em prática, com sentido. Desenvolvendo este raciocínio, podem ser considerados, aqui – ainda que de modo sucinto – alguns assuntos em que a compreensão cristã se revela bastante diversa da visão

secularizada de mundo, do homem e, por evidência, de Deus. Todos eles mantêm, por suas raízes sócio-jurídicas, algum grau de conexão com as modalidades ou facetas da cidadania apresentadas acima. E todos eles, sem exceção, envolvem a possibilidade (quando não a realidade inafastável) de ter sua prática distanciada da vontade divina, acarretando o nosso afastamento da perfeita imagem de Deus projetada em nós, quando fomos criados.

Para que possamos vencer a ampla lista de questões práticas que nos envolvem ao longo da vida, tendo como base as verdades do Evangelho, é necessário avançar ou progredir para uma *maturidade cristã*. Isto passa pela mudança do nosso entendimento ou nossa mente. Seguindo o ensinamento bíblico acerca desse processo, abonados pelo estudo bem elaborado que Oliver Barclay oferece sobre o tema *Mente Cristã*, sabemos que nossas faculdades mentais integram os recursos de nossa vida pessoal, os quais devem se voltar ao Criador. “*Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento...*”²³ existência de um cristão, cuja vida toda e toda a vida devem ser guiadas e pelo amoroso propósito de servir ao seu Criador e Senhor. Por este mesmo motivo, é ordenado aos guiados por tal orientação religiosa que - pela permanente apresentação de suas vidas como um vivo sacrifício, o que é um culto oferecido conscientemente - “*(...) não se deixem conformar com o mundo atual, mas transformem-se mediante a renovação do próprio entendimento, para que possam experimentar (ou vivenciar) a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.*” (Carta aos Romanos 12.1-2). A mente submetida à (re)orientação divina, obtida por sua Palavra Revelada²⁴ é restaurada em suas faculdades mais genuínas e recebe a capacitação ou habilidade para a compreensão dos modos como uma nova criatura deve proceder. Isto envolvem

²³ Texto bíblico de Deuteronômio 6.5 e Evangelho de Lucas 10.27.

²⁴ Conforme a 2ª Carta de Paulo a Timóteo, no capítulo 3: v.15 Porque desde a infância sabes as **Sagradas Letras que têm o poder de fazer-te sábio para a salvação**, por intermédio da fé em Cristo Jesus; v.16 **Toda a Escritura é inspirada por Deus e proveitosa** para ministrar a verdade, para repreender o mal, para corrigir os erros e para ensinar a maneira certa de viver; v.17 **a fim de que todo homem de Deus tenha capacidade e pleno preparo para realizar todas as boas ações.** (Bíblia King James, versão Atualizada) - destaque nosso.

os procedimentos que o homem realiza na sua vida particular e social, com reflexos na sua cidadania.

Direitos e Deveres.

Este é um dos binômios incindíveis de nossa vida. Se os direitos nos assistiram desde antes de nosso nascimento, acompanhando-nos até os nossos dias, também certo é que os deveres ingressaram em nossa vida, em certo momento, e deles não pudemos nos desvencilhar definitivamente, sobretudo pela conexão dos direitos com os deveres. Como nas colunas de uma demonstração contábil, com suas partidas dobradas, nas ações e acontecimentos em que há direitos envolvidos, quase invariavelmente há correspondentes deveres. O outro lado dessa moeda é análogo: em atos e fatos nos quais se impõe algum dever a alguém, por justiça, também se deve apresentar o quinhão de direito cabível àquele. Tratado aqui em hipótese, esse assunto se mostra pacífico. Contudo há em nosso tempo, se não uma flagrante antipatia, ao menos uma tendência, não rara de ser vista, voltada à rejeição do que imponha deveres sobre a pessoa, mesmo quando estes são a justa contrapartida de direitos com que alguém esteja se beneficiando. Infelizmente, o recrudescimento desse pensamento se projetou até ao campo dos direitos humanos e ao dos fundamentais. Sobre isto, bem pontua Robles:

Se o fundamento moral dos direitos exige um desenvolvimento coerente do sistema de valores em que tais direitos se inserem, parece ser indiscutível que estes não podem ter um tratamento autônomo, desligado dos valores e, por conseguinte, dos deveres em que se concretizam esses valores. Não faz sentido pretender, como é comum, fundamentar os direitos humanos sem fazê-los corresponder aos deveres e valores morais.²⁵

A mente bem instruída pela educação cujos fundamentos e realização estejam sob a direta influência da cosmovisão cristã compreende a amplitude de sua existência e acolhe com disposição

²⁵ Gregorio Robles. Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual, p. 17.

prática o sistema composto tanto por direitos como pelos necessários deveres.

Liberdade e Responsabilidade

A procura da liberdade e a luta por ela são um dos fenômenos sociais mais verificados ao longo da história, como na contemporaneidade. Ainda assim, não é difícil ser verificada a frequente lacuna de correspondência entre a liberdade e, como costumamos dizer, sua irmã-gêmea siamesa, que é a responsabilidade. Parece-nos não chegar ao senso comum a necessidade inafastável do estabelecimento de relações permanentes - de modo consciente e engajado - entre uma e outra. Longe disto, o termo liberdade parece ser ordinariamente concebido como dotado de existência autônoma e isolada e, mais grave ainda, de inconsequente exercício e fruição. Entretanto, como os dois pratos de uma balança clássica, necessariamente harmonizáveis para uma justa pesagem, o binômio liberdade e responsabilidade é incidível. A verdadeira liberdade é responsável, porque gozada de modo consciente, não se confundindo, *ab initio*, com a indesejável libertinagem. A verdadeira responsabilidade faz o homem livre, na exata medida em que permite a ele o fazer escolhas e praticar ações de que, ao depois, não se constatará refém. E sendo ele livre, pode agir responsabilmente, o que equilibra os dois pratos da dita balança da consciência, que tem por fiel a ética. Esta, de sua vez, atua como um farol aceso entre os rochedos, na escuridão de referenciais que a humanidade experimenta nestes tempos.

Alteridade e Diversidade

Da Grécia antiga nos veio a mais conhecida menção acerca da natureza sociológica do ser humano. Quando Aristóteles, na sua *Arte Política*²⁶, afirmou

²⁶ Aristóteles (384-322 a.C.), filósofo clássico grego, entre outras obras conhecidas, escreveu uma trilogia, até hoje fundamental ao estudo especializado: *Arte Poética*, *Arte Retórica* e a citada *Arte Política*.

que o homem é um *Zoon Politikón* (ser social, animal político, porque vive na *pólis*, espaço em que habita uma coletividade), historicamente assinalou uma referência importante para quaisquer abordagens que levem em conta a pessoa, mas contemplada nas relações interpessoais que se estabelecem, desde o início dos tempos. O exercício da genuína cidadania, que é axiologicamente bem orientada – como estamos propondo neste texto – pode ser viabilizado pela educação cristã e certamente tem em alta conta serem distintos os indivíduos. A noção de que o próximo de mim é outra pessoa, com suas dores e delícias, mas também como um ser que porta as peculiares marcas advindas da criação original, como a imagem e semelhança divinas, levam, como um corolário, à compreensão da **alteridade**. O outro (de *alter*, no grego), por sua unicidade²⁷, não é igual a mim e nem sou igual a ele, ainda que existam vários elementos físicos e culturais que nos nivelem, em muitos aspectos. O modo de compreender o outro, quando iluminado pela cosmovisão cristã, faz com que – sem cair areia movediça da cumplicidade por omissão – possamos ter empatia com o próximo. Vale dizer que não se devem fazer vistas grossas a comportamentos errôneos, mas também não se pode condenar outrem estando ausente a devida apuração dos fatos, dando a oportunidade à defesa e ao contraditório. Deus é o justo Juiz, perante cujo tribunal as contas de todos estão postas.

Ainda quanto à alteridade, pontue-se que o termo indivíduo é da família semântica de *indivisível*. Na sua raiz, ambos trazem a ideia de algo que não se pode fracionar ou dividir, sob pena de alteração da sua essência. Assim é o indivíduo ou cada ser humano, o que o torna, em cada caso, sem iguais. Mas esta simultânea **singularidade** em tantos que somos, acarreta a **diversidade** de todos. No todo de seu ser, cada pessoa é mesmo única, o que resulta constituir a humanidade como um imenso mosaico de concepções, anseios e algumas realizações, entre outros aspectos subjetivos, de acordo com as

²⁷ Michel de Montaigne afirma que, dentre os seres vivos, a marca distintiva é a *unicidade*. Cada ser é único, singular, pelo que afirma tal pensador não ter existido, não existir e que não existirá sequer um grão de cereal igual a outro. Isto se harmoniza com o *princípio da identidade* formulado por Aristóteles, quer nos parecer.

cosmovisões que foram sedimentadas ao longo da vida. Nem todos chegam a atinar e compreender a singularidade pessoal e, por conseguinte, encontram enorme dificuldade em perceber a rica oportunidade que ela oferece à construção da diversidade resultante.

A **ideia de diversidade**, neste estudo, vai longe do conceito em voga hoje, que nela identifica como um conjunto de quaisquer condutas certas ou erradas, morais ou imorais, justas ou injustas, as quais ficam abrigadas sob o guarda-chuva de certa cegueira valorativa, que é cumulada por uma omissiva indiferença ao erro, às vezes autorrotulada de tolerância. Não! A educação iluminada pela cosmovisão cristã atua para instruir a pessoa, habilitando-a para atender à vocação divina no mundo criado por Deus, o qual inclui, além de nós, as outras pessoas, cristãs ou não. Nesse universo, a mente instruída pelos valores cristãos pode bem compreender a alteridade, já que o próximo deve ser visto a partir da condição de criatura divina e, assim, mesmo caído, pela diversidade pessoal, com as diferenças reais que tal condição acarreta. Os valores da cosmovisão cristã permitem que seja assimilada uma salutar concepção de diversidade. Esta também se constitui pela multiplicidade de dons, talentos e aptidões com que fomos criados. Neste caso, o paradigma para a definição do que é admissível como diverso tem suas raízes na Palavra Revelada de Deus. Os seres humanos não são iguais. Há uma estrita individualidade, cujo centro é a consciência pessoal. *Cada um é cada um*, dizia um colega seminarista há tempos. Mas o encontro dos indivíduos – assinaladamente distintos entre si – é o que permite a existência do mosaico resultante da composição diversificada oriunda de tantas fontes. Iguais como criaturas de Deus – sejamos bárbaros ou citas, homens ou mulheres, negros ou brancos, citadinos ou rurais, ricos ou pobres, jovens ou idosos – porque todos caídos da graça e carentes da divina providência. Por isso a graça divina é surpreendentemente alcançadora de tantos, com sua diversidade de compreensões, aptidões e expectativas. Na compreensão cristã, vemos a Igreja composta por seres humanos desiguais em muitos pontos, mas outrora nivelados pela necessidade de aquisição de uma nova vida. Esta lhes foi gratuitamente concedida por Aquele que se fez homem

e habitou entre nós. Os cristãos, como seres humanos, têm sua individualidade e vivem na diversidade pessoal, todavia já restaurados pela obra redentora divina. A educação iluminada pela cosmovisão cristã, desse modo, possibilita que indivíduos convivam em ambientes de cidadania cooperativa.

Participação Política

Tendo como pressuposto o fato de termos sido criados como seres associativos, que não encontram o melhor do potencial existente em cada pessoa exceto se pelo convívio com seus pares – em alteridade e diversidade pessoal – faz sentido a adoção da partilha de opiniões e oportunidades nas atividades ligadas aos modos de aquisição do poder político e ao exercício da arte de governar a sociedade. Na cosmovisão cristã, todo poder pertence a Deus, o soberano Senhor de todas as coisas. Ele é quem constitui os governantes da terra, sendo certo que vem dele a autoridade dos que dirigem as nações e os reinos. Na Carta aos crentes de Roma – então cidade-sede do grande império – Paulo, o Apóstolo, diz àqueles seguidores do primeiro século da Era Cristã, no Capítulo 13, versos 1 a 5:

1. Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas.
2. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão condenação sobre si mesmos.
3. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela,
4. visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.
5. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência.

Um perceptível ensino desse texto da Escritura Sagrada é o de que a obediência aos que recebem os mandatos governativos materializa, a um só tempo, uma forma de submissão e obediência à vontade de Deus, o Rei Eterno, manifesta na investidura divina de poder temporal em certas pessoas. A resistência àqueles que foram autorizados por Deus, exceto nos casos em que suas decisões interferiram na relação entre a pessoa e o Criador – como são as violações do direito à liberdade religiosa, por atos impeditivos do livre exercício da crença, do culto, da expressão e da organização – faz configurar inequívoca prática ruptura do que Deus determinou. O saudoso pastor e professor Rev. Sproul em seu texto acerca da separação entre a Igreja e o Estado, bem explanou sobre o papel do Estado:

É uma função de governo o decretar leis, e essas leis são idealizadas para promover justiça. Deus nunca dá ao Estado o direito de fazer o que é errado. O Estado não exerce sua autoridade com autonomia, como uma lei para si mesmo, mas é sujeito ao governo supremo de Deus. Por esta razão, o Estado é considerado responsável, por Deus, pela promoção da justiça. (...) É claro que isto pressupõe que os magistrados civis estão funcionando de maneira justa. No entanto, sabemos que há governos que apoiarão, endossarão e sustentarão práticas e princípios maus.²⁸

Ao mesmo tempo, até como um corolário do texto acima, cremos que sobre os cidadãos que escolhem seus governantes por meio de eleições e outros meios eventuais de suprimento dos cargos diretivos dos Estados repousa **uma grande responsabilidade**: a de se manterem fiéis a Deus por meio de escolha e votação em pessoas que tenham consciência da verdadeira titularidade do poder que, momentânea, detêm em suas mãos. Dito de outra forma, sendo Deus o Senhor de toda a terra, derivado é o poder temporal que os humanos recebem, para o exercício de mandatos, para o quê os eleitores e todos que detêm o poder de seleção e investidura em cargos públicos de governo são responsáveis diante dele e disso hão de lhe prestar contas. Por isto, tais mandatos devem ser

²⁸ Robert C. Sproul. Qual é a relação entre igreja e estado, p. 28 e 29.

períodos de benefícios e paz aos cidadãos em geral, para que possam – tanto consciente quanto livremente – realizar seus direitos e obrigações. Na efetivação destes objetivos, a vontade do Senhor é cumprida e o nome dele é glorificado. Também a Bíblia ordena que se façam orações em favor de todos os homens, notadamente pelos que se encontram investidos de autoridade pública²⁹. Estas coisas compõem o quadro de referências de uma pessoa que tem pleno exercício de sua cidadania, mas orientada pela cosmovisão cristã.

Por outro lado, é situação de flagrante afastamento da vontade divina revelada³⁰ – com prática inequívoca de pecado – um cristão dar seu apoio a candidatos e mesmo a governantes que se declaram contrários à vontade de Deus, que praticam obras más e injustas, em certos momentos até atuando para embarçar o andamento das instituições religiosas em geral. Atentemo-nos, por oportuno, aos não raros casos nos quais agentes políticos, como vorazes lobos, estão camuflados em peles de carneiros. Estes, com lamentável frequência, de modo sorrateiro, usam publicamente o discurso cristão, mas, na prática de seus gabinetes e nas coligações que constroem, põem-se ao abraço com partidos declaradamente anticristãos, a estes favorecendo, em detrimento do bem coletivo, quando não configurando o antirreligiosismo e a perseguição religiosa sob qualquer pretexto.

Estando *a educação iluminada pela cosmovisão cristã* ancorada nos *valores especiais* que visam aos verdadeiros fins da existência do ser humano e da sociedade que este integra, por certo ela exerce uma função **axiológica ou valorativa**. É próprio que tal modelo educativo se caracterize por munir os egressos de seu ensino de conteúdos em que os mesmos valores e seus derivativos se reflitam nas suas condutas pessoais e profissionais. Outra função é a **principiológica**, que se apresenta mediante os parâmetros que tal sistema educacional sustenta e transmite, no cumprimento de sua indelegável missão

²⁹ Diz a Carta de Paulo a Timóteo, 2,1-2: Antes de tudo, recomendo que se façam súplicas, orações, intercessões e ações de graças por todos os homens; pelos reis e por todos os que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranquila e pacífica, com toda a piedade e dignidade.

³⁰ Na nossa concepção cristã, Deus, Senhor soberano do universo, revela-se a nós pela Escritura, a Bíblia.

de concretizar a “*educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra*”³¹, num olhar mais restrito. Já em um olhar mais amplo, a educação cristã tem se mostrado útil a muitos que a recebem (independendo de vinculação religiosa pessoal com suas instituidoras e mantenedores), pelo seu conteúdo de natureza ético-moral, legando-lhes certo despertar à dimensão espiritual do homem e de tudo o que envolve a sua vida. Isto, nesta era de materialismo e impessoalidade egoísta, apresenta-se até como uma das vantagens competitivas da *educação cristã*. Uma pessoa não cristã que passa pela instrução de uma escola confessional cristã recebe princípios ético-morais e informações de ordem filosófico-religiosas que dão a ela uma visão existencial diferenciada quanto ao ser humano, em suas relações consigo mesmo, com o próximo e com Deus. Isto, na prática, exerce sensível papel na capacidade profissional de gerir – de modo criativo e responsável – pessoas e bens, assim como a interação com o mercado, com o governo, bem como com seus *partners* e concorrentes. Sobre essa capacitação, Plantinga Jr. descreve tal processo, ao discorrer sobre a Redenção e os seus efeitos na vida prática dos cristãos, com realce do papel desempenhado pela educação com visão cristã:

As Escrituras e as confissões nos dão princípios sólidos e orientação para a reforma da vida, mas também somos convidados a encontrar maneiras criativas de os aplicar no mundo contemporâneo. Essa é uma das razões por que uma formação em uma faculdade cristã é uma grande aventura para os crentes em Cristo. Numa comunidade de fé, abençoada com inteligência em abundância, devoção e experiência, unida pelo respeito mútuo e responsabilidade, os cristãos podem explorar “as alturas e profundezas” de nosso mundo natural (entre outras coisas). Juntos, corpo docente, alunos, auxiliares, podem explorar o mundo e suas culturas antes de pretender entendê-las; entendê-las antes de presumir elogiá-las; e avaliá-las com julgamento instruído, adquirido pela comunhão com Jesus Cristo, “em quem todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos” [Colossenses 2.3]. (...) O

³¹ Texto da 2ª Carta de Paulo a Timóteo, cap. 3.16-17.

discernimento é uma das facetas da sabedoria, que é o objetivo principal da instrução cristã em nível superior. Porém os cristãos não buscam sabedoria somente porque dá satisfação saber como funciona a vida.³²

No campo da participação política, podemos resumir – com base nessas últimas ponderações – que a mente bem orientada pela cosmovisão cristã compreende, à luz da revelação bíblica, que o Senhor de todas as coisas é Deus. O ser humano participa, como um servo e cooperador, do processo divinamente estabelecido, pelo qual recebe as tarefas a serem cumpridas na sociedade, inclusas as que concernem ao governo temporal desta. Cada pessoa, nesse sistema, deve ser um dos que escolhem os governantes, mas deverá igualmente poderá se dispor à ocupação de cargos públicos, se a isto for legitimamente chamado. Em qualquer desses papéis, é dever cristão e de lúdima cidadania o empenhar-se para o bom exercício dos direitos e deveres que tais atividades cívicas comportam. A educação cristã, portanto, e para tanto, é o instrumento metodológico que oferece os saberes e a formação de caráter indispensável àquela missão pública, para o alcance dos objetivos dela.

Sendo honesto em um mundo de desonestos “bem-sucedidos”

Este é um dos campos em que os cristãos encontram fértil terreno para, em potencial, ou agir como descrentes ou se portarem como servos de Deus guiados por claro propósito e firme disposição de agradar ao Senhor. Mas também neste quadro, a educação vetorizada pela cosmovisão cristã, tem o condão de munir de uma base segura os que recebem sua formação, para que se não deixem enredar pelos falsos conceitos comumente encontrados. Frequentemente, espocam notícias acerca de pessoas e grupos os quais – mediante condutas irregulares e mesmo imorais – obtêm benefícios no campo material, social, acadêmico e até religioso. Em situações assim, não raramente são geradas profundas insatisfações naqueles que, pelo suor do trabalho

³² Cf. O crente no mundo de Deus, p. 103-104

prestado de sol a sol, não conseguem e nem recebem resultados que a si permitam o mero usufruto de uma vida com algum digno conforto, ainda que em patamares mais modestos.

Diante de quadro, sabemos e acolhemos o ensino da educação cristã, o qual apresenta o caminho do trabalho com honestidade como forma de cumprimento do *chamado* ou *vocação divina*³³ para o exercício de uma ou mais tarefas profissionais ou ativas na sociedade - as quais nem sempre são consideradas dignas ou recebem o apreço social que merecem - numa perspectiva que não compreende o sucesso a qualquer custo como aceitável. É componente da cidadania plena a ocupação do espaço social em que a pessoa exerce os seus papéis, o que deve ser realizado com o investimento de todas as capacidades físicas e mentais de cada um.

O mal-estar causado pela prosperidade dos ímpios em pessoas decentes e que se empenham na busca do bem é um tema antigo na história, passando pelo registro bíblico, como consta dos salmos 37 e 73, de que se transcrevem, a seguir, alguns fragmentos. Neles, o problema tem tratamento específico, demonstrando o ponto de vista divino sobre isso.

Salmo 37.1-9 e 16

1. Não te indignes por causa dos malfeitores, nem tenhas inveja daqueles que praticam a iniquidade.
2. Pois eles logo definharão como a relva e murcharão como a erva verde.
3. Confia no Senhor e faze o bem; habita na terra e alimenta-te da verdade.
4. Agrada-te do SENHOR, e ele satisfará os desejos do teu coração.
5. Entrega o teu caminho ao SENHOR, confia nele, e o mais ele fará.
6. Fará sobressair a tua justiça como a luz e o teu direito como o sol ao meio-dia.

³³ João Calvino diz: “Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus.” *Apud* Hermisten Costa, *Calvino de A a Z*, verbete Trabalho, p. 284.

7. Descansa no SENHOR e espera nele, não te irrites por causa do homem que prospera em seu caminho, por causa do que levam a cabo os seus maus desígnios.
8. Deixa a ira, abandona o furor; não te impacientes; certamente, isso acabará mal.
9. Porque os malfeitores serão exterminados, mas os que esperam no SENHOR possuirão a terra. (...)
16. Mais vale o pouco do justo que a abundância de muitos ímpios. (...)

Salmo 73.1-6, 16-18 e 27-28

1. Com efeito, Deus é bom para com Israel, para com os de coração limpo.
2. Quanto a mim, porém, quase me resvalaram os pés; pouco faltou para que se desviassem os meus passos.
3. Pois eu invejava os arrogantes, ao ver a prosperidade dos perversos.
4. Para eles não há preocupações, o seu corpo é sadio e nédio.
5. Não partilham das canseiras dos mortais, nem são afligidos como os outros homens.
6. Daí, a soberba que os cinge como um colar, e a violência que os envolve como manto. (...)
12. Eis que são estes os ímpios; e, sempre tranqüilos, aumentam suas riquezas. (...)
16. Em só refletir para compreender isso, achei mui pesada tarefa para mim;
17. Até que entrei no santuário de Deus e atinei com o fim deles.
18. Tu certamente os pões em lugares escorregadios e os fazes cair na destruição. (...)
27. Os que se afastam de ti, eis que perecem; tu destróis todos os que são infieis para contigo.
28. Quanto a mim, bom é estar junto a Deus; no SENHOR Deus ponho o meu refúgio, para proclamar todos os seus feitos.

Esses dois salmos, entre outras passagens bíblicas que lidam com tal quadro existencial, bem exemplificam o ponto de vista de um cristão quanto ao progresso daqueles que – não tendo temor a Deus, bem como desprezando os

valores da cosmovisão cristã acerca do trabalho honesto e seus justos resultados – auferem progresso material e prestígio social de suas condutas malsãs. No entanto, a mente bem instruída pela educação que segue a trilha aberta e definida por uma visão de mundo ancorada em valores e princípios cristãos não se deixa seduzir pela tentação de duvidar na *Divina Providência*; esta, de modo soberano e perfeito, conduz todas as coisas, todos os acontecimentos para os fins determinados pelo próprio Deus. Neste cômputo, foram inclusas as vidas dos seus filhos, os quais – por não serem órfãos num mundo de desesperados incrédulos – não se podem deixar levar pelas impressões obtidas do sucesso terreno e finito alcançado pelos que não são tementes a Deus. Estes, na sua cegueira, confiam tão somente em suas posses, pelo que eles e seus tesouros são, de fato, vulneráveis ao extremo³⁴. De outro modo, os que põem sua confiança em Deus, não se apoquentam de ver os ímpios usufruindo, no mais das vezes, o fruto dos atos malévolos que põem em prática. Sobre essa necessária diferença de perspectiva e decorrente ação, Calvino salienta um ponto notável: “Quando depositamos nossa confiança nas riquezas, na verdade estamos transferindo para elas as prerrogativas que pertencem exclusivamente a Deus”³⁵.

E esta é, em qualquer momento de sua análise, a grande questão em tela quando se está diante de situações que se mostram até mesmo paradoxais, como a daqueles que se beneficiam precisamente dos malefícios que causam. Os que, simultaneamente, gozam da dupla cidadania do céu e da terra – como são todos os guiados pela instrução abençoadora da educação iluminada pela cosmovisão cristã – têm contínua oportunidade de se conduzirem de modo consciente. Assim, mantêm-se libertos da visão equivocada, fruto da cegueira espiritual, que não compreende a ação presente e permanente de Deus, por isto,

³⁴ Diz Jesus em Mateus 6.19-21. “Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça e nem ferrugem corroem e onde ladrões não escavam e nem roubam; porque onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração.”

³⁵ *Apud* Hermisten M. P. Costa, *obra citada*, verbete Pobreza, p. 219.

sofre com a prosperidade dos ímpios. Sabem bem os que confiam no Senhor³⁶ que situações despertadoras de sua justa indignação são, antes, uma oportunidade de reexame de suas vidas e convicções, tanto para correção de quaisquer riscos de desvios, quanto para reforço e consolidação das condutas que – pela segura instrução cristã e amparo da graça divina – foram habilitados a realizar.

CONCLUSÃO

Estando a prática educativa irrigada pelas límpidas águas que descem os montes dos bons postulados da cosmovisão cristã, está apta ao ensino e preparação de seus alunos para um viver que seja tanto livre quanto responsável. Deste modo, tanto os estudantes quanto, sobretudo, os egressos de escolas com orientação fundamentada nesses valores – por si mesmos, no autônomo uso de sua mente munida de ciência e consciência – podem fazer as melhores opções profissionais, como também filosóficas, científicas, religiosas e políticas. Esse modal educativo, mais que as informações ao conhecimento de que o alunato necessita e vai buscar na escola, também oferece a formação interior, reconhecidamente essencial a que cada egresso chegue a ser um titular de sua plena cidadania, nos vários âmbitos em que esta seja exercida.

A educação cristã, pelo exposto, adota a perspectiva integral do ser humano, haja vista que, como desde cedo afirmado aqui, tanto *a priori* como sempre, nele a cosmovisão cristã contempla a imagem de Deus. E esta perspectiva é determinante para tal educação, que se reflete na vida particular e social de cada pessoa, como um cidadão do céu e da terra.

Creemos nisso e desejamos ver sempre tal realidade! Como bem pontuam Dockery e George, “essa verdade de Deus revelada estabelece o quadro para a compreensão do mundo dos fatos da história e do homem e de nossas responsabilidades para com Deus e o próximo”³⁷. É, pois, nesta

³⁶ Salmo 125.1 “Os que confiam no SENHOR são como o monte de Sião, que não se abala, mas permanece para sempre.”

³⁷ Cf. A grande tradição intelectual cristã. Um guia de estudo, p. 80.

perspectiva, que contemplamos a cosmovisão cristã vetorizando a educação, para que a cidadania plena e tão gratificante possa ser alcançada e vivida.

Que nossa mente, coração e mãos estejam integrados para que toda a nossa atividade como seres humanos educados à plena cidadania glorifique o nosso Criador!

REFERÊNCIAS

BARCLAY, Oliver. *Mente Cristã*. O uso do intelecto na aplicação da verdade bíblica aos assuntos práticos do cotidiano. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ª Edição, versão Revista e Atualizada no Brasil. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. – 18ª reimpressão.

COSTA, Hermisten. *Calvino de A a Z*. São Paulo: Editora Vida, 2006. Col. Pensadores Cristãos.

COSTA, Hermisten. *Introdução à Educação Cristã*. Brasília (DF): Editora Monergismo, 2013.

CUNHA, Alexandre Sanches. *Todas as Constituições Brasileiras*. Edição comentada. Campinas: Bookseller, 2001.

DOCKERY, David S. e GEORGE, Timothy. *A Grande Tradição Intelectual Cristã*. Um estudo da história milenar dos pensadores cristãos. Tradução de Sandra Salum Marra. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, F. C. e BENEVIDES, M. V. (Orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

MACHADO, A. C. C. (Org) e FERRAZ, Anna Cândida da C. (Coord).
Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 2ª ed., Barueri: Manole, 2011.

PLANTINGA JR., Cornelius. *O Crente no Mundo de Deus*. Uma visão cristã da fé, da educação e da vida. Tradução de Francisco S. Portela Neto. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

PLATÃO. *Discurso de Sócrates: Teeteto*. Disponível em <https://www.baixelivros.com.br/download-gratuito?teeteto.pdf>. Acesso em 31 de julho de 2021.

RYKEN, Philip Graham. *Cosmovisão Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

ROBLES, Gregorio. *Os Direitos Fundamentais e a Ética na Sociedade Atual*. Tradução de Roberto Barbosa Alves. Barueri, SP: Manole, 2005.

SIRE, James W. *Dando nome ao elefante: cosmovisão como um conceito*. Tradução de Paulo Zacharias e Marcelo Herberts. Brasília (DF): Editora Monergismo, 2012.

SPROUL, R. C. *O Conhecimento das Escrituras*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

SPROUL, R. C. *Qual é a Relação entre Igreja e Estado*. São José dos Campos (SP): Fiel Editora, 2014. Coleção Questões Cruciais, vol.18.

REVISTAS

Fides Reformata, vol. XIII, nº 2, Edição Especial (Educação). São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

CAPÍTULO 3

A AGENDA POLÍTICA DOS MISSIONÁRIOS PRESBITERIANOS NO JORNAL IMPRENSA EVANGELICA (1864-1867)

Carlos Kleber Araújo de Oliveira

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

UMA BREVE HISTÓRIA DO JORNAL IMPRENSA EVANGELICA (1864-1892)

Fundado no dia 24 de outubro de 1864, com a primeira publicação em cinco de novembro do mesmo ano¹, o Imprensa Evangelica² foi um jornal criado pelo missionário fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil³, Ashbel Green Simonton (1833-1867), que circulou por vinte e oito anos, tratando-se do primeiro jornal protestante em língua portuguesa no Brasil. Fazia parte do projeto missionário presbiteriano utilizar a imprensa, com objetivos proselitistas, mas também, com intenções políticas, alcançando primeiramente as pessoas que possuíam instrução e tinham influência na sociedade⁴. Como o

¹ Primeira tiragem de 450 exemplares.

² Imprensa Evangelica e não Imprensa Evangélica (com acento), porque na época não usava.

³ Segundo dados da Secretaria Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, fundada pelo missionário estadunidense Ashbel Green Simonton, a referida instituição possui 649.510 membros, 2805 igrejas, além de outras 2263 congregações, 4475 pastores, afora o Instituto Mackenzie, dezenas de escolas, uma rede de ensino, associações, hospitais, entre outros, atuando em todos os estados da união (A pesquisa foi realizada no dia 14 de agosto de 2020, disponível em <http://www.executivaipb.com.br/estatisticas>).

⁴ De acordo com Santos, o missionário estadunidense havia percebido a influência que os periódicos tinham sobre o público brasileiro, mais precisamente o carioca e paulista (SANTOS, 2009, p. 42).

uso descuidado da imprensa poderia prejudicar a obra proselitista, deu-se de maneira “tática”⁵. Ilustramos na citação a seguir o uso político do jornal:

A liberdade de consciência é um direito que todos os homens receberam da natureza com a vida {PENN}. [...] O despotismo tyrannico dos soberanos é um attentado contra os direitos da fraternidade humana {FÉNELON}. [...] O despotismo condemna os homens a disfarçar suas virtudes. Para tornar o christianismo alliado do despotismo foi preciso desnatura-lo {BENJAMIN CONSTANT}. [...] Sabeis porque não gosto do despotismo? É porque tem o funesto poder de aviltar as almas, e por uma justa percussão inspirar aos despotas um desprezo pelos homens igual ao seu servilismo {O ARCEBISPO DUPANLOUP}. (Imprensa Evangelica, 16 de dezembro de 1871, p. 191, grifos nossos)

Apesar de seu foco principal ser religioso, o periódico presbiteriano não ficou alheio às questões políticas do seu tempo (1864-1892), como claramente se percebe no fragmento acima, pela defesa do direito de liberdade de consciência, tendo como apoio o pensamento dos autores liberais William Penn, François Fénelon, Benjamin Constant e Félix Dupanlop. O Rev. Ashbel Green Simonton⁶, o seu cunhado, o Rev. Alexander Lattimer Blackford⁷, além de José Manoel da Conceição⁸, compuseram a primeira equipe editorial do jornal⁹, “sendo Simonton, o coordenador até o ano da sua morte em 1867”¹⁰. Inicialmente, seria publicado a cada semana, posteriormente, foi decidido que seria impresso a cada quinze dias¹¹, o que aconteceria nos primeiros e terceiros

⁵ Conceito de Michel de Certeau.

⁶ O fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil chegou ao Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1859.

⁷ Cunha ado do Rev. Ashbel Green Simonton e, também, oriundo dos Estados Unidos.

⁸ José Manoel da Conceição foi o primeiro pastor evangélico brasileiro. Ele foi ordenado por Simonton e Blackford.

⁹ Aparecem também como colaboradores Antônio José dos Santos Neves, Domingos Manoel de Quintana, Dr. Miguel Vieira Ferreira e Júlio César Ribeiro Vaughan (SANTOS, 2009, p. 63).

¹⁰ SANTOS, 2009, p. 18.

¹¹ A partir do segundo exemplar ocorreu a mudança. O objetivo foi garantir a qualidade editorial do periódico e não prejudicar o trabalho de evangelização foi necessário alterar a periodicidade do jornal (SANTOS, 2009, p. 63).

sábados de cada mês. Foi impresso o primeiro número na tipografia universal de Laemmert, situada a Rua dos Inválidos, nº 62. Tinha o formato de oito páginas, cujo tamanho era de vinte centímetros de largura, com trinta centímetros de altura. Somente o primeiro exemplar foi impresso nesta tipografia, uma vez que os irmãos Laemmert haviam sido ameaçados e acabaram desistindo da impressão. O valor do jornal era de 520 réis, havendo a possibilidade de se realizar assinaturas trimestrais, semestrais ou anuais. Foram distribuídos na corte e em outros pontos distantes do país¹².

Ainda que o objetivo primário do Imprensa Evangelica fosse claramente evangelístico ou proselitista, também podem ser notadas várias percepções sobre questões política, cotidiano, música e até noticiário internacional. O missionário Simonton, bem como os outros editores que o sucederam, eram também cidadãos preocupados com o mundo físico e cultural, pois a sua cosmovisão cristã calvinista¹³ incluía a transformação da vida e da sociedade, como um todo, segundo o padrão de Deus. Não eram lunáticos que desprezavam o cotidiano, muito menos eremitas, que desenvolviam sua religiosidade de forma isolada da sociedade. Também não dicotomizavam os assuntos do dia a dia entre secular e profano. Eram seres humanos que possuíam ideias, anseios, frustrações e representações sobre os mais variados temas em harmonia com seus “óculos reformados”.

Na primeira fase (1864-1867), Rev. Ashbel Green Simonton foi o responsável, sucedido pelo Rev. Alexander Blackford (1868-1876), o terceiro período ficou sob a tutela do Rev. George Whitehill Charberlain (1877-1885). Segundo Santos, a última fase (1886-1892) foi administrada por líderes eclesiais presbiterianos estadunidenses e brasileiros¹⁴. Os três primeiros gestores da redação do Imprensa Evangelica eram oriundos dos Estados Unidos, uma nação fortemente marcada pela influência do Calvinismo e, também, conhecida pelas ideias políticas liberais. Os seminários teológicos

¹² SANTOS, 2009, p. 63.

¹³ O conceito de cosmovisão que utilizaremos é o de David Naugle, que compreende uma

¹⁴ SANTOS, 2009, p. 18.

onde estes missionários presbiterianos estudaram não ficavam indiferentes às questões relativas à cultura da sua temporalidade (política, economia, arte, ciência). Eram ambientes acadêmicos que discutiam, para além das questões religiosas e metafísicas, os mais variados assuntos, como se pode claramente visualizar na Teologia Sistemática de Charles Hodge¹⁵, professor de Ashbel Simonton e reconhecido líder da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Nesta obra, por exemplo, podemos encontrar discussões acerca do Racionalismo, Deísmo, Materialismo, Positivismo, Darwinismo, Socialismo, dentre muitos outros, inclusive com repercussões na política.

Simonton, Blackford e Chamberlain percebiam o mundo a partir da sua cosmovisão cristã e calvinista, o que implicou o ajuste do seu quadro de referências epistemológico, filosófico, político, econômico e, obviamente, teológico. Isto fica muito evidente quando se observa cuidadosamente o *Imprensa Evangelica*¹⁶. O referido jornal discorreu sobre vários assuntos. Para além das questões religiosas, diversas questões nacionais e internacionais foram discutidas pelos missionários estadunidenses: Guerra do Paraguai, Comuna de Paris, Socialismo, Unificação Italiana e Alemã, entre outros, o que nos despertou o interesse de analisar o modo como estes missionários estrangeiros expuseram sua agenda política tática, diante dos principais acontecimentos do Império na década de sessenta do Oitocentos.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DA AGENDA POLÍTICA DOS MISSIONÁRIOS NO IMPRENSA EVANGELICA

A nossa pesquisa sobre a agenda política dos missionários no *Jornal Imprensa Evangelica* acompanha as propostas teórico-metodológicas da Nova História Cultural (NHC). Herdeira dos pressupostos da Escola dos *Annales*,

¹⁵ HODGE, 2001.

¹⁶ De acordo com Santos, o missionário estadunidense havia percebido a influência que os periódicos tinham sobre o público brasileiro, mais precisamente o carioca e paulista (SANTOS, 2009, p. 42).

ela propicia abordagens próprias na produção do saber histórico. *Annales* se constituiu como um marco decisivo na organização e sistematização dos historiadores que visualizavam a cultura como uma dimensão por demais fecunda. O modo de fazer história seria tratado de forma única, nova. Não estavam em foco apenas eventos, indivíduos e política concebidos isoladamente, mas conjunturas, coletividades, massas, economias, sociedades e civilizações que são construídas pelo historiador (REIS, 2012, p. 145). Por outro lado, o economicismo tão arraigado do materialismo histórico (e tão decisivo nas análises marxistas) passou a ser redimensionado pelos pensadores dos *Annales*. A política, a religião, as pessoas comuns (não apenas os grandes personagens), foram integrados na explicação dos acontecimentos. A Nova História Cultural, por sua vez, é um termo que se justificou porque comunica uma nova forma de “fazer história”, ainda que possamos dizer que se trata de um movimento herdeiro (contudo, não único) dos *Annales*. Por nova, entenda-se como uma tendência que se desenvolveu a partir de 1968. Por cultural, compreenda-se a distinção da história intelectual ou da história social, com novas ênfases, sobretudo uma atenção especial para “subculturas”. Além disso, novos quadros teóricos e à atenção às práticas culturais e representações constituem este novo roteiro da NHC. A Nova História Cultural, manteve os traços originais de sua filiação e desenvolveu características próprias no final da década de sessenta do século passado. Os *Annales* tinham pautado suas reflexões na ampliação do conceito de fontes históricas, o que impactou diretamente no surgimento de novos objetos, abordagens e metodologias, além da percepção da necessidade de uma análise interdisciplinar por parte do historiador. Como consequência imediata, percebeu-se o “aparecimento” das pessoas comuns, que eram esquecidas por causa “dos grandes nomes do passado”, bem como a inserção da cultura popular como interesse de análise. Nesta linha de análise da cultura como um campo plural de compreensão, Max Weber (1864-1920), um pensador clássico da Sociologia¹⁷, colaborou bastante, sobretudo porque percebeu, com maestria, a religião como uma parte da cultura

¹⁷ Juntamente com Karl Marx e Émile Durkheim.

que orienta comportamentos políticos e econômicos, uma atitude intelectual muito próxima da Escola dos Annales e da Nova História Cultural. Weber analisou as principais religiões do mundo da sua época¹⁸ e não percebia a religiosidade como um simples aparato de uma “superestrutura” marxista¹⁹. O sociólogo alemão advogava:

Não somos partidários da tese de que a natureza específica de uma religião seja uma mera “função” da estrutura social do estrato que se manifesta como seu portador característico, nem que a religião represente a ideologia do estrato, o que “reflete” os interesses materiais ou ideias do estrato. Pelo contrário, seria um erro fundamental cair exclusivamente neste tipo unilateral de considerações. Por mais decisivas que sejam as influências sociais, econômicas e políticas sobre uma ética religiosa, em um caso específico, adquire essencialmente sua peculiaridade a partir de fontes religiosas e, primordialmente, do sentido de sua pregação e de sua promessa. Com frequência, essas pregações e promessas são reinterpretadas basicamente pela geração seguinte. As reinterpretações adaptam a doutrina às necessidades da comunidade religiosa. Quando isso ocorre, o comum é que as doutrinas religiosas sejam adaptadas às necessidades religiosas. Outros âmbitos de necessidades só poderiam determinar uma influência acessória; todavia, com frequência ela se torna manifesta e, às vezes, é essencial. (WEBER, 2015, p. 12)

Ele utilizava o entendimento de ética econômica para elucidar as possibilidades de ação que se baseavam no nível psicológico e pragmático das religiões, interessando-se por compreender o estilo de vida e a relação de mútua influência entre os extratos sociais e a fé das pessoas. Conforme Weber, a religião não era apenas um produto da economia, ainda que a ética prática da religião fosse influenciada por ela, mas também influenciadora²⁰. De acordo

¹⁸ WEBER, 2015, p. 9.

¹⁹ Para Karl Marx, a Superestrutura é o aparelho ideológico criado pela burguesia, que domina o direito, os meios de comunicação, a educação e a religião. Este pensador alemão materialista via a religião como sendo parte de uma engrenagem de exploração capitaneada pelo grupo social dirigente.

²⁰ WEBER, 2015, p. 10.

com os pressupostos weberianos, as ações dos indivíduos eram motivadas por razões diversas e, desta forma, pressupomos que os missionários responsáveis pela edição do *Jornal Imprensa Evangelica* agiam de modo racional, com relação a fins religiosos e políticos. Para os missionários calvinistas Simonton, Blackford e Chamberlain, “o mundo existia para servir à glorificação de Deus como finalidade última, o que incluía não apenas a salvação dos seres humanos da condenação eterna, mas também a transformação do mundo para a sua honra”²¹. Rejeitamos, portanto, a ideia de que fossem sujeitos históricos apolíticos ou indiferentes ao mundo.

Neste mesmo esteio de percepção dos indivíduos, em sua singularidade, e em harmonia com os postulados de Max Weber, Michel de Certeau possui uma abordagem teórica alinhada à Nova História Cultural, que também irá auxiliar a nossa compreensão acerca das práticas culturais, mais precisamente, a religiosa²², e o conceito de reutilização²³ aplicado aos sujeitos históricos Simonton, Blackford e Chamberlain. Certeau entendia que os seres humanos são muito diversos e complexos, sendo inviável uma análise uniforme sobre os mesmos. Em relação à ordem social, argumentava na defesa do comportamento não conformado dos personagens do passado, insistindo na liberdade interior que modificava as regras do “establishment”. Conforme Michel de Certeau, a reinvenção era a arma do fraco, que usaria de perspicácia para mobilizar, intencionalmente, ações de resistência e sobrevivência em relação à ordem vigente. Esta forma de agir, denominada de astúcias de consumidores²⁴, formaria uma rede de conscientes contraventores do sistema, que agiam tática, silenciosa e camufladamente:

Pode-se supor que essas operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos nas quais elas são os modos de usar, e, portanto,

²¹ WEBER, 2013, p. 138.

²² BURKE, 2008, p. 78-84.

²³ BURKE, 2008, p. 102-106.

²⁴ CERTEAU, 2014, p. 41.

desprovidas de ideologias ou de instituições próprias, obedecem a regras. Noutras palavras, deve haver uma lógica dessas práticas. (CERTEAU, 2014, p. 31)

As ações destes sujeitos “insubmissos” implicam engenhosidade e ações refletidas tanto para verificar as condições de ação como também de aproveitamento de estruturas e contextos favoráveis. Adaptação proposital ao ambiente é uma expressão que definiria, de maneira simples e didática, a expressão tática²⁵. Sem dúvida, este conceito de Certeau, acerca das ações não conformadas dos sujeitos e grupos históricos, aplica-se aos primeiros missionários protestantes no contexto da sua inserção no Brasil, sobretudo no caso de Simonton e os outros componentes das equipes editoriais do periódico presbiteriano. O uso tático da imprensa foi uma atitude evidente, que ocorreu, seguramente, a partir do cálculo das ideias políticas que seriam publicitadas, afinal, o sistema religioso e jurídico era complexo para os protestantes. As análises deste pensador francês contribuem com uma melhor observação da forma como a agenda política missionária foi explicitada, implicando leituras e perspectivas peculiares das mais diferentes questões do Brasil e do cenário internacional.

A AGENDA POLÍTICA TÁTICA DA IGREJA PRESBITERIANA NO IMPRENSA EVANGELICA

Os primeiros missionários presbiterianos vieram dos Estados Unidos, uma nação marcada pela influência do Calvinismo. Nas palavras de Leandro Karnal, “os puritanos (protestantes calvinistas) tinham em altíssima conta a ideia de que constituíam uma Nova Canaã [...], sendo freqüentes as referências ao pacto entre Deus e os colonos” (KARNAL, 2018, p. 47). Isto se explica porque a perspectiva calvinista é altamente abrangente, não admitindo qualquer esfera da realidade que não esteja submetida ao padrão divino. As palavras de Abraham Kuyper (1837-1920), pastor reformado da Holanda, que

²⁵ CERTEAU, 2014, p. 93.

foi Primeiro-Ministro neste país e, também, fundador da Universidade Livre de Amsterdã, corroboram no sentido de demonstrar como o Calvinismo compreende as implicações da fé no campo político:

Desde os confins da terra Deus intima todas as nações e povos diante de seu trono de julgamento, pois ele criou as nações. Elas existem por ele e são sua propriedade. E por isso todas essas nações, e nelas a humanidade, devem existir para sua glória e conseqüentemente segundo suas ordenanças, a fim de que sua sabedoria divina possa brilhar publicamente em seu bem-estar, quando elas andam segundo suas ordenanças. (KUYPER, 2014 [1898], p. 89)

Simonton e os outros missionários presbiterianos vindos dos Estados Unidos eram convictos calvinistas e, portanto, não fundamentavam sua perspectiva política na razão, no senso comum ou simplesmente na tradição. O fundamento era a Bíblia mesmo e todas as coisas deveriam convergir na glória de Deus. Sem dúvidas, as ideias políticas liberais também marcaram a história dos Estados Unidos e eram conhecidas pelas missionários estrangeiros²⁶. Naturalmente, seria um tanto lógico imaginar que estes pregadores americanos tivessem trazido consigo sua agenda política ajustada à sua cosmovisão cristã e reformada, o que implicava uma maneira própria de olhar a cultura sob os mais variados aspectos: política, economia, arte, ciência e o modo de entender a história. David Gueiros Viera assim observou o uso que os estrangeiros calvinistas fizeram do periódico *Imprensa Evangelica*:

Era especialmente dedicado a assuntos religiosos, publicando sermões, poesias e notícias de acontecimentos religiosos de todo o mundo. Tinha também uma sessão de notícias que lidava com assuntos não religiosos e não estava isento de tecer comentários sobre questões políticas que pudessem afetar a liberdade de culto,

²⁶ É ponto pacífico entre os estudiosos o fato de que as mesmas ideias de John Locke que orientaram o posicionamento dos ingleses nas revoluções do século dezessete no próprio país acabaram também por influenciar os colonos do outro lado do Atlântico quanto à legitimidade de maior representatividade política. Este ingrediente se somou a outras questões que ensejaram os conflitos pela independência das treze colônias.

os direitos civis dos acatólicos e a imigração dos protestantes.
(VIEIRA, 1980, p. 149)

O grande embate dos missionários presbiterianos no contexto da fundação da referida denominação em solo brasileiro estava relacionado mais efetivamente aos conflitos com a Igreja Romana. Apesar disso, algumas outras questões são explicitadas e se expressam na agenda de interesse político de Simonton e dos que integravam a equipe editorial do *Imprensa Evangelica*: 1) separação entre igreja e estado, 2) liberdade religiosa, 3) liberdade de imprensa, 4) educação como veículo de progresso e 5) defesa de associações livres.

Seu público-alvo, além daqueles que naturalmente falavam o inglês, como os britânicos e estadunidenses, eram pessoas letradas, de alta condição social e influentes na sociedade carioca e paulista. Entre eles estavam oficiais das forças armadas, fazendeiros, grandes comerciantes, advogados, políticos, outros missionários, como o médico e pastor Robert Reid Kalley, entre outras pessoas abastadas da região Sudeste do Império. O objetivo era estender a influência para suas respectivas famílias e, assim, ampliar estrategicamente o campo de atuação pastoral.

Os missionários presbiterianos estabeleceram parcerias com políticos e autoridades que possuíam inclinação militante com o Liberalismo. Podemos afirmar, inclusive, que o periódico presbiteriano trazia pautas de interesse dos liberais, ainda que os assuntos passassem pelo filtro da perspectiva missionária dos editores e do planejamento estratégico deles. Embora majoritariamente catequético, o periódico estava alinhado com a postura daqueles que defendiam a reforma do Império.

Ainda que se afirmasse como um periódico estritamente religioso e alheio às questões políticas²⁷, o *Jornal Imprensa Evangelica* acompanhou os

²⁷ Afirmação encontrada logo na primeira página, no primeiro exemplar do *Jornal Imprensa Evangelica* em 05 de novembro de 1864.

acontecimentos do Brasil e do mundo²⁸ e, por isso, reserva muita informação sobre o direcionamento político adotado pelos primeiros líderes da obra presbiteriana no Brasil e os seus colaboradores. No primeiro exemplar encontramos:

Muito bem diz Guisot: que a fé e a liberdade religiosa não podem coexistir, sem que se desenvolva o espírito de proselytismo. A falta desse espírito implica necessariamente, ou que a fé religiosa é morta, ou que não ha liberdade de consciência. Por mais que a Grecia e outros paizes o queirão achar, não ha meio termo. A negação do direito de propagar a fé é a morte da fé. Qualquer tolerância ou liberdade, que não garantir este direito, é uma irrisão. Pharaó, querendo acabar com a nação escolhida, a tolerava, mas tomou providencias para que os filhos machos morressem. A tyrannia religiosa não tem sabido inventar melhor medida, para conseguir seus fins. Consta da Republica da Venezuela, que a constituição ultimamente adoptada, estabelece a liberdade de cultos. É um passo na senda do progresso verdadeiro. (IMPRESA EVANGELICA, 1864, p. 8)

Há três aspectos muito interessantes a serem percebidos na argumentação apresentada acerca da liberdade religiosa nesta citação. O primeiro se refere a defesa do proselitismo, tão importante para os missionários à época. O segundo, a referência a Guizot²⁹ (François Guizot), um pensador de

²⁸ Segundo João Cesáreo Leonel Ferreira, em seu artigo, O jornal Imprensa Evangelica e a formação do leitor protestante brasileiro do século XIX, a produção do periódico presbiteriano se voltava para os letrados. Segundo o mesmo pesquisador, o objetivo era que a partir destas elites intelectuais, as ideias do periódico se expandissem para o restante da população. Feito para contribuir com a educação familiar e a catequese, o Imprensa Evangelica se harmoniza às estratégias missionárias (LEONEL, 2014, p.73/In: Protestantismo em Revista. v. 35. p. 65-81. set./dez. 2014).

²⁹ François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874) foi um político liberal-conservador francês e é considerado um dos primeiros liberais franceses (MÉRQUIOR, 2014, p. 111). Existe um artigo bastante elucidativo quanto a importância deste pensador francês, escrito pelo filósofo Dr. Ricardo Vélez Rodríguez: François Guizot e sua influência no Brasil (disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FGIB.pdf>). Segundo Antônio Paim, François Guizot integrava um grupo daquilo que denominou “liberalismo doutrinário” (PAIM, 2018, p. 79). Esta vertente política seria “uma versão francesa do liberalismo inglês” (MACEDO, 2019, p. 87).

linha liberal e conservadora, cujos pressupostos eram conhecidos pela elite intelectual carioca³⁰ e pela equipe editorial do *Imprensa Evangelica*. O terceiro aspecto é a posse das informações acerca do cenário internacional, o que demonstra o vasto repertório intelectual dos missionários. Os editores do periódico presbiteriano usavam os autores do pensamento político moderno de modo seletivo e tático, expondo apenas os posicionamentos que não poderiam trazer grandes riscos ao projeto religioso e que não conflitavam com a cosmovisão calvinista. Ribeiro argumenta:

Simonton é republicano entusiasta, mas não está no Brasil para subverter a monarquia; é anti-escravagista visceral, e não faz segredo disso, mas não vai dedicar-se à campanha abolicionista no país. Ele visa à inserção no sistema religioso brasileiro de uma nova denominação. (RIBEIRO, 1981, p. 27)

Simonton, como o maior responsável pelo jornal, evitava assuntos “complicadores” para aquele tempo, sobretudo para um missionário estrangeiro no Império, numa terra de religião oficial católica. Assim, entendemos esta ação racional do missionário, bem aos moldes weberianos. Em seis de maio de 1865, fez referência à liberdade religiosa, pauta cara da agenda liberal. Está escrito no *Imprensa Evangelica*:

Lêmos no *Cruzeiro do Brasil* de 16 de Abril próximo passado o seguinte, que contem verdades dignas da mais séria consideração: Nos países onde o catholicismo não tem a chamada protecção do governo, a liberdade é mais ampla e a Religião Catholica cresce mais desassombrada. A Igreja não quer protecção, dizia um sabio francez, só quer liberdade, e cada dia os factos vão confirmando este axioma. Em parte alguma do mundo a Igreja é mais livre e mais verdadeiramente protegida do que nos Estados-Unidos, e no emtanto que nos codigos da Confederação Americana não se acha – ser Catholicismo a Religião do Estado. (IMPRESA EVANGELICA, 1865, p. 3)

³⁰ Antônio Paim entende que existia um liberalismo doutrinário que definia o comportamento das elites políticas (PAIM, 2018, p. 77-81).

Esta publicação do jornal presbiteriano confirma o conhecimento, por parte dos editores, sobre o que era veiculado na imprensa do Rio de Janeiro, bem como das principais implicações da liberdade religiosa. No dia cinco de maio do ano seguinte (1865)³¹, assim visualizamos no Imprensa Evangelica:

Se ha quem ainda duvide da necessidade de se dar alguma solução á questão da liberdade de consciência e de cultos, de novo movida entre nós, esta duvida facilmente se desvanecerá depois de um exame do que se tem escrito ultimamente sobre o assunto. Além de muitos escritos fugitivos que têm apparecido nas folhas periódicas de existencia ephemera, e dos artigos de fundo nos jornaes diarios de maior circulação, escritos esses que não é facil conservar, mas que têm muita importância como indicando e ao mesmo tempo determinando a direção e força da opinião publica; além dos debates que tiverão lugar nas reuniões havidas na Praça do Commercio; acima de tudo isto, quatro opúsculos têm sahido á luz desta côrte, tratando de proposito de demonstrar a solução desta magna questão mais em harmonia com todos os legítimos interesses da sociedade (IMPRESA EVANGELICA, 1866, p. 1).

Os editores, quando faziam referência nesta passagem aos “escritos fugitivos”, referiam-se aos textos que possuíam circulação livre, mas que muitas vezes apareciam transcritos em jornais e debatiam a questão da liberdade religiosa. A retórica da citação buscou apoio na grande quantidade destes textos³², além de reuniões públicas, como a ocorrida, segundo o periódico, na Praça do Commercio, como parte da sustentação de que a opinião geral das pessoas instruídas se inclinava à legitimidade do assunto defendido pelos editores. O tema estava na dianteira da agenda política do Imprensa Evangelica. No número seguinte, quinze dias depois, é possível encontrar³³:

³¹ Jornal publicado em 5 de maio de 1866.

³² No mencionado número do dia 05 de maio de 1866, existe a referência a escritores anônimos, que muitas vezes usavam de pseudônimos. No mesmo exemplar encontramos a referência a um outro texto, “Liberdade religiosa no Brazil, estudo de direito constitucional”, por A. J. Macedo Soares (escrito provavelmente por um magistrado).

³³ Edição do dia 19 de maio de 1866.

A questão da liberdade religiosa vai sendo discutida entre nós sob dois pontos de vista diferentes. Para uns é uma questão de politica, e a solução mais conveniente é aquella que melhor satisfaça aos interesses políticos do paiz. Para outros s interesses que perigão em toda esta discussão são os da religião. Disso resulta, naturalmente, que no terreno político pelejão juntos aquellos que discordão em pontos de crença religiosa. Este resultado é inevitavel enquanto a discussão não tiver trazido todos os amigos da liberdade a um acordo perfeito, não só sobre as medidas de legislação, que urge adoptar actualmente, mas sobre todos os princípios philosophicos e religiosos em que todo o edificio das liberdades humanas deve assentar. (IMPRESA EVANGELICA, 1865, p. 1)

A equipe editorial do Imprensa Evangelica estava atenta ao movimento liberal, sobretudo naqueles assuntos que lhe interessavam. Buscavam informações, através de artigos nos próprios jornais da época e obras de intelectuais brasileiros (e estrangeiros), que consubstanciassem seus argumentos. Ainda sobre a questão da liberdade religiosa, encontramos a referência³⁴ a um artigo atribuído a um certo Dr. A. C. Tavares Bastos³⁵, onde se argumenta:

Folgamos sempre de assignalar o progresso de ideas liberaes e sãs sobre as grandes questões religiosas da actualidade. A concessão de plena liberdade religiosa é reclamada em nome de interesses cuja importancia não se pode exagerar. Nenhum estadista põe mais em duvida a necessidade de uma medida que possa tranquilisar as consciencias das famílias immigradas que pretendem fixar sua residencia no Imperio, e ajudar na exploração e cultivacão de seus vastos terrenos. Trata-se agora tão somente de estabelecer as bases da liberdade religiosa. É moda confundir a tolerancia com indifferentismo religioso, como se não houvesse meio de coadunar princípios liberaes com uma crença religiosa e zelo por ella. Satisfeitos do contrario, temos muito prazer em transcrever as ideas

³⁴ Exemplar do dia 6 de abril de 1867.

³⁵ Provavelmente, Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), um escritor e político que tinha simpatia pelas ideias liberais e deseja aproximações com a política dos Estados Unidos. O artigo tem o seguinte título: Reflexões sobre a liberdade religiosa, pelo Sr. Dr. A. C. Tavares Bastos.

do Sr. Dr. A. C. Tavares Bastos em abono de nossa crença. Este trecho faz parte das reflexões sobre a imigração publicadas no *Jornal do Commercio*. (IMPRESA EVANGELICA, 1867, p. 54)

A questão da imigração, uma pauta que era tão interessante aos liberais da época, também aparece. Além disso, o artigo do Dr. Tavares Bastos trouxe exemplos de países como o México e os Estados Unidos e a forma como lidaram com a mencionada questão da liberdade religiosa. Utilizando os estadunidenses como referência, assim escreveu³⁶:

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof. Que o congresso não possa fazer lei alguma, seja para o estabelecimento, seja para a interdição de uma religião qualquer, tal foi a primeira das reformas constitucionais votadas pelo congresso dos Estados-Unidos em 1789. Não obstante isso, ou por isso mesmo certamente, não ha paiz no mundo de maior atividade religiosa. Cuvivem no seio da grande republica cerca de 39 cultos differentes (Bigelow, p. 430), que subdividem-se em 71 seitas (Duval, p. 188). E esses diversos cultos possuem em 1861 o numero enorme de 48,000 igrejas, sendo que cada anno se constroem 1,200, que custão perto de 15,000;000\$ (Fisch, les Etats-Unis em 1861, p.79). Graças á igualdade de que todos gozão, o culto catholico, que na fundação da republica contava com poucos fieis, ostenta-se hoje com mais de tres milhoes de aderentes; era o mais extenso, tinha 2,500 igrejas e mais de 2,300 sacerdotes, na ocasião do censo de 1860. Quando se pede igualdade dos cultos perante a lei, não se promove, portanto, a indiferença em matéria religiosa. O privilegio de um culto e que surte sempre os mesmos efeitos do monopólio em todas as relações da vida: paralyza as forças da entidade privilegiada, e estende ao longe a sombra esterilizada da desigualdade. (IMPRESA EVANGELICA, 1867, p. 55)

A tese defendida por Tavares Bastos foi no sentido de demonstrar que a liberdade religiosa era benéfica, pois trazia crescimento para as diferentes

³⁶ Mesmo exemplar do dia 6 de abril de 1867.

denominações de fé, ao invés de sufocá-las (foi acompanhada de dados e referências de pesquisa prévia). Simonton e a equipe editorial do Imprensa Evangelica estavam empenhados por arregimentar forças e informações com vistas a disseminar essas ideias tão favoráveis a inserção e proselitismo da Igreja Presbiteriana, que dava os primeiros passos para o seu estabelecimento no país. Sobre a importância de Tavares Bastos para os presbiterianos, Vieira acrescenta:

Absorvido com as causas do “progresso”, as quais equiparava os protestantes e à imigração protestante, foi um amigo íntimo dos missionários protestantes. Pela razão acima, seria adequado registrar aqui algumas das contribuições mais importantes que fez à causa protestante per se. [...] Em 1867, quando os presbiterianos decidiram comprar um terreno para edificar um templo, Tavares Bastos foi novamente consultado. Segundo tudo indica, foi ele quem apresentou os presbiterianos a outro advogado, o Dr. Manoel Antônio Duarte Azevedo, que mais tarde, tornou-se “defensor dos presbiterianos” no Gabinete 7 de março de 1871, conservador, presidido pelo Visconde de Rio Branco. Entre 1866 a 1869, como será estudado mais abaixo, Tavares Bastos esteve profundamente envolvido nos esforços da Sociedade Internacional de Imigração, para trazer os veteranos, confederados para o Brasil, assim como para intensificar a imigração protestante da Europa. O deputado alagoano também influenciou no estabelecimento de escolas protestantes. (VIEIRA, 1980, p. 159-160)

Tavares Bastos atuou em 1866³⁷ na proteção dos protestantes em diversas situações. Em Lorena-SP, segundo o próprio Vieira, Alexander Blackford entrou em contato com o mesmo para que fossem tomadas medidas protetivas aos pastores presbiterianos Chamberlain e José Manoel da Conceição, que estavam ameaçados e conseguiram fugir de um ataque realizado ao culto que celebravam. O deputado alagoano era um dos líderes da campanha que defendia a separação entre Igreja e Estado³⁸.

³⁷ VIEIRA, 1980, p. 160.

³⁸ VIEIRA, 1980, p. 161.

A aproximação com a perspectiva política liberal, ainda que passasse pelo filtro da cosmovisão calvinista, revelava também similaridade com o pensamento conservador, nos moldes de Edmund Burke³⁹. Na ocasião da morte do Presidente Abraham Lincoln, Simonton discursou no Consulado Americano⁴⁰ e expressou seu pensamento sobre a história da fundação dos Estados Unidos, confirmando sua a sua crença acerca das diferentes competências da Igreja e do Estado. Ele afirmou⁴¹:

America was planted and peopled by men of whom Europe was not worthy. They were men who rather chose to worship God in a solitude, than to shame in the courts of kings Scotland, Holland, France and England. Sent their students son to the New World, and they took possession of in the name of God and liberty of conscience to worship Him according to his word. Most of our institutions were founded by profoundly religious men, have been chiefly fostered by such men to this day. So jealously watched are all our religious interests that no interference of government is permitted. The interests of religion and education, are entrusted to the people [...]. The absolute separation of Church and State, is the most striking. [...] The building of Churches and Colleges and Schools has kept pace with the growth of the country, though this growth has exceeded all human calculation.
(SIMONTON, 1865, p. 12)

Defensor das instituições, de acordo com sua perspectiva calvinista dos diferentes papéis dados por Deus ao Estado e a Igreja, sua forma de ver o

³⁹ Edmund Burke (1729-1797) é o pai do conservadorismo político, uma vertente do Liberalismo inglês.

⁴⁰ Este discurso (pregação) aconteceu no dia 21 de maio de 1865.

⁴¹ Tradução nossa: “A América foi plantada e povoada por homens dos quais a Europa não era digna. Eles eram homens que preferiam adorar a Deus em solidão, do que envergonhar-se com as críticas dos reis da Escócia, Holanda, França e Inglaterra. Enviaram seus filhos para o Novo Mundo, e eles seguiram, em nome de Deus, e da liberdade de consciência, para adorá-lo de acordo com sua palavra. A maioria de nossas instituições foi fundada por homens profundamente religiosos, e foi promovida principalmente por esses homens até hoje. Todos os nossos interesses religiosos são vigiados com tanto esmero que nenhuma interferência do governo é permitida. Os interesses da religião e da educação são confiados ao povo. [...] A absoluta separação da Igreja e do Estado é a mais impressionante. [...] A construção de igrejas, faculdades e escolas acompanhou o crescimento do país, embora esse crescimento tenha excedido todo o cálculo humano”.

mundo se aproximava também da visão política conservadora, mesmo que esta não tivesse o mesmo fundamento religioso. Simonton defendia, assim como os seguidores do Liberalismo e do Conservadorismo, a liberdade de consciência, a liberdade de expressão e a importância da religião cristã. Ainda na mesma citação, o missionário estrangeiro argumentou favoravelmente em relação à criação de escolas⁴², como parte de um empreendimento religioso e missionário dos puritanos que se estabeleceram na América, numa demonstração inequívoca do reflexo da sua cosmovisão cristã calvinista sobre a importância da influência das igrejas na formação intelectual dos cidadãos.

Pensadores como Édouard René de Laboulaye Lefèvre e Alexis de Toqueville aparecem como intelectuais que defendiam pressupostos seguidos pela equipe do Imprensa Evangelica. No dia dois de fevereiro de 1867, num artigo que discutia o antagonismo ente instituições políticas e religiosas do país, encontra-se:

A diferença mais fundamental entre o Brasil e os Estados-Unidos está indicada na frase que serve de epigraphe a este artigo. As instituições dos Estados-Unidos são homogêneas e as do Brasil não o são. Na linguagem de Mr. Laboulayne – uma fé individual tem creado ahí uma sociedade onde reina o individuo. Os fundadores das colônias norte-americanas foram repellidos da Europa por terem sustentado a doutrina de não intervenção entre a consciência individual e Deus falando na sua revelação escripta. Estudar os Estados-Unidos sem remontar á origem de suas colônias para fazer justiça ás suas crenças religiosas é trabalho perdido. O arrojo político dos estadistas desse paíz tinha um sello particular devido a sua fé religiosa. (IMPRESA EVANGELICA, 1867, p. 17)

A argumentação que valoriza a liberdade de religião, sendo esta última afirmada como um elemento cultural benéfico à sociedade. Toqueville⁴³ e

⁴² Este caminho continuou sendo uma prática dos primeiros missionários presbiterianos.

⁴³ Alexis de Tocqueville (1805-1859) é considerado, assim como Guizot e Benjamin Constant, um dos principais nomes do liberalismo francês (MERQUIOR, 2014, p. 117).

Emílio de Laveleye⁴⁴ são nomes que apareceram numa citação em dezesseis de março de 1872⁴⁵. Estes autores, além de reconhecidamente liberais, são arrolados entre os vultos do conservadorismo⁴⁶. Mesmo após a morte de Simonton, o Imprensa Evangelica permanecia com suas inclinações que agradavam aos liberais e conservadores:

É por isso que Tocqueville, alma grande e coração generoso, perscrutando as causas que ameaçavam as sociedades modernas, não cogitou, se quer, d'essa que se quer hoje levantar; porque pareceu-lhe monstruoso que a igreja fosse incompatível com a liberdade. A religião christã, á cuja sombra se teem formado as sociedades modernas, com a sua civilização e com o seu progresso, nunca foi inimiga da liberdade civil, que é a summa do governo do nosso século. Em sua origem, diz Emilio de Laveleye, o christianismo era democracia livre, em que todos os poderes emanavam da eleição. Exerciam a autoridade as assembléas deliberantes, correspondendo a cada igreja um conselho de anciãos, e o concílio á igreja universal. Se, pois, as primeiras sociedades christãs e a propria igreja se regiam pelos dictames da mais ampla liberdade, como se diz aquelle ilustrado escriptor e o confirma a historia d'aquelles tempos, como é que se quer fazer agora da pedra angular das duas sociedades, do laço que ligava a sociedade civil e a sociedade religiosa, um pomo de discordia entre ellas? Como é que diz Luiz Veuillot declarou em nome da igreja: que não ha, não pôde haver catholicismo liberal, e que catholicos liberaes, que são liberaes devéras, não são realmente catholicos. (IMPRESA EVANGELICA, 1872, p. 41-42)

Para além do conhecimento dos ideólogos das pautas liberais, os editores também conheciam autores ultramontanos, como o mencionado Luiz

⁴⁴ Émile Louis Victor de Laveleye (1822-1892), economista belga, um dos fundadores do *Institute of International Law*. Este pensador receberia uma grande homenagem na capa de um exemplar do Imprensa Evangelica, no dia 27 de fevereiro de 1892, com o título A Última Produção de E. Laveleye. Este autor defendia que a religião era matéria de foro individual e não assunto do Estado.

⁴⁵ Periódico do dia 16/03/1872.

⁴⁶ Não há contradição aqui, afinal, o Conservadorismo político foi um movimento que surgiu dentro do Liberalismo inglês, ganhando adeptos e se desdobrando em outra tendência distinta.

Veillot (1813-1883), que foi um defensor do catolicismo romano. O uso tático destas questões não era realizado por amadores do campo político e religioso. A equipe do Imprensa Evangelica era culta e sabia articular com vistas a ganhar apoio e solidificar o projeto missionário.

A ampliação de direitos civis foi outra pauta bastante presente no periódico presbiteriano. A defesa de assuntos como a garantia de direitos individuais é a liberdade de expressão aparecem com muita frequência no Imprensa Evangelica. No dia 21 de abril de 1866⁴⁷, sobre o impedimento do casamento entre católicos e acatólicos, o jornal protestante assim expressou:

O Ministro da Justiça já indicou as bases de uma reforma judiciária e de um projecto sobre casamento civil entre os catholicos e os acatholicos. Se este projecto vingar, desaparecerá em parte um dos principaes estorvos à colonisação do Imperio. Porém é de lastimar que o governo não julgue a ocasião azada para cortar pela raiz as dificuldades que esta magna questão offerece, estabelecendo o casamento civil para todas as classes, e deixando no arbítrio das partes o ir ou não, depois de casadas civilmente, receber na Igreja a bênção nupcial. Nisto não haveria ofensa á crença de ninguém. E o systema que, há muitos annos, está em vigor na França, e a contento geral assegura a paz e a estabilidade das familias. O Brasil está em condições excepçionaes, e a maior liberdade compativel com a moral e com a ordem publica dever ser assegurada a todos quantos quizer em vir ajudar no rápido desenvolvimento de seus recursos e riquezas materiais. (IMPrensa EVANGELICA, 1866, p. 64)

Valendo-se do conhecimento de que os liberais brasileiros se interessavam pela imigração e utilizando a França como referência, a equipe do Imprensa Evangelica soube utilizar de tudo isto para consubstanciar a argumentação em torno da ampliação dos direitos civis, neste caso, mais precisamente, da união entre católicos e seguidores da religião protestante, bem como a saída do casamento da tutela da Igreja Romana. Em dois de junho do

⁴⁷ Exemplar do dia 21 de abril de 1866.

mesmo ano⁴⁸, o *Imprensa Evangelica* anotou outra vez o assunto do casamento civil:

Julgando de competencia de todo individuo esclarecer a opinião publica, em referencia às questões da actualidade, propomos-nos verificar a exactidão das informações que levárão o Sr. Burismaque a negar a necessidade do casamento civil, e a afirmar que a legislação do Brazil, em vigor, é bastante liberal para assegurar aos estrangeiros e aos nacionais dissidentes a constituição da familia. Para conseguir nosso fim, vêmo-nos obrigados a entrar no exame do modo porque a camara ecclesiastica decide os casos em que se celebrão casamentos mixtos, isto é, casamentos em que uma só das partes é da igreja estabelecida. Temos a felicidade de possuir uma cópia fiel de um documento emanado deste tribunal, unico competente em materia de casamento, conforme as leis do Brasil; e aqui o reproduzimos textualmente afim de que seja bem patente a intolerância praticada actualmente em nome das leis do império. Os nomes das partes e de seus pais estão suprimidos: o resto do documento vai tal qual está no original. (*IMPRESA EVANGELICA*, 1866, p. 83)

Era uma atribuição da Igreja Católica a competência de deliberar sobre união de casais. Estado e a Igreja Romana estavam imbricados na questão. Os protestantes que viviam no Império brasileiro encontravam este entrave e o *Imprensa Evangelica* reverberava negativamente o assunto. A equipe do *Imprensa Evangelica* sabia fazer o uso tático do discurso. Conhecedores do fato de que os liberais eram defensores da imigração e da necessidade de mudanças das leis vigentes, os elaboradores do referido periódico organizavam sua retórica de modo a beneficiar os seus interesses e, dessa forma, ampliar direitos que julgavam pertinentes. Comentando a questão do casamento dos protestantes e as leis do Império, Vieira acrescenta:

A lei do casamento de n.º 1144, de 11 de setembro de 1861, fora apenas um paliativo, arrazoavam os liberais. Essa lei tinha estabelecido que o casamento dos protestantes devia ser realizado

⁴⁸ 2 de junho de 1866.

por um ministro protestante. Num sentido, tinha sido um passo à frente, visto como a existência de ministros protestantes fora finalmente reconhecida pela lei, exigindo-se, inclusive, que registrasse perante o governo seus diplomas e certificados de eleição para o pastorado de suas igrejas. Entretanto, sob outros aspectos, a lei era meramente mais um exemplo de legislação brasileira de expediente, “dá-se-um-jeito”, uma lei que de fato não resolveu o problema do casamento dos acatólicos e que não agradou a ninguém. Até certo ponto, tornou as coisas mais difíceis para os protestantes, os quais foram impedidos de registrar seus casamentos nos cartórios, como vinham fazendo até aquela data. (VIEIRA, 1980, p. 226)

Havia uma certa presunção equivocada na lei de que os acatólicos sempre seriam estrangeiros que viveriam em colônias, com pastores acessíveis para realizar os matrimônios⁴⁹. Esta não era a realidade. O número era escasso e os imigrantes que se espalhavam em busca de novas terras tinham que viver em situação de concubinato ou batizarem-se como católicos, do contrário não poderiam casar formalmente. De forma simples, onde não havia pastores protestantes também não poderia haver casamento de acatólico⁵⁰. Na prática, a lei não contemplava de fato o casamento protestante como sendo legítimo, estendia-lhe somente os efeitos civis para fins de direitos de propriedade e herança. Era um jornal com intenção religiosa certamente. Mas isso não impediu que o repertório político liberal e conservador, de esteio calvinista, também reverberasse de forma tática e pública no Imprensa Evangelica.

CONCLUSÃO

O Imprensa Evangelica serviu, para além do propósito missionário de divulgar a fé presbiteriana, como um instrumento político para difusão das idéias liberais que interessavam aos pioneiros desta denominação protestante, mesmo que estas passassem pelo filtro da cosmovisão calvinista. O periódico

⁴⁹ VIEIRA, 1980, p. 226.

⁵⁰ VIEIRA, 1980, p. 226.

protestante não realizou, no entanto, nos tempos do missionário fundador Simonton (1864-1867)⁵¹, nenhuma crítica à escravidão. Ashbel Simonton, que aproveitou os caminhos abertos pelos seus antecessores (tanto no sentido das possibilidades jurídicas de proselitismo, como também do prestígio como eram tratados os imigrantes de língua inglesa), tratou com prioridade o desenvolvimento de sua ação evangelística e o fomento de discussão das pautas liberais que mais interessavam o projeto missionário. Havia a possibilidade de que o envolvimento declarado com a causa abolicionista obstaculizasse o processo de consolidação da denominação protestante recém-chegada, em virtude da grande influência da Igreja Católica e a conjuntura social, política e econômica que estava imbricada com a escravidão. A cautela foi uma estrada seguida, ainda que existisse o incômodo com a exploração aos negros⁵². Conforme Ângela Alonso, “o movimento abolicionista demorou a se configurar no Brasil”, embora sempre houvesse pessoas com inclinação antiescravista⁵³. A atuação missionária de Simonton, portanto, ocorreu anterior ao início da organização efetiva dos movimentos abolicionistas (1859-1867), mas vale lembrar que uma atitude não calculada poderia pôr em risco o projeto que ele considerava mais importante: a salvação da alma dos pecadores.

Por todo o exposto, entendemos que a agenda política dos missionários no *Imprensa Evangelica* foi arranjada de acordo com os pressupostos calvinistas e se apresentou de modo seletivamente tático. A equipe editorial, tendo Simonton como o maior responsável, apresentou intencionalmente os assuntos liberais que estavam na crista da onda das discussões dos políticos brasileiros, pois interessavam também ao projeto de expansão religiosa e poderiam ampliar os direitos dos protestantes numa terra onde o catolicismo romano era a fé oficial.

⁵¹ Por diversas vezes, no entanto, no seu diário pessoal, Simonton fez duras críticas à escravidão como um sistema opressor para o qual Deus reservava grandes e severos julgamentos (ver SIMONTON, 2002, p. 25; 38-39; 130; 157).

⁵² No seu diário há várias críticas ao sistema escravista.

⁵³ ALONSO, 2015, p. 17.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BLACKFORD, Alexander, Latimer. In: SIMONTON, Ashbel Green. *Sermões de Simonton*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução: Sérgio Goes de Paula. 2ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GIARD, Luce. In: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*; tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GUTJAR, Paul. *Charles Hodge: guardian of American orthodoxy*. Oxford University Press, 2011.
- HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001.
- KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao séc. XXI*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. Traduzido por Ricardo Gouvêa. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- LEONARD, Émile Guillaume. G. *O Protestantismo brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Aste, 2002.
- MARTIN, Hervé; BOURDÉ, Guy. *As escolas históricas*. Lousã (Pt): Publicações Europa-América, 2012.
- MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *A questão escravista e o Presbiterianismo no Brasil Império*. Disponível em:

www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502848566_ARQUIV
O_MEDEIROS,PedroHCde-
AquestaoescravistaepresbiterianismoBrasilImperio.pdf. Acesso em:
04 jul. 2021.

- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo – antigo e moderno*. Tradução: Henrique de Araújo Mesquita. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014.
- PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: LVM, 2018.
- REILY, Duncan Alexander. *História documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 2003.
- REIS, José Carlos. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- SANTOS, Edwiges Rosas dos. *O jornal Imprensa Evangelica: diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)*. São Paulo: Editora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.
- SILVA, Hélio de Oliveira. *A Igreja Presbiteriana do Brasil e a escravidão (1859-1888): breve análise documental*. Vox Faífae: Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama. Vol. 3 Nº 2, p. 1-31, 2011. Disponível em:
<http://www.faixa.edu.br/revista/index.php/voxfaixa/article/view/38>.

SIMONTON, Ashbel Green. *Sermões de Simonton*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

SIRE, James. *Dando Nome ao Elefante: cosmovisão como um conceito*. Tradução: Paulo Zacharias. Brasília: Editora Monergismo, 2019.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília., 1980.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, Max. *Sociologia das Religiões*. Tradução: Cláudio J. A. Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2015.

CAPÍTULO 4

COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PIONEIRISMO E LEGADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE LATICÍNIOS

Lucas Pereira Rezende

Marcel Mendes

ENSINO DE LATICÍNIOS NA UNIDADE FEDERATIVA DO LEITE

Em 1892, missionários norte-americanos chegavam à cidade mineira de Lavras (MG) trazendo consigo um projeto educacional que se tratava da primeira escola de orientação protestante do país. Fundada em 1869 na cidade de Campinas (SP) como Colégio Internacional, a instituição foi deslocada para a cidade mineira devido a uma grave epidemia de febre amarela que se alastrou na cidade paulista. Essa transferência modificava, mas preservava o projeto original da *East Brazil Mission* (agência missionária da *Presbyterian Church in the United States*), que adotava a estratégia de alcançar os objetivos missionários de “evangelização” do país por meio da criação de escolas.

Em Lavras a instituição recebeu o nome de Instituto Evangélico¹ e iniciou suas atividades no dia 15 de janeiro de 1893, com a implantação do Colégio Feminino. Em 1904 foi criado o Curso Ginásial. Posteriormente, em 1908, como fruto de uma perspicaz sensibilidade em relação ao contexto socioeconômico da região, o missionário Samuel Rhea Gammon (1865-1928), fundador do Instituto Evangélico, auxiliado pelo jovem norte-americano

¹ Nos prospectos e propagandas do Instituto Evangélico a instituição sempre foi apresentada como fundada em 1869. Em 1928 teve o seu nome mudado para Instituto Gammon em homenagem ao seu fundador, e mais tarde, em 2003, por decisão do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, passou a ser denominado Instituto Presbiteriano Gammon, designação pela qual é conhecida atualmente.

Benjamin Harris Hunnicutt (1886-1962), fundou a Escola Agrícola de Lavras, um marco de progresso educacional, instituição pioneira em várias áreas do ensino agrícola. Federalizada em 1963, mais de trinta anos depois, em 1994, a escola de Gammon e Hunnicutt foi transformada em universidade (UFPA).

O Curso Agrícola criado em 1908, contava com um elenco variado de disciplinas, dentre as quais se destacava a implantação do ensino tecnológico de Laticínios. A disciplina de Laticínios abrangia desde a seleção da matéria prima até a produção tecnológica², e sua distinção no curso pode ser percebida através das palavras do seu idealizador:

Quando falamos de “Agricultura”, empregamos o termo em sentido lato, abrangendo todas as ramificações da vida do fazendeiro. O curso, portanto, que ensina a sciencia e a arte de agricultura deverá abranger não sómente o que disser respeito á plantação, cultivo e colheita dos fructos da terra, mas tambem os princípios que têm de ser observados na criação de todas as especies de gado e na depuração da raça dellas, *e bem assim o essencial da industria de lacticínios.* [grifo meu] (INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS, 1908, p. 9)

A perspectiva apresentada por Gammon auxilia na percepção do ensino agroindustrial como uma esfera especial do ensino agrícola, conforme iria se desenhar no desenrolar da história³, assim pensavam os educadores de Lavras:

Situada no centro da principal região de lacticínios do paiz, a *Escola da grande importância a essa indústria, considerando-a do máximo valor.*[grifo meu]

Entendemos que, de todas as fontes de riqueza de uma fazenda nenhuma outra offereça melhores vantagens pela certeza e

² INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. Prospecto do Instituto Evangélico. Lavras: Typografia do Ginásio de Lavras, 1908.

³ No Brasil, os Departamentos de Ciência dos Alimentos, bem como os cursos de Tecnologia ou Engenharia de Alimentos, nasceram no seio das instituições de ensino agrícola, se apresentando mais tarde como áreas distintas de graduação e pós-graduação. Alguns exemplos são as antigas ESAV de Viçosa (MG) e a própria ESAL de Lavras (MG), dentre outras instituições do país.

constancia de rendimentos, do que a industria do leite, quando bem administrada. (INSTRUÇÃO AGRÍCOLA [1925?], p. 7)

É importante lembrar que a esta iniciativa se deu durante o período conhecido como República Oligárquica da Política Café com Leite, caracterizada pela alternância de presidentes oriundos da unidade federativa do café (São Paulo), ou da unidade federativa do leite (Minas Gerais). Portanto, responder as demandas locais envolvia viabilizar o ensino técnico de Laticínios, no estado e mesmo no município de Lavras, que no início do século XX já contava com a existência pelo menos “dezenove fabricas de manteiga, e algumas de queijo” (COSTA, 1908). Ao alcançar essa área de ensino a EAL contribuiu com profissionais que vieram a atender demandas técnicas das indústrias da cidade e região, como se verá neste texto. Os educadores procuraram garantir que “todas as particularidades do assumpto” fossem “devidamente estudadas, com o fim de tornar o alumno capacitado a assumir a direção de qualquer trabalho que vise a produção do leite e seus productos” (INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS, [1925?], p. 7).

Estas informações históricas aqui apresentadas são eficientes no que tange a identificação de uma iniciativa pioneira na área da Educação Profissional agroindustrial no estado de Minas Gerais, bem como no que se refere a apontar as características próprias e contextuais desta iniciativa com vistas a um debate sobre aspectos relacionados à pedagogia protestante, bem como suas nuances e referências, uma vez que o projeto educacional desenvolvido em Lavras, no que tange a Educação Profissional, não se trata meramente da constituição e configuração de uma instituição de ensino, mas da formação dos primeiros profissionais da educação para o ensino técnico agroindustrial no estado, experiência fragmentada em relação à educação no Brasil, e que se desenvolveu sob a égide de influências de uma cosmovisão cristã calvinista, e que, considerada a escassez de pesquisas relativas à história da evolução do ensino tecnológico agroindustrial de produção de alimentos, não somente no estado de Minas, mas também no Brasil, assume importância e

relevância legítima como contribuição para o debate relacionado à Educação Profissional.

A presente abordagem se coloca como mais uma ferramenta de análise do processo de desenvolvimento do ensino tecnológico agroindustrial no Brasil por meio desta investigação sobre a atuação da Escola Agrícola de Lavras no início do século XX, relativa especialmente à formação de professores para o ensino de Laticínios. Apresenta-se maior atenção neste artigo, para dois pontos importantes que podem ser percebidos na iniciativa de Lavras, que são o pioneirismo e o legado da instituição na formação de professores para a Educação Profissional. Busca-se a partir da análise desta experiência, mesmo que isolada e dentro do seu contexto específico, alguns pontos de aderência ou aproximação com o debate em torno dos desafios da Educação Profissional no Brasil atualmente.

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O contexto do desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil, incluindo a Educação Agrícola que até então englobava o Ensino Agroindustrial, se deu exatamente no período em que estava sendo implantada a Escola Agrícola de Lavras. Vários autores sugerem que a Educação Profissional no Brasil teria sido introduzida em uma cultura ainda marcada por certa tradição bacharelesca, advinda da época colonial e desenvolvida em um contexto de formação social baseada em relações de trabalho escravistas, em que o trabalho prático era desqualificado e não digno para pessoas livres e cultas. Nesse sentido, qualquer modalidade de Educação Profissional, especialmente a agrícola, carregou inicialmente uma característica marginal, pois sendo um trabalho predominantemente prático, revestiu-se de preconceito e de certa discriminação.

Uma análise da obra de Luiz Antonio Cunha (2005) permite a percepção de que uma transformação aconteceu nos decênios iniciais da Primeira República em relação à Educação Profissional. De acordo com o

autor, o ensino de ofícios industriais ganhou um novo e importante significado: ele deixava a sua posição de indignidade, incluindo sua prescrição como reformador de delinquentes, e se tornava um meio de integração do proletariado na sociedade moderna. O ensino profissional começava a assumir no Brasil uma posição que já ocupava na América do Norte e na Europa, como um elemento no processo de modernização da sociedade, resultado de uma busca por aprimoramento dos processos produtivos existentes.

Nesse contexto de modernização da sociedade estavam incluídos os primórdios da própria industrialização, ou seja, havia um desenvolvimento e crescimento concomitante entre o setor industrial e as iniciativas relacionadas à educação profissional, que preparavam a mão de obra para as indústrias em fase de implantação, tudo isso acontecendo nas primeiras décadas do Brasil República. Cunha (2005) apresenta o ensino agrícola como parte incluída nesse processo. Moura (2007) lembra que no mesmo ano que Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, foi organizado o ensino agrícola para capacitar “chefes de cultura, administradores e capatazes”. “A criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da Educação Profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria” (MOURA, 2007, p. 6).

Entre o final do século XIX e início do século XX é possível encontrar várias iniciativas relacionadas com o ensino agrícola em todo país, em diferentes categorias. Em termos de ensino superior agrícola, que é a categoria na qual se encaixa a iniciativa que é o objeto de estudo desta pesquisa, autores têm localizado o primeiro curso de agronomia desenvolvido no Brasil ainda no período imperial, no entanto as instituições instaladas no Brasil nesse período enfrentaram dificuldade para se perpetuarem (MOLINA, 2012).

A EAL foi a primeira instituição de ensino superior agrícola no Brasil a oferecer o Ensino de Laticínios com uma disciplina no âmbito da Educação Formal. Embora a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz tenha

oferecido conhecimentos técnicos relativos à área de Laticínios, como disciplina científica ela foi ser desenvolvida pela primeira vez em Lavras. Quando o governo brasileiro promulga o primeiro regulamento oficial relacionado ao ensino agrícola em 1910, através do Decreto de Lei 8319 de 20 de outubro de 1910, que criava o ensino agrônômico no país, a Escola Agrícola de Lavras já completava dois anos de fundação, ou seja, a iniciativa protestante se antecipou às iniciativas governamentais, o que revela certa morosidade do governo brasileiro em relação ao desenvolvimento do ensino agrícola, se comparado a América do Norte e a Europa, que nesse período já tinham instituições de ensino de referência na área das Ciências Agrárias, além de um programa regulamentado, enquanto no Brasil, através do referido meio legal ainda se “criava o ensino agrônômico”, e segundo o próprio documento, este era o objetivo da lei, criar o ensino agrônômico no Brasil, que em termos práticos, já existia e funcionava em Lavras há dois anos.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PASSADO E PRESENTE

É neste início do trabalho pioneiro da EAL, que se despontou o desafio da formação de professores, tema que até os dias atuais se apresenta como pauta de discussão acadêmica, no debate sobre a educação profissional. Problemas relacionados à formação do educador para o ensino técnico não foram superados com o passar das décadas, na verdade o que se pode observar em uma despreziosa pesquisa sobre o assunto, é que as transformações sociais e culturais do país apenas remodelaram os dilemas em torno da questão⁴. Se o

⁴ MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, p. 8-22, v.1, Ano 1, jun. 2008. MOURA, Dante Henrique. A Formação de docentes para educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, p. 23-32, v.1, Ano 1, jun. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf - Acesso 19 de Abr de 2017.

envolvimento da EAL com a formação de educadores se deu no aspecto de suprir carências contextuais, atualmente se discute o modelo de profissionais que têm sido formados para atuar na educação técnica. Modelos orientados pelas leis de mercado e não pela melhoria da qualidade de vida do povo são alvos de crítica por parte do professor Dante Henrique Moura (2008), que tem escrito inúmeros textos sobre a educação profissional no Brasil, focando especialmente a questão da formação de profissionais para atuação na educação técnica e tecnológica. As investigações do modelo pedagógico desenvolvido na Escola Agrícola de Lavras parecem apontar para um diferencial na experiência de formação de professores, quando comparado aos modelos atuais criticados por Moura (2008).

Em relação ao modelo pedagógico presente na Escola Agrícola de Lavras, Marcel Mendes (2000, p. 25), propõe um exercício de prospecção que leva-nos a “localizar os pressupostos que sustentam o modelo” dessa assim chamada “pedagogia norte-americana” que dominava as práticas educacionais do Instituto Evangélico de Lavras, nas influências da herança protestante, “cujo fundamento mais remoto” está no movimento religioso do século XVI, que neste caso é especialmente representado pelos princípios teológico-educacionais calvinistas. Azevedo (1996, p. 576), identifica nessa pedagogia uma “índole progressista e libertadora”.

Abordagem semelhante à de Mendes (2000) e Azevedo (1996), é a de Meira (2009, p. 124), que ao examinar dados históricos coletados em sua pesquisa sobre a instituição, afirma que “os princípios teológicos, religiosos, estavam presentes na organização pedagógica da instituição” e que:

[...] as convicções teológicas dos organizadores e diretores da Escola Agrícola de Lavras foram fundamentais para sua organização pedagógica. [...] “O projeto educacional e, especificamente a instrução agrícola, serviram como estratégia para a tentativa de concretizar o ideal de reproduzir naquela região uma visão de mundo reformada, direcionada para a Glória de Deus e o Progresso Humano”. (MEIRA, 2009, p. 124)

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EAL: ALGUNS PERSONAGENS DOS PRIMÓRDIOS DO ENSINO AGROINDUSTRIAL NO BRASIL

Nesse sentido, é possível encontrar um aspecto em comum relativo à ação do Instituto Evangélico de Lavras na formação de alunos e de educadores, “a ideia era formar agentes de mudança capazes de contribuir para o progresso da nação brasileira, fazendo ‘brilhar a luz do evangelho’ nesta terra: a reforma da sociedade, segundo os princípios teológicos protestantes, de vertente calvinista” (MEIRA, 2009, p. 92).

Coube a EAL a responsabilidade de formar o educador que atuou na primeira escola técnica de laticínios do país, viabilizando progressos na área agroindustrial e alcançando, assim, os objetivos ligados aos princípios da instituição. É o caso do aluno Tancredo Weguelin Nogueira Paranaguá, que se formou na Escola Agrícola de Lavras no ano de 1923. Como estudante da EAL, foi membro do Grêmio Agrícola e contribuiu para a publicação das primeiras edições da Revista “O Agricultor”, importante e pioneira publicação agrícola de Minas Gerais. Após se formar e deixar a instituição foi atuar como docente na Escola Permanente de Laticínios de Barbacena (MG), que tem sido reconhecida como a primeira deste gênero fundada no Brasil, no âmbito do ensino formal.

Tancredo Paranaguá, filho do ilustre médico, político e escritor piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926), fundador do Instituto Batista Correntino, é apenas um representante de uma série de agrônomos que por décadas atuaram como os profissionais protagonistas da área técnica de laticínios até o surgimento de cursos mais específicos na área, como a iniciativa em Barbacena (MG), e depois, de forma mais definitiva, o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, na mesma região, mas em Juiz de Fora (MG), que também teve seu primeiro diretor de ensino vindo da EAL, Oswaldo Tertuliano Emrich (1988-1977), personagem sobre o qual parágrafos posteriores deste artigo são dedicados.

Quanto a Tancredo Paranaguá, retornou para Lavras na década de 30 e atuou como professor na instituição, assumindo o ensino de laticínios em meados da década de 50. Tornou-se o primeiro Chefe do Departamento de Agricultura da ESAL em 1966, mandato que exerceu por cinco anos. Teria sido dele a sugestão acatada no dia 18 de maio de 1938, de mudança do nome de Escola Agrícola de Lavras (EAL) para Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

Outro importante professor de Laticínios foi Oswaldo Tertuliano Emrich, o primeiro docente formado pela EAL. Sua chegada a Lavras foi em 1907, mesmo ano em que Hunnicutt viera dos Estados Unidos com o propósito de assessorar Samuel Gammon na implantação da Escola Agrícola. Esta instituição teria significativa importância na vida de Oswaldo, representando o local de sua formação e de seu desenvolvimento profissional. Oswaldo se formou na primeira turma do “Curso de Agricultura” da EAL e dedicou décadas de sua vida profissional ao ensino de Laticínios.

Naquele período, por meio da Lei Estadual nº. 530, de 20 de setembro de 1910, o estado havia firmado uma parceria com o Instituto Evangélico, que envolvia o envio de alunos da EAL para especialização nos EUA mediante indicação do corpo docente da instituição. Oswaldo foi o primeiro a desfrutar do benefício. No mesmo ano em que se formou pela EAL, viajou para a Pensilvânia para sua especialização no *Pennsylvania State College*, hoje Universidade Estadual da Pensilvânia (*Penn State*), instituição que também tem suas raízes no ensino agrícola e que já no início do século XX começou a desenvolver seus programas de Pós-Graduação, sendo que em meados do mesmo século a instituição já havia alcançado distinção internacional por suas pesquisas nas Ciências de Laticínios (*THE PENN STATE UNIVERSITY, 2015*). Foi em uma instituição desse porte e especialidade que Oswaldo se preparou para sua atuação no Ensino de Laticínios, sendo que a carreira de professor se iniciou logo após o seu retorno ao Brasil e se desenvolveu por décadas na EAL, onde permaneceu até o ano de 1934.

Questões relacionadas à formação de Oswaldo podem ser encontradas no contexto do início das atividades da EAL. Na obra biográfica “*Assim brilha a luz*”, ao relatar sobre “dias difíceis” que foram vividos durante o desenvolvimento do trabalho, Clara Gammon (2003, p. 133) fala sobre a existência de centenas de correspondências guardadas, cujo assunto principal envolvia o pedido de envio de mais pessoas para a missão. Tal período é exatamente o tempo de inauguração da Escola Agrícola, que também demandou aumento nas despesas, principalmente pela aquisição da fazenda para instalação da escola, um compromisso financeiro sério.

Em 1909, no segundo ano de funcionamento da Escola Agrícola do Instituto Evangélico de Lavras, há um exemplo claro dessa carência de pessoas capacitadas para o ensino técnico. Naquele ano, foi noticiada no *Prospecto* do Instituto Evangélico a chegada de mais um professor norte-americano para compor o quadro de docentes, e que o referido professor ficaria responsável por assumir a cadeira de “Laticínios”: “Deve chegar brevemente, vindo dos Estados Unidos, o Snr. Isaac Newton Richer que vae reger a cadeira de Lacticinios” (INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS, 1909, p. 4). Considerando que o Programa do Curso de Agronomia de 1908 e o próprio *Prospecto* de 1909 situam a disciplina de “Laticínios” no último ano do curso, fica claro que a direção da Escola Agrícola intencionava ter um docente qualificado para conduzir a disciplina, e que tal professor seria o primeiro a ensinar laticínios na instituição em 1911. No entanto, em nenhuma das listas de professores publicadas posteriormente pela instituição foi encontrada qualquer informação que denote que a expectativa da direção da instituição tenha se concretizado em relação a Isaac Newton Richer, pois nenhuma das fontes consultadas apontou que ele tenha algum dia lecionado a disciplina, ou qualquer outra na Escola Agrícola de Lavras.

Em pesquisa realizada por Araken Bezerra (2016), percebe-se que o nome do professor ainda está presente no *Prospecto* do ano seguinte, 1910, no entanto, o que a pesquisa dos documentos parece revelar é que sua chegada, embora aguardada e dada como certa, não aconteceu. O próprio Bezerra (2016,

p. 81), afirma que de 1909 a 1911 “os missionários continuavam na luta para suprir as necessidades pedagógicas”. Segundo o autor, falecimentos e enfermidades desencadearam uma crise por falta de obreiros e, para piorar, “a missão passava por séria crise financeira e não tinha como substituir os missionários. Os vencimentos deles foram em parte cortados e as despesas foram reduzidas”. As dificuldades haviam se avolumado devido principalmente aos gastos com a construção do prédio, e com a aquisição de equipamentos, bem como a compra da fazenda da Escola Agrícola.

Nascido no estado da Indiana em 1881, Isaac Newton Richer, em 1910 de fato atuou na área agrícola, no entanto, nos Estados Unidos, e mais tarde ainda exerceu o magistério na “City High School”. Embora não seja possível identificar a data exata de seu falecimento, sabe-se que Richer morreu em seu próprio país de origem (LYTHGOE, 2015).

Ainda nos caminhos de tais evidências sugere-se que a indicação dos docentes da EAL para a especialização de Oswaldo Tertuliano Emrich na *Pennsylvania State College* era a formação de um professor qualificado, que pudesse suprir aquele anseio que já era presente em 1909, quando se esperava a chegada deste profissional, mas que por vários motivos se frustrou, vindo a se cumprir em 1912, quando Emrich oficialmente assumiu a cadeira.

Além de protagonista no ensino da disciplina de “Laticínios” nos primeiros tempos da EAL, durante muitos anos Oswaldo foi responsável também pela cadeira de “Zootecnia”. Em 1922, quando completava 10 anos como docente da EAL, foi homenageado por alunos e pares por meio de uma publicação na revista “O Agricultor”, do Grêmio Agrícola de Lavras, órgão do qual se tornou redator três anos mais tarde, em 1925.

Devido à sua atuação durante vários anos como redator da revista “O Agricultor”, pode-se dizer que sua produção literária foi significativa, pois publicou artigos técnicos e expressou sua opinião sobre diversos assuntos relacionados à agricultura durante anos através das páginas da referida revista. Embora em um livro sobre zootecnia que publicou em 1933, Oswaldo tenha

falado sobre a sua intenção de publicar uma obra sobre laticínios, o plano não se concretizou.

Ao assumir o cargo de redator da revista “O Agricultor”, em 1925, Oswaldo escreveu:

Propagar os ensinamentos agrícolas é um dever dos que desejam a felicidade da pátria. O verdadeiro patriotismo é fazer o país sólido e o meio mais garantido é fazê-lo produzir. Forte pelo criar e não pelo destruir! A terra é a base de nossa evolução agrícola, e esta é o fundamento da indústria, que é o barômetro da civilização. Quando os homens deixarem de lutar com as armas de destruição para lutarem com as da produção, teremos um país irresistível. (EMRICH, 1925)

Nos quatro últimos anos de sua permanência em Lavras (1930-1934), o referido catedrático ocupou o cargo de vice-diretor da Escola Agrícola. Anos mais tarde, após sair da EAL, Oswaldo Tertuliano Emrich veio a se tornar o primeiro Diretor de Ensino de uma das principais e mais tradicionais instituições de ensino técnico de Laticínios em Minas Gerais e no Brasil, o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, na cidade de Juiz de Fora, onde trabalhou por pouco mais de um ano (1942-1943), tempo suficiente para ser considerado pela Fábrica Escola de Laticínios Cândido Tostes como um daqueles que transformaram a instituição em referência nacional (FELCT, 2014).

Dentre os documentos históricos que podem ser encontrados nos arquivos da instituição e corroboram com a referida perspectiva, é a “1ª Ata da Reunião do Conselho de Ensino” de 22 de outubro de 1942, que além de assinada pela secretária, é assinada também pelo próprio Oswaldo, e registra algumas mudanças significativas que o professor efetuou na instituição em seu primeiro ano de atuação. Oswaldo foi o autor do primeiro “Regimento da Fábrica Escola de Laticínios Cândido Tostes”, publicado no ano de 1943.

Oswaldo Tertuliano Emrich deve ser reconhecido como importante personagem da história da EAL, afinal, além de integrante da primeira turma do curso agrícola, foi o primeiro aluno da EAL a ser enviado aos Estados

Unidos para especialização, e junto com Emanuel Deslandes, o primeiro ex-aluno a se tornar professor da instituição. Em 1958, ano do cinquentenário da então chamada Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), Oswaldo foi condecorado com uma homenagem recebida do diretor da instituição na época, John Wheelock. Oswaldo terminou sua carreira profissional como funcionário do Estado, exercendo o cargo de Inspetor de Pecuária de Minas Gerais, e faleceu em 1977, com 89 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação histórica é mais uma oportunidade de acesso a relatos de experiências fragmentadas que se dão em campos e contextos específicos e localizados, conduzidos por diferentes grupos e que permite o retorno ao debate sobre um problema ainda não resolvido⁵. Depois de mais de um século, ainda se faz ausente no país uma política de educação profissional bem estabelecida e que seja uniforme, não apenas no aspecto de alcance geoeconômico, mas também uniforme no sentido de oferecer respostas satisfatórias, respostas que contemplem a esfera de eficiência pedagógica, mas que não ignorem o papel da educação profissional como componente na construção de uma sociedade virtuosa em seus processos produtivos.

A investigação apresentada neste artigo não tem o propósito de ser somente um registro de fatos passados, mas se propõe como um objeto de análise que oportunize um aproveitamento de elementos educacionais que possam favorecer o desenvolvimento de políticas para a Educação Profissional. O pioneirismo dos protestantes no ensino formal de laticínios no estado de Minas Gerais se torna útil do ponto de vista histórico quando cumpre o papel de contribuinte no desenvolvimento de uma proposta para Educação Profissional no século XXI, que seja uniforme no aspecto geoeconômico e eficiente no aspecto pedagógico. É assim que o modelo de Educação

⁵ MACHADO (2008) e MOURA (2008)

Profissional desenvolvido em Lavras tem sido interpretado por vários autores⁶, como elemento revelador de uma preocupação em oferecer respostas aos anseios e expectativas sociais do seu tempo e espaço. Samuel Gammon e seus pares acreditavam em uma educação que pudesse mudar realidades sociais, contribuindo para o progresso da sociedade.

Para a UNESCO (2010, p. 31), os pilares para a atividade educacional no século XXI são os seguintes: “*aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*”. Cada um destes pilares cumpre o seu papel na formação de um indivíduo consciente, mas é especialmente o segundo pilar, “aprender a fazer”, que se relaciona ao ensino profissional, e nesse sentido o documento afirma: “aprender a fazer, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe”.

Sobre esta questão é importante reproduzir as palavras de Clara Gammon, biógrafa de Samuel Gammon, quando comenta sobre a criação da Escola Superior de Agricultura de Viçosa MG (ESAV⁷) pelo Governo Federal, que não poupou recursos “para dotá-la de todo aparelhamento moderno”.

É claro que a escola de Lavras não poderia competir com ela nesse terreno, entretanto, um alto funcionário do governo deu este testemunho: “Quando preciso de um homem capacitado para empregar equipamentos modernos, eu o procuro em Viçosa; mas se preciso de um homem por sua integridade de caráter e fidelidade no serviço, vou a Lavras”. Esse conceito, felizmente, tem-se firmado no correr dos anos. (GAMMON, 2003, p. 130)

O que se percebe através do pioneirismo e legado relatados nesta investigação histórica é um modelo prático de Educação Profissional bem-sucedido e capaz de ultrapassar os limites das décadas quanto à sua importância, especialmente se a avaliação não o desagrega dos princípios e valores da

⁶ MEIRA (2009); ROSSI (2010); PEREIRA (2014); OLIVEIRA (2014); REZENDE (2017);

⁷ Atualmente Universidade Federal de Viçosa (UFV).

“cosmovisão”⁸ que impulsionou e conduziu o projeto educacional de Lavras, corroborando exatamente com a visão do estadista holandês Abraham Kuyper (2015), de que o cristianismo não é meramente uma doutrina religiosa, mas um sistema total de vida e pensamento, uma “*cosmovisão*”.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BEZERRA, Araken Amâncio. *Instituto Gammon: dedicado à glória de Deus e ao progresso humano*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação Editora, 2016.

BRASIL. Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910. Crêa o ensino agronomico e aprova o respectivo regulamento. Secretaria de Informação Legislativa – Senado Federal.

COSTA, Firmino. *Chorographia de Lavras*. Vida Escolar. Lavras, anno II, nº 30, 15 de Set. 1908.

CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EMRICH, Oswaldo T. Aspectos. *O Agricultor*. Lavras MG, Anno IV, nº 18, Set. 1925.

EMRICH, Oswaldo Tertuliano. *Regimento da Fábrica Escola de Laticínios Cândido Tostes*. Juiz de Fora MG: FELCT, 1943.

FELCTIANO. Juiz de Fora, Ano V, nº 29, Mar-Abr. 1950.

⁸ Também chamada de *Visão Reformada*, como proposta acadêmica tem se desenvolvido como “filosofia reformacional” e teve origem no início do século XX através dos trabalhos de alguns professores da Universidade Livre de Amterdam.

- FELCT. *Relação dos Coordenadores de Ensino*. Juiz de Fora: Felct, 2014.
Disponível em: <<http://www.felct.com.br/coordenacao-de-ensino>>.
Acesso em: 16 dez. 2016.
- GAMMON, Clara. *Assim Brilha a Luz: a vida de Samuel Rhea Gammon*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.
- INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. *Instrução Agrícola*. Lavras: Typ. do Instituto Evangélico, [1925?].
- INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. Prospecto do Instituto Evangélico. Lavras: Typografia do Ginásio de Lavras, 1908.
- INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. Prospecto do Instituto Evangélico. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1909.
- LYTHGOE, Darrin. Our Genealogy Pages. Kuczynski, 2015. Disponível em:
<<http://genealogiapolska.pl/1/kuczynski/getperson.php?personID=I40425&tree=Kuczynski>>. Acesso em: 17 set. 2016.
- MINAS GERAIS. Decreto de Lei nº 530, de 20 de setembro de 1910.
Autoriza o Governo a conceder um prêmio de viagem ao aluno que mais se distinguir na Escola Agrícola de Lavras, ou em outro Instituto de Ensino Profissional Técnico-Agrícola. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, p. 8-22, v.1, Ano 1, jun. 2008.
- MEIRA, José Normando Gonçalves. Ciência e Prática: *Ensino Agrícola na Educação Presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)*. 2009. 222 f. Tese (Doutorado EHPS – História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

- MENDES, Marcel. *Mackenzie no Espelho: uma história documentada da cassação ao reconhecimento dos cursos de engenharia (1932-1938)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.
- MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras Escolas Agrícolas do Brasil: limites e falências (1877-1936). Revista HISTEDBR online. Campinas, n.46, 309-324, jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640088>>. Acesso em 12 set 2016.
- MOURA, Dante Henrique. A Formação de docentes para educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, p. 23-32, v.1, Ano 1, jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso 19 abr. de 2017.
- OLIVEIRA, Guilherme Ferreira. *Para a glória de Deus e para o progresso dos homens: pensamento missionário norte americano e representações de Brasil a partir de The evangelical Invasion (1910), de Samuel Rhea Gammon. 2014. 198f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei MG.*
- PEREIRA, Jardel Costa. *O Moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammon (1892-1842)*. 2014. 190 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação Escolar – Faculdade de Ciências e Letras) Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara SP.
- REZENDE, Lucas Pereira. *O Ensino de Laticínios nos Primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938)*. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado EAHC – Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.
- ROSSI, Michele Pereira da Silva. *Dedicado à Glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892-1938)*. 2010. 285f. Tese (História e

Historiografia da Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia MG.

KUYPER, Abraham. Calvinismo. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2015.

THE PENN STATE UNIVERSITY. Our History. University Park: The Penn State University, 2015. Disponível em:
<<http://www.psu.edu/this-is-penn-state/our-history>>. Acesso em 15 dez. 2016.

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir*. Brasília: UNESCO / Faber-Castell, 2010.

CAPÍTULO 5

COSMOVISÃO CRISTÃ E EDUCAÇÃO MASCULINA

José Normando Gonçalves Meira

INTRODUÇÃO

Quem é o homem? Homens e mulheres são iguais? Em quais sentidos? Quais as diferenças entre eles devem ser consideradas? O que se espera do homem na família como marido e pai e na sociedade como agente político? Existem comportamentos, saberes, princípios e valores, especificamente relacionados ao sexo masculino? Se existem como devem fazer parte da educação masculina? Estas importantes perguntas podem ser respondidas sob diversos pontos de vista. Considerando que, como afirma Nicodemus (2019, p. 17), “Todos nós enxergamos a vida através de lentes que são formadas por nossas experiências, nossos pressupostos e, acima de tudo, por nossas crenças” e que “a cosmovisão é uma maneira de ver o mundo de acordo com aquilo que se crê”, este texto busca compreender as respostas para as perguntas supramencionadas de acordo com a visão de mundo cristã. Sem a pretensão de abordar todos os complexos aspectos que poderão ser provocados pelas questões levantadas, o objetivo é apresentar as convicções cristãs, exaradas do seu texto sagrado, a Bíblia, no que concerne às peculiaridades do homem e sobre o exercício da masculinidade no mundo, de acordo com as orientações do seu Criador. Trata-se de uma pesquisa documental, sendo a sua principal fonte a Bíblia, livro sagrado dos cristãos. Outras fontes serão consultadas: livros e material didático utilizados para a formação dos adeptos do referido segmento religioso. Considerando a diversidade de segmentos do cristianismo, delimitou-se nesta abordagem, a vertente protestante, de tradição calvinista, também conhecida como “reformada”. Para uma compreensão adequada das elaborações do referido grupo, é preciso compreender que, para ele, a Bíblia é a principal fonte de análise, sendo as demais utilizadas, subordinadas ao texto

sagrado e pretendem ser uma exposição do próprio conteúdo bíblico. Os reformados declaram a Bíblia como autoridade suprema para nortear as suas convicções e práticas. As confissões e catecismos dos séculos XVI e XVII continuam sendo uma importante referência para as denominações reformadas atualmente e, dentre os diversos pontos que esses documentos têm em comum, está o que afirmam sobre a Bíblia. Os documentos de Westminster, catecismos maior e breve (1647) e a Confissão de Fé (1648), estão entre os principais, adotados como exposição doutrinária oficial de diversas denominações em todo o mundo, inclusive no Brasil. Sobre a Bíblia, a Confissão de Fé de Westminster (Capítulo I, 4 e 6) afirma:

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus [...] Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.

A educação será discutida aqui em seu conceito amplo, para além do espaço escolar. Os autores que discutem o tema, normalmente alertam para a impertinência de se reduzir a educação como apenas aquela que é realizada no espaço escolar, embora não negando a importância da escola para a socialização das gerações mais jovens e o lugar de destaque que essa instituição ocupa na modernidade. Émile Durkheim (2013) entende a educação nesse sentido amplo, como os atos das gerações adultas para a socialização das gerações mais

jovens. Hannah Arendt (Apud. BOTO, 2001), entende a educação como uma ação conservadora do acúmulo de conhecimentos produzidos pelas gerações anteriores para que as gerações mais jovens usufruam e transformem esses conhecimentos de acordo com o contexto em que vivem. A educação, nesta perspectiva, tem a ambígua função de proteger o mundo das novas gerações, para que não seja destruído por elas e protege as novas gerações, para que não sejam pervertidas pelo mundo. Essa educação é praticada na escola, instituição preparatória para a vida política, mas em outros ambientes também. Edmund Burke (Apud. COUTINHO, 2018 e SCRUTON, 2016) chama de “pequenos pelotões” as instituições formadoras dos indivíduos livres e responsáveis: a família, a Igreja, clubes, associações e a escola. Joseph Ratzinger (Apud. NEGROMONTE; FREIRE, ECHAVARRÍA, 2021, p. 9), expressa esse entendimento do sentido amplo da educação:

Todos temos a preocupação pelo bem das pessoas que amamos, sobretudo das nossas crianças, adolescentes e jovens. De fato, sabemos que depende deles o futuro desta nossa cidade. Portanto, não podemos deixar de ser solícitos pela formação das novas gerações, pela sua capacidade de se orientar na vida e discernir o bem do mal, pela sua saúde não só física, mas também moral.

Carlos Rodrigues Brandão (2001, p. 8), em sucinta, mas profunda discussão a respeito do conceito de educação e as suas diversas formas de realização, também afirma:

Ninguém escapa à educação. Em casa, na rua, na igreja, na escola, de um modo ou de muitos, todos nós nos envolvemos pedaços da vida com ela; para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação. Com uma ou com várias: Educação? Educações.

O termo cosmovisão é aqui utilizado como uma maneira de ver o mundo (cf. MEIRA e XAVIER, 2020, p. 8). No caso específico da cosmovisão cristã, protestante, reformada, é uma maneira de ver o mundo “biblicamente orientada em relação a todas as estruturas sociais, culturais, econômicas,

científicas, religiosas”. Nancy Pearcey (2006, p. 37), classifica-a como “Pensar cristãmente”. Trata-se da compreensão bíblica de que “ao SENHOR pertence a terra e tudo é que nela se contém, o mundo e os que nele habitam” (Salmo 24.1). Abraham Kuyper (1837–1920) evidenciou essa compreensão da realidade em sua aula inaugural na fundação da Universidade Livre de Amsterdam, a afirmar que “não há nem um centímetro em toda a área da existência humana da qual Cristo, o soberano de tudo, não proclame: ‘Isso é meu’” (Apud VAN TILL, 2010, p. 139).

É de grande relevância para a interpretação de uma determinada cultura, a compreensão das diversas visões de mundo, das crenças, que servem de fundamento para a educação dos diversos grupos que formam aquela sociedade. Essa é a perspectiva da clássica sociologia da religião de Max Weber (2004). No que diz respeito ao “cristianismo evangélico”, de confissão protestante, reformada e sua cosmovisão, há abundante literatura referente que ressalta a importância da educação para preservar, reforçar, transmitir e adaptar as suas crenças e valores na sociedade, agindo como “sal da terra e luz do mundo”, de conformidade com as instruções do seu mestre por excelência: Cristo. Maia (2013, p. 18) introduz a sua obra sobre educação cristã, comentando os pressupostos teóricos que orientaram as ações pioneiras dos puritanos, no século XVII nos Estados Unidos, quando fundaram ali a imprensa e, em 1636, na vila de New Town, “uma escolinha conhecida hoje como Universidade de Harvard”, em homenagem ao pastor puritano John Harvard (1607-1638) que participou da sua fundação com importantes doações. A educação cristã, protestante, reformada, puritana, parte da convicção de que Deus é Criador e Senhor de tudo e o homem, criado à imagem e semelhança do Criador deve ser considerado em seu valor essencial e em suas potencialidades. Maia (2013, p. 21) sintetiza os objetivos da educação cristã nessa perspectiva:

A educação, portanto, visava preparar o ser humano para melhor servir a Deus na sociedade, a fim de que Deus fosse glorificado [...] o saber é para viver autenticamente em comunhão com Deus, refletindo isso no cumprimento dos nossos deveres religiosos,

familiares, políticos e sociais, agindo no mundo de forma coerente com a nossa nova natureza, objetivando em tudo, a glória de Deus.

Pazmiño (2008, p. 10) afirma que “[...] cristãos são chamados para ser fiéis na teoria e na prática da educação cristã, para garantir a transmissão de uma fé viva às gerações futuras”. Essa educação, na perspectiva do autor, deve ser fundamentada nos princípios bíblicos que norteiam a teoria e a prática. Para ele, competem aos educadores cristãos, pais, professores, líderes em geral, a compreensão das “verdades essenciais que dirigem a fé”, aplicadas aos diferentes contextos, levando-se em consideração os aspectos históricos, sociais, culturais e pessoais.

A presente abordagem considerará a cosmovisão cristã e suas implicações nas práticas educativas, principalmente no âmbito da família e da Igreja, identificando as suas contribuições para a formação do indivíduo do sexo masculino para atender a determinadas expectativas no cumprimento da sua missão no mundo, para a glória de Deus e para a sua própria bem-aventurança, segundo o fundamento da referida cosmovisão: o ensino bíblico. Essa perspectiva tem como referência o conceito de “ascetismo intramundano” utilizado por Max Weber (2004) para interpretar a postura protestante, reformada, de negar o mundo, enfrentando-o, na expectativa de promover a glória de Deus nele. É o que autores como (WOLTERS, 2019), que discutem a cosmovisão cristã, entendem como o papel do cristão em agir como instrumentos da redenção operada por Cristo, restaurando a criação, prejudicada pela queda, pela entrada do pecado no mundo, aos padrões estabelecidos por Deus na sua Palavra. Reconhecem que essa restauração jamais será plena na terra e que os próprios princípios e valores que fazem parte das convicções do cristão, devido à imperfeição humana, jamais serão plenamente praticados. Sempre haverá uma distância entre as convicções e as ações, entre o discurso e a prática, mas a postura desejável é a busca do aperfeiçoamento, da diminuição dessa distância. Qual o papel específico que o homem deve exercer na sociedade? Quais as virtudes e habilidades deverão ser desenvolvidas para isso? Antes de buscar respostas para essas perguntas nas fontes levantadas, será

considerado o ponto de vista dessa vertente cristã sobre a questão da igualdade entre os sexos. Numa segunda seção será apresentado o entendimento sobre a diferença de papéis entre homens e mulheres. Na terceira seção, será discutida a formação do homem, da masculinidade, segundo os princípios da educação cristã reformada.

COSMOVISÃO CRISTÃ E IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Os cristãos protestantes de tradição reformada, afirmando a sua convicção sobre a autoridade da Bíblia como sua única, infalível, suficiente regra de fé e de prática, consideram a igualdade ontológica entre o homem e mulher. Lopes (1997, p. 3) apresenta argumentação bíblica nesse sentido. Ware (2018, p. 3), na mesma linha de raciocínio, afirma: “Homem e mulher foram criados por Deus iguais em dignidade, valor, essência e natureza humana...” Apresenta também diversos textos bíblicos como fundamento para as suas afirmações. Os reformados, partindo do pressuposto da “autoridade das Escrituras” consideram fundamental para se justificar a igualdade entre os sexos, a evidência da criação. Deus criou o ser humano, os dois sexos, masculino e o feminino à sua imagem e semelhança: “Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gênesis 1:27). Não há, portanto, diferença essencial entre o homem e a mulher. O fato de serem, homem e mulher, criados à imagem e semelhança de Deus, deixa claro a sua igualdade em valor, dignidade, responsabilidade e capacidade para se relacionar com o seu Criador. Ainda no Antigo Testamento são encontrados outros argumentos para que essa igualdade seja ressaltada. Na “*Torah*”, a constituição que regia o povo hebreu, há leis para que fosse garantida a dignidade da mulher. Uma delas é a lei do divórcio (Deuteronômio 24). Enquanto em outras culturas a mulher poderia ser repudiada por qualquer motivo e trazida de volta em caso de arrependimento por parte do marido, sempre dependendo da “boa vontade” do homem, entre os hebreus havia uma regulamentação para o divórcio. O divórcio deveria ser feito perante os juízes,

com documento oficial e com motivos comprovados e ainda com preceitos claros para novo casamento e ou reconciliação. Assim, a dignidade da mulher era preservada. No livro de Provérbios “a mulher virtuosa” é exaltada não apenas por suas habilidades domésticas, mas por sua iniciativa, dinamismo e atividades empreendedoras (Provérbios 31.10-31). Mulheres, de diferentes origens e condições socioeconômicas e políticas, são apresentadas como fundamentais na história do “povo da aliança”: Raabe, Débora, a viúva de Serepta, Ester, Noemi, Rute, dentre outras. No Novo Testamento, além de Maria, a “bem-aventurada”, que é considerada instrumento de Deus para o maior evento da história, na percepção cristã: a vinda do Salvador ao mundo, a encarnação do Logos Eterno, é mencionada a amizade de Jesus Cristo com mulheres, também de diversas condições sociais e origens étnicas, diversos diálogos dele com elas e pronunciamento que valorizavam as suas ações (a mulher siro-fenícia e a samaritana, por exemplo). Na comunidade cristã em seu período inicial, é objeto de registro no livro de Atos dos Apóstolos conversões de diversas mulheres e suas importantes contribuições para a formação da Igreja: além das mulheres que já faziam parte da assembleia de 120 pessoas (Atos 1.21), Dorcas (Atos 9.36-43), Lídia (Atos 16.14,15), Priscila (Atos 18.1-3 cf. Romanos 16.3-5; 1 Coríntios 16.19) e “distintas mulheres” (Atos 17.4). Nas cartas dos apóstolos aparecem também nomes de mulheres consideradas importantes para as suas comunidades: Febe (Romanos 16.1,2) Clói (1 Coríntios 1.11), Evódia e Síntique (Filipenses 4.2-9); Lóide e Eunice (2 Timóteo 1.5). Há ainda a expressa afirmação paulina de que, na cosmovisão cristã, todos os seres humanos são iguais em dignidade e responsabilidade perante o seu Criador, independentemente de etnia, condição socioeconômica ou sexo: “Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28). Stott (2014) nessa linha de argumentação enfatiza as evidências dessa igualdade ontológica na participação de mulheres no ministério terreno de Jesus. Hoekema (1999), embora não tendo o objetivo de discutir a igualdade entre os sexos, na sua ampla abordagem sobre antropologia teológica, discorre

sobre a natureza humana em sua identidade paradoxal como criatura, dependente do seu Criador e como pessoa, livre, responsável e capaz de fazer suas próprias escolhas. Considerando ser essa a condição da humanidade, homens e mulheres se incluem igualmente. Lima (2006), sobre o entendimento cristão referente à imagem de Deus no homem (homem e mulher em igualdade), comenta:

Resumidamente, a imagem divina no homem pode ser vista em quatro sentidos. A primeira é a ideia de *personalidade*. Deus é um ser pessoal, e o homem feito à sua imagem dispõe dessa mesma personalidade. Isso não faz o homem ser ‘algo mais’ que os animais, mas faz o homem ser ‘ímpar’. A personalidade pressupõe consciência, conhecimento e responsabilidade. A segunda ideia é a da *espiritualidade*. Deus é um ser espiritual e os seres humanos também são personalidades espirituais. Apesar de ser criatura num sentido material, pois faz parte da matéria criada, o homem é também extra-material, pois tem em si o elemento espiritual [...] Todos aspiram pelo divino [...] O terceiro sentido que a imagem de Deus afeta o homem é o da *liberdade*. Como um ser pessoal e espiritual, Deus é um ser livre. Deus criou o ser humano com liberdade para amar, conhecer, confiar, desejar, obedecer, e também para se recusar a fazer essas coisas. A quarta característica é a da *expressividade*. Deus tem a capacidade de se expressar, fazer a sua vontade conhecida e de executá-la [...] “O ser humano se expressa igualmente e pode transmitir a sua personalidade, espiritualidade, virtudes, etc...”

Os livros de Douglas Wilson são amplamente divulgados no meio cristão evangélico, protestante de tradição reformada e utilizados como material de apoio para a educação religiosa em encontros de casais, escolas dominicais e outros encontros de estudos sobre família. Na obra “Filhos: Educando daqui para a eternidade” (2019, p. 9), afirma:

Cada membro da família é uma pessoa criada à imagem de Deus, e, se desejamos conduzi-la adequadamente, devemos atentar para a Palavra de Deus como nosso primeiro e mais importante guia.

Isso inclui tratar todos os membros de uma família como pessoas, e não como se fossem mais um número numa fila de espera.

A fonte da antropologia teológica cristã de tradição reformada é a Bíblia. Os educadores cristãos têm-na, portanto, como referência para as suas práticas educativas. Quem é o ser humano? É aquilo que o seu Criador diz que ele é. Homem e mulher, criados essencialmente iguais. A imagem de Deus está presente no ser humano. Homens e mulheres compartilham da mesma natureza. Todas as pessoas comungam de todas as peculiaridades da humanidade e devem, nessa perspectiva, ser consideradas e tratadas como tais. Considerar todas as pessoas, independentemente do sexo, posses, etnia, como criaturas de Deus e, portanto, iguais em dignidade faz parte da cosmovisão cristã e contribuiu, inclusive, para as formulações referentes às teorias que se referem aos direitos individuais inalienáveis (BARRIENTOS-PARRA, 2008; COSTA, 2012).

COSMOVISÃO CRISTÃ E A DIFERENÇA DE PAPÉIS SOCIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES

Embora enfatizando a igualdade ontológica entre homem e mulher no ensino bíblico, os cristãos protestantes, de tradição reformada, chamam a atenção também para a diferença de papéis entre eles na família e na sociedade. No próprio ensino bíblico sobre a criação que a referida linha de interpretação teológica fundamenta a sua conclusão referente à igualdade entre os sexos, encontra-se a sua argumentação no que concerne a diferença de papéis entre homens e mulheres. Os autores que abordam o tema normalmente identificam a “vocação” ou “chamado” divino específico para o homem e para a mulher. Scott (2014, p. 19), afirma:

De certa forma, homens e mulheres são iguais, mas não foram criados para ser exatamente iguais: “homem e mulher os criou” (Gn 1.27). Não há apenas opiniões contrárias à questão de existir ou não diferenças significativas em relação aos sexos, mas também em relação às quais seriam essas diferenças. O cristão precisa de uma

compreensão clara do que distingue um homem de uma mulher, de acordo com o seu Criador.

O que se espera do homem que deseja viver em obediência ao seu Criador? Os cristãos são estimulados a entenderem esse papel e se dedicarem a ele, podendo expressar o mesmo sentimento evidenciado na conhecida frase do pregador norte americano D. L. Moody (1837-1899): “O mundo ainda está por ver o que Deus pode fazer com para e através e em e pelo homem que lhe seja total e completamente consagrado. Tentarei ao máximo ser esse homem”. Scott (2014, p. 31) apresenta bem o pensamento cristão a respeito do padrão de masculinidade, Jesus Cristo, o único homem perfeito:

A vontade de Deus para o homem é definida na semelhança a Cristo (Rm 13.14). Nenhum homem pode ser um homem de verdade a menos que cresça nas qualidades de Cristo. O homem deve orar rogando por tais qualidades regularmente e buscar vivê-las diariamente. (2 Pe 3.18)

Entendem Jesus como o padrão perfeito no que diz respeito aos aspectos gerais da humanidade e os específicos da masculinidade. Lopes (1997) afirma que o reconhecimento da igualdade ontológica entre homens e mulheres é perfeitamente compatível com o entendimento de que os seus papéis são diferentes, segundo os princípios bíblicos. Essa diferença não implica em superioridade de um sobre o outro, mas diferença no que diz respeito ao exercício da sua vocação no mundo. Embora os aspectos comuns na formação do ser humano, homem e mulher, há aspectos específicos a serem considerados na formação do homem e da mulher. É na Bíblia, portanto que o cristão observará as diferenças entre o homem e a mulher e procurará ajustar as suas práticas a esse padrão. As diferenças anatômicas, biológicas, entre homens e mulheres, são consideradas de grande importância e reveladoras de que outras diferenças a elas diretamente relacionadas ou não devem ser também consideradas (SCOTT, 2014). A função de liderar é, segundo ele e de acordo com outros autores que seguem essa mesma linha hermenêutica (LOPES, 1997; SCOTT 2014, ADAMS 2011, STREET, 2016), é claramente

observada nas Escrituras. Isso não o torna superior à mulher, mas o responsabiliza por uma função específica no lar, na Igreja e na sociedade. Deus criou a mulher para ser uma “auxiliadora idônea” do homem (Gênesis 2.18). Esse princípio da criação já demonstra a diferença de papéis. Scott (2014, p.33) observa: “Deus não disse: ‘Aqui está, Eva, você cuida da metade do trabalho e Adão cuida da outra metade’. Adão deveria liderar e Eva deveria ajudá-lo e segui-lo”. O perfil dos oficiais da Igreja orientado na Bíblia, desde o Antigo Testamento, sob a liderança de Moisés, aponta para a função masculina de liderar: “Procura dentre o povo homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza...” (Êxodo 18:21). No Novo Testamento, ao orientar a Igreja quanto aos requisitos na escolha dos seus líderes, a função masculina de liderar é também posta em evidência. Em Atos dos apóstolos, quando a Igreja aumenta o número de membros de tal forma que a assistência aos necessitados, especialmente às viúvas, torna-se difícil para os apóstolos, estes orientam a comunidade: “[...] escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço” (Atos 6:3). O apóstolo Paulo ao orientar ao jovem líder Timóteo: “Escrevo-te estas coisas, esperando ir ver-te em breve; para que, se eu tardar, fiques ciente de como se deve proceder na casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, coluna e baluarte da verdade” (1 Timóteo 3.14,15), orienta-o quanto à eleição dos oficiais da Igreja. Esses líderes deveriam ser “irrepreensíveis na sua conduta”. Como parte desse caráter exemplar, encontra-se a função de governo: “e que governe bem a própria casa, criando os filhos sob disciplina, com todo o respeito (pois, se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da igreja de Deus?” (1 Timóteo 3:4,5). Essa liderança deve ser exercida por amor, sendo este “o vínculo da perfeição” (Colossenses 3.15) e o fundamento de toda obediência a Deus. No relacionamento com a esposa, essa liderança amorosa, é ordenada com o elevado padrão: “Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela” (Efésios 5:25). A liderança requerida dos homens, segundo as Escrituras é amorosa, sacrificial, implicando na renúncia dos próprios interesses em favor dos liderados, a

começar na família, na busca dos interesses, da proteção da esposa e dos filhos. Adams (2014) enfatiza essa analogia bíblica para apresentar o referencial para a liderança masculina: o amor de Cristo pela Igreja. Reconhece que essa tarefa “ é grande demais para seres humanos pecaminosos e fracos”, mas é o parâmetro, o ideal a ser buscado, do qual se deseja aproximar ao máximo. A liderança masculina, nessa perspectiva, deve ser exercida por amor a Deus e ao próximo e, por isso, implica também em assumir responsabilidades, inclusive a da proteção à vida e à propriedade dos seus liderados. No Antigo Testamento, quando Josué chama as tribos de Rúbem, Gade e a metade da tribo de Manassés para se unirem aos demais hebreus na conquista da terra prometida, a ordem é para que: “Vossas mulheres, vossos meninos e vosso gado fiquem na terra que Moisés vos deu deste lado do Jordão; porém vós, todos os valentes, passareis armados na frente de vossos irmãos e os ajudareis...” (Josué 1:14). Era papel dos homens, valentes, irem à guerra. As mulheres e os meninos deveriam ser protegidos. Em outra ocasião, uma mulher notável, Débora, assume importantes funções de liderança: Juíza e profetiza. Essa situação é tida como exceção, pois quando Baraque condicionou a sua ida à batalha a companhia de Débora, ela respondeu: “Certamente, irei contigo, porém não será tua a honra da investida que empreendes; pois às mãos de uma mulher o Senhor entregará a Sísera. E saiu Débora e se foi com Baraque para Quedes” (Juízes 4:9). Scott (2014, p. 36) afirma que a liderança masculina, amorosa, protetora, estende-se à proteção espiritual, contra o erro. Cita a expressão usada pelo apóstolo Paulo: “Portai-vos varonilmente” (1 Coríntios 16.13) como atitude esperada dos homens da Igreja, protegendo-a da ação dos falsos mestres, divulgadores de ideias corruptoras da Sã Doutrina. A liderança que é o fundamento do papel social da masculinidade requer que o homem desenvolva de uma forma especial, segundo Scott (2014, p. 39), amor, atitude, coragem, força e vigilância: “A posse e a busca da perspectiva redimida e do caráter redimido aprimorados pelas qualidades compatíveis com os distintivos papéis masculinos de liderança, amor, proteção e provisão - tudo para a glória de Deus”.

A perspectiva aqui apresentada, a da cosmovisão cristã, como foi demonstrada, o ponto de referência é o ensino bíblico, considerado o principal fundamento para a atuação de uma forma saudável no mundo. Mas considerar a diferença de papéis entre homens e mulheres não é uma questão cultural? Não se deve considerar a compreensão moderna, especialmente das últimas décadas, sobre a igualdade também de papéis entre homens e mulheres? Os cristãos reformados reconhecem que na interpretação bíblica, questões contextuais, socioculturais devem ser levadas em consideração (Lopes 1997), mas sem prejuízo das verdades bíblicas universais. Scott (20014, p. 24) expressa essa compreensão ao afirmar que “A verdade de Deus é atemporal e supra cultural. Além disso, é completamente suficiente para nos ensinar qual o tipo de homem que Deus deseja que sejamos (Sl 119.105; Jo 17.17; 2 Pe 1.3)”. Igualdade ontológica entre os sexos masculino e feminino, mas com diferentes papéis sociais. Esse é o entendimento cristão, protestante, de tradição reformada, tendo a Bíblia como referência.

COSMOVISÃO CRISTÃ E A EDUCAÇÃO DO HOMEM

Os cristãos entendem que por viverem em um mundo alienado de Deus, caído em pecado, é necessário esforço, na perspectiva da redenção para que haja uma aproximação da vida à vontade revelada de Deus em sua Palavra. Partem do pressuposto de que “Deus fez o homem reto, mas ele se meteu em muitas astúcias” (Eclesiastes 7:29). Scott (2014, p. 11) afirma: “Primeiramente, precisamos ter um relacionamento alinhado e real com Deus, e assim, receber um novo coração. Precisamos reconhecer nossa necessidade do próprio Deus, do perdão e do Seu poder em nossa vida”. Nessa perspectiva, a humanidade plena só é alcançada em comunhão com Deus, por meio da redenção em Cristo. Isso, para ele, envolve primeiramente a salvação que é a regeneração, o novo nascimento, o receber o “novo coração”. O segundo passo é a santificação, isto é, a dedicação ao padrão estabelecido por Deus nas Escrituras. A perfeição é inatingível na terra. Ela só é alcançada na eternidade, no céu. Essa ideia, reproduzida por Agostinho, Martinho Lutero, João Calvino e pelos cristãos

dessa tradição, está presente no ensino paulino que afirma: “até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Efésios 4.13). Mas o aperfeiçoamento é exercitado pelo cristão durante a sua vida, procurando aproximar-se mais do padrão que é Cristo, o homem perfeito. Trata-se de um exercício contínuo, durante toda a vida, no exercício dos “meios de graça” que são os recursos providenciados por Deus para esse processo, segundo o que afirma o apóstolo Paulo (Efésios 4:12-15):

com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo, para que não mais sejamos como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro. Mas, seguindo a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo.

Cambi (199, p. 121) afirma que o cristianismo realizou a transformação cultural que talvez possa ser considerada a mais profunda no mundo ocidental. O perfil de homem idealizado, tendo o amor como grande fundamento, dá origem a uma nova sociedade que “religiosamente orientada torna-se educadora [...] centrada na figura de Cristo”. Trata-se, segundo ele de uma “revolução pedagógica”, constituindo-se em uma das mais complexas e fundamentais matizes. Educar segundo os padrões do Evangelho é para o cristianismo educar para a justiça, para o amor, com humildade.

Na perspectiva cristã, essa “educação na justiça”, adquirida pelo aprendizado das Escrituras (2 Timóteo 3.16), é uma dádiva da graça de Deus, a todas as classes de pessoas, referente a todos os aspectos da vida, e tem objetivos relacionados a uma vida boa e justa na terra e, também, para a eternidade:

Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as

paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus. (Tito 2:11-13)

Cáceres (2016, p. 13, 14) afirma que a cultura em que vivemos por ter sido secularizada, afastada de Deus, “a definição de homem é confusa”. Essa “confusão” atinge todos os aspectos da vida humana, as pessoas de ambos os sexos. Afeta também o tema específico do exercício da masculinidade. Em um mundo desinteressado pela orientação divina, entre outras distorções, as características masculinas nem são mais distinguidas. Para ele, educação masculina é uma necessidade não apenas para as crianças, homens em formação, mas uma ação contínua necessária também aos homens adultos que desejam ser mais dedicados a Deus, buscando na Bíblia a resposta para os seus conflitos e para o seu relacionamento no mundo, sendo “mais conformados ao padrão de Deus e mais semelhantes a Cristo”. Quais seriam os passos para a efetiva educação masculina para que esse padrão seja atingido? Educadores cristãos revelam-se preocupados com a formação dos homens cristãos segundo o padrão das Escrituras, contrapondo-se com as “confusões” perceptíveis, nas diferentes culturas. Scott (2014, p. 39), afirma:

Os meninos precisam aprender as características da masculinidade bíblica por meio dos pais e de outros professores espirituais. Além disso, essas são qualidades que deveriam ser apresentadas à população masculina em todas as igrejas e instituições que creem na Bíblia. Homens cristãos precisam assumir sua responsabilidade de estudar o que a Bíblia traz sobre esse assunto, conversar a respeito disso com outros homens piedoso.

Essa proposta de educação cristã, especificamente no que diz respeito à formação de homens dispostos a assumirem a masculinidade bíblica na família, na Igreja e na sociedade parece estar ocupando lugar especial no meio cristão. Na apresentação da obra “Homens de Verdade”, de Richard D. Philips (2019), líderes cristãos, de diversas denominações protestantes, de tradição reformada, pronunciam-se sobre o tema, demonstrando a convicção de intensa

ação educativa para a formação masculina, contrapondo-se às teorias igualitaristas hegemônicas. Essa obra tem sido amplamente divulgada no meio cristão, evangélico, protestante, como referência para eventos e reflexões sobre o papel social do homem. Essas apresentações demonstram o alcance dessas cosmovisões. Alexandre Mendes, pastor da Igreja Batista Maranata, em São José dos Campos, apresenta-o:

Vivemos dias de muita confusão sobre o que significa ser homem. A perda de referencial de uma verdadeira masculinidade deixou toda uma sociedade perdida. A confusão, por incrível que pareça, criou uma oportunidade para o ressurgimento da verdade sobre o que é ser homem. Longe de estereótipos culturais e temporais, Rick Phillips constrói um sólido fundamento bíblico da masculinidade projetada por Deus e coloca em nossas mãos um rico material para orientar gerações sobre o significado real de ser homem. Acredito que este livro irá contribuir para o surgimento de homens dispostos a conduzir, proteger e cuidar, e que estão prontos para impactar uma cultura desorientada.

A tese principal de Philips (2019) segue a doutrina cristã reformada do mandato cultural, que Deus criou o homem e, sendo ele a sua imagem e semelhança, receberam dele a honrosa posição de administrador do mundo. Deus colocou o homem no jardim e ordenou-o a “dominar, cultivar e guardar”. Esse é um princípio que deve reger a ação do homem, exercendo o seu domínio sobre a natureza, transformando-a para o bem e preservando-a. O autor, considerando o papel específico do homem de liderar, esse é o seu papel em tudo que faz: liderar para cultivar e guardar. Esses princípios devem ser aplicados ao relacionamento familiar, ao trabalho e a todos os seus relacionamentos. A liderança masculina deve favorecer o desenvolvimento e a preservação dos recursos dados por Deus. Todas essas ações partem do seu compromisso com Deus e que implica no compromisso com o próximo e com o mundo. Amor a Deus e ao próximo.

A revista “Nossa Fé”, produzida pela editora Cultura Cristã, da Igreja Presbiteriana do Brasil, material didático para as classes de jovens e adultos nas

escolas dominicais dessa denominação protestante de tradição reformada, apresenta, no ano de 2010, uma série de estudos sobre o tema “Casais da Bíblia”. No estudo de número 11, de autoria do reverendo Milton Coutinho Jesus Júnior, apresenta José e Maria. Destaca as ações virtuosas de ambos. Ao falar sobre José, um homem exemplar, são destacadas as suas virtudes masculinas: Primeiramente a sua obediência a Deus. Pela fé, seguiu a orientação divina nas diversas ocasiões relatadas no texto bíblico, a começar por receber a sua esposa (Mateus 1.24). O seu amor por Maria, evidenciado na sua discrição quando tomou conhecimento da sua gravidez, mesmo não sabendo ainda do que se tratava, com o objetivo de preservá-la (Mateus 1.19). É exemplo de marido dedicado que exerce a sua liderança para proteger a família. É ele que sempre é avisado das situações e toma a iniciativa para tratar dos assuntos referentes à sua esposa e ao menino: foi orientado quanto ao nome que o casal deveria colocar no menino (Mateus 1.21), sobre os perigos que seriam enfrentados na sua terra e a necessidade de fugir para o Egito e, passado o perigo, o momento de voltar (Mateus 2.14.22). Esse estudo bíblico para escola dominical tem como um dos seus objetivos enfatizar os papéis familiares. O homem, no exercício da liderança justa e amorosa, responsável pela proteção do seu lar.

Na escola dominical do dia 9 de junho de 2019 da Segunda Igreja Presbiteriana de Taguatinga-DF, quando se comemorava o aniversário da União Presbiteriana de Homens –UPH daquela comunidade, é dada uma palestra pelo reverendo Ludgero Bonilha de Moraes, uma referência do pensamento reformado daquela denominação reformada. Moraes (2019) faz uma exposição histórica sobre o feminismo, contrapondo algumas das premissas de lideranças do referido momento às convicções cristãs. Apresenta a fundamentação bíblica sobre a diferença dos papéis entre homens e mulheres e, ao final, faz diversas aplicações sobre a necessidade de uma educação masculina na sociedade atual e a responsabilidade cristã neste sentido, voltando-se para isso ao ensino bíblico. Fala sobre o papel da liderança masculina na família e na Igreja. Enfatiza o papel bíblico do homem em zelar

pela proteção da família e da Igreja como guerreiros. Proteção física, espiritual e moral da esposa e filhos e, na Igreja, os ofícios eclesiais devem ser exercidos por homens que reconheçam o seu papel de proteger a Igreja dos falsos ensinamentos por meio de uma instrução bíblica. Homens aptos para a “batalha da fé” que é travada por meio da Palavra. Destaca o perigo de um acovardamento dos homens acomodados pelo fato das mulheres estarem assumindo diversos postos na sociedade. Esse raciocínio lembra a crítica feita pela intelectual feminista norte-americana Camille Paglia em entrevista ao programa Roda Viva Internacional no dia 22 de outubro de 2015. Embora distante da cosmovisão cristã, Paglia (2015) apresenta uma análise fundamentada em seus estudos que ressalta a diferença entre os sexos e o perigo de um igualitarismo exacerbado que poderá levar a sociedade ao colapso. Considera exagero do feminismo atual e outros movimentos que ela denomina de “fenômeno transgênero” ao negarem as especificidades essenciais dos sexos feminino e masculino. Para ela, a sociedade sempre dependerá dos homens para fazerem o “trabalho pesado” e o “trabalho sujo” e as mulheres devem ser gratas por isso. Nessa perspectiva, em vez de uma disputa entre os sexos, haveria uma parceria. Neste aspecto específico a concepção de Paglia (2015), mesmo fundamentada em argumentos diferentes, alinha-se com a cosmovisão cristã aqui apresentada. Segundo Morais (2019), as famílias e as Igrejas cristãs devem se empenhar na formação de homens que estejam prontos para assumirem as suas responsabilidades masculinas por amor a Deus e ao próximo. Ao homem cabe a iniciativa de liderar e proteger a sua família e à sociedade com o auxílio da mulher. Na sua palestra, faz referência a uma orientação por ele recebida na juventude quando o seu pai o orientava que quando um rapaz anda com a sua noiva ou esposa na calçada, ele deve ir do lado da rua. Essa postura representaria disposição para proteger a companheira dos perigos. Essa é a postura correta para um homem, nessa perspectiva.

Magalhães Júnior (2020), pastor presbiteriano e participante ativo na educação teológica da referida denominação, escreveu em uma rede social:

Os ataques à masculinidade têm produzido uma geração de covardes por todo o Ocidente. Nos EUA, um adolescente entrou na escola armado e não surgiu um homem para derrubá-lo antes de começar o massacre. Na França, aconteceu uma correria depois que a lâmpada de um restaurante estourou, dando a impressão de ser um tiro. Na imagem, dezenas de homens sadios fugindo do tiro falso. Na Holanda, para protestar contra os estupros coletivos de mulheres na Alemanha, efetuado por muçulmanos, um grupo de homens vestiu saias e saiu às ruas para protestar. Está na hora de os homens recuperarem a masculinidade, coragem e força perdidas em algum lugar no passado. Deus fez os homens para serem protetores, provedores e líderes. É preciso resgatar estes papéis. Mulheres, crianças, e a sociedade como um todo, agradecerão.

Este “resgate da masculinidade”, que implica também na ênfase na feminilidade, uma ênfase na diferença de papéis entre homens e mulheres, é a proposta da educação protestante, de tradição calvinista, tendo como fonte o ensino bíblico sobre a “vocação masculina”. O menino precisa ser, desde cedo, educado para “ser homem”, assumindo a sua vocação masculina. E quando adulto, considerando a necessidade de constante aperfeiçoamento e reforma pessoal, essa educação deve continuar. Esse enfoque está presente na literatura utilizada para a formação de líderes, educadores cristãos e no ensino das igrejas em geral. A proposta é que, a partir de uma cosmovisão norteada pelas Escrituras, os cristãos reconheçam a igualdade ontológica entre homens e mulheres, mas também as diferenças de papéis, o que pressupõe a sabedoria divina que estabeleceu uma ordem para o bom funcionamento da sociedade. Esta ordem foi prejudicada pela queda, pela entrada do pecado no mundo, mas deve é resgatada na redenção. A “educação na justiça”, pela “graça salvadora de Deus”, no processo de “santificação” dos indivíduos, essa ordem é buscada nos seus diversos aspectos, sendo um deles, o aperfeiçoamento no exercício das vocações masculina e feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda ideia pedagógica e ou prática educativa parte de uma concepção de homem e de sociedade. Pretende formar os indivíduos, tendo em vista um perfil considerado adequado para o cumprimento de determinados objetivos. Os pressupostos cristãos, especificamente do protestantismo de confissão reformada, como foram demonstrados neste texto introdutório, são de que o homem é uma criatura especial de Deus com a missão de “dominar, cultivar e guardar” as demais criaturas. Homens e mulheres são essencialmente iguais e devem ser respeitados e amados como imagem e semelhança do seu Criador. Há, porém, diferenças marcantes que constituem as identidades masculina e feminina. Homem e mulher foram criados iguais, mas com vocações distintas. O processo educativo na família, na Igreja e na sociedade deve, portanto, considerar essas vocações para a formação do indivíduo para atuar no mundo de forma agradável ao seu Criador. Embora haja aspectos comuns na educação dos meninos e das meninas, há também aspectos específicos que visam à formação do homem e da mulher para cumprimento dos seus papéis na sociedade. Essa educação deve ser contínua, adaptando-se às diversas fases da vida, mas sempre com um objetivo comum aos que professam a fé bíblica: promover a glória de Deus no mundo, concepção denominada por Max Weber (2004) de “ascetismo intramundano”.

Este capítulo, sem a pretensão de abrangência de todos os aspectos que envolvem o tema, apresenta a visão de mundo de um grupo atuante que, por meio da “ação social” dos indivíduos que a adotam, certamente influencia na constituição da sociedade e nos embates políticos nela existentes. Além de incentivar a investigação científica sobre o tema com o objetivo de desfazer mitos oriundos de considerações superficiais que geram conclusões apressadas, possibilita outras problematizações sobre os impactos sociais da referida cosmovisão e da educação dela decorrente. Espera-se, com o presente trabalho, portanto, estimular novas investigações que ampliem as reflexões aqui suscitadas de forma introdutória.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Jay. *A Vida Cristã no Lar*. 2. Ed. São José dos Campos-SP: FIEL, 2011.
- BARRIENTOS-PARRA, Jorge. A Contribuição do Cristianismo na Formação Histórica dos Direitos Humanos. In: *Temas em Administração Pública*, v.2, n.2 Araraquara: UNESP, 2008.
- BOTO, Carlota. Ética e Educação Clássica: Virtude e Felicidade no Justo Meio. In: *Educação & Sociedade*. Ano XXII, N. 76. Outubro 2001. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/6362>
Consulta: 01.07.2021.
- COUTINHO, João Pereira. *As Ideias Conservadoras: Explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- DURKEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- HOEKEMA, Anthony. *Criados à Imagem de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã: 1999.
- JESUS JÚNIOR, Milton Coutinho. Casais da Bíblia: José e Maria. In: *Nossa Fé*. São Paulo: Cultura Cristã: 2010.
- LIMA, Leandro Antônio de. *Razão da Esperança: Teologia para hoje*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- LOPES, Augustus Nicodemus. Ordenação Feminina: O que o Novo Testamento tem a dizer? In: *Fides Reformata*. V. 2, N. 1. São Paulo: Mackenzie, 1997.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Ageu Cirilo. *Resistência Protestante*. In: Ageu Magalhães. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/RevAgeuMagalhaes/posts/3578320478857837>. Consulta: 01.07.2021.
- MEIRA, José Normando Gonçalves; XAVIER, Wendell Lessa Vilela. Cosmvisão Cristã na Didática Magna de Comenius. In: *Educação*,

Escola e Sociedade. V. 13, Montes Claros-MG: UNIMONTES,2020.
Disponível:<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/artic/e/view/3944/3957> Consulta: 02.07.2021.

MORAIS, Ludgero Bonilha. *Feminismo*. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=WAsw5WSqhp0&t=13s>
Consulta em: 1.07.2021.

NEGROMONTE, Álvaro; FREIRE, Guilherme; ECHAVARRÍA, Martin Frederico. *O Problema da Educação Moderna*. Curitiba-PR: Santo Inácio, 2021.

NICODEMUS, Augustus. *Cristianismo na Universidade: A prática da integração da fé cristã na academia*. São Paulo: Vida Nova, 2019.

PAGLIA, Camille. *Roda Vida Internacional: Camille Paglia*. Youtube, 2015.
Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=KIYR1isM2o8>.PHILIPS,
Richard D. *Homens de Verdade: O chamado de Deus para a masculinidade*. São José dos Campos-SP: FIEL, 2019.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *História da Educação: De Confúcio a Paulo Freire*. São Paulo: Contexto, 2016.

SCRUTON, Roger. *Filosofia Verde: como pensar seriamente o planeta*. São Paulo, É Realizações, 2016.

SILVA, Danielle Costa. A contribuição da Cristandade e do Liberalismo na construção da universalidade dos direitos humanos. In: *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas*. – Nº 01 – Ano I – 05/2012
Diamantina- MG: UFVJM Reg.: 120.2.095-2011 –
PROEXC/UFVJM – www.ufvjm.edu.br/vozes.

SCOTT, Stuart. *O homem bíblico: masculinidade, liderança e decisões*. São Paulo: NUTRA, 2014.

STOTT, John. *Os Cristãos e os Desafios Contemporâneos*. Viçosa-MG: Ultimato, 2014.

- STREET, John D. *Homens Aconselhando Homens: Uma abordagem bíblica das principais questões que os homens enfrentam*. São Paulo: Nutra, 2016.
- WARE, Bruce. Um Resumo das Posições Igualitarista e Complementarista. In: *Reformados: Teologia e Apologética*. Publicado em 05.05.2028. Disponível em: <https://reformados21.com.br/2018/05/05/um-resumo-das-posicoes-igualitarista-e-complementarista-2-2/> Consulta em: 28.06.2021.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WILSON, Douglas; WILSON, Nancy. *Filhos: educando daqui para a eternidade*. São Paulo: Trinitas, 2019.
- WOLTERS, Albert M. *A Criação Restaurada*. 2. Ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.

CAPÍTULO 6

A HERMENÊUTICA REFORMADA DE JOÃO CALVINO E A CONSTRUÇÃO DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ DE EDUCAÇÃO

Wendell Lessa Vilela Xavier

INTRODUÇÃO

A educação cristã não se originou em João Calvino (1509-1564). Mas é fato que a cosmovisão produzida a partir de seus escritos moldou a concepção de educação do mundo ocidental em muitos aspectos, especialmente no que se refere à interpretação das Escrituras e suas implicações no ensino. É fato também que os protestantes, especialmente reformados, sempre tiveram efetiva participação na educação e na urbanidade tanto na Europa quanto nos Estados Unidos a partir do século 17, enviando seus reflexos para outros lugares do mundo, inclusive o Brasil.

Christopher Hill (2012:27), ao mencionar a relação entre “presbiterianos” e “independentes” e o avanço da indústria em Londres e nas cidades vizinhas, afirmou que “os mercadores londrinos fundaram escolas primárias e secundárias, concederam bolsas de estudos ou favoreceram pregações nos condados onde haviam nascido e, assim, ajudaram a promover o nível intelectual ou cultural das áreas afastadas da City”.¹

Hill chega a mencionar Richard Baxter, um importante pastor puritano, ao elogiar o contato dos londrinos com os tecelões de Kidderminster, destacando que “seu constante contato e comunicação com Londres realmente promovem a urbanidade e a religiosidade entre os comerciantes” (2012:27).

¹ Parte dessa introdução se encontra em outro artigo: XAVIER, Wendell Lessa Vilela. A influência protestante na obra de Othoniel Motta e sua importância para a educação brasileira. In: *Educação, Escola e Sociedade*. Montes Claros (MG), Brasil, v. 14, n. 16, p. 1-17, 2021.

Richard Baxter não foi um reformado no sentido estrito de subscrição estrita às confissões reformadas, tendo, inclusive, defendido ideias contrárias às teses reformadas, que, por certo, causou muito estranhamento por parte da comunidade calvinista.

Entretanto, apesar de defesas de ideias estranhas à hermenêutica bíblico-reformada, como, por exemplo, o conceito eclético a respeito da graça, que agrupava as doutrinas reformada, arminiana e católico-romana, Baxter se empenhou muito para a propagação das Escrituras na perspectiva hermenêutica evangélica protestante. Em certo sentido, ele não é um bom exemplo neste artigo para argumentar em favor da hermenêutica calvinista. Ao contrário, Baxter ilustra o que não se deve fazer em termos de interpretação bíblico-teológica. Mas o exemplo aqui veiculado é para argumentar em favor da preocupação com a educação cristã para além das paredes da igreja, uma educação cristã que alcançava a comunidade em geral. E nisso, Baxter foi exemplar.

James Packer afirmou que Richard Baxter foi um “mestre-escola por instinto” (PACKER, 1991:328). Ele foi um parlamentar brilhante, de muita erudição, e um evangelista pastoral que via seu ministério focado especialmente no ensino. “Como evangelista pastoral, Baxter era incomparável.” (PACKER, 1991:328). James Packer escreveu que “Baxter usualmente chamava a si mesmo de professor de sua gente, e, de acordo com sua maneira de pensar, ensinar era a principal tarefa de um pastor” (1991:328). James Packer destacou:

Baxter semanalmente mantinha um foro pastoral, para discussão e oração. Também distribuía bíblias e livros evangélicos (quinze por cento de cada edição de seus livros lhe eram entregues gratuitamente, como direitos autorais, para que ele distribuisse). Ensinava por meio de aconselhamento pessoal e catequese, dando uma hora aos membros de cada uma das sete famílias diferentes que vinham à sua casa (sete horas ao todo), as segundas e terças-feiras à tarde e à noite; assim conseguia catequizar e aconselhar quase todas as famílias da cidade uma vez por ano. (Packer, 1991:328-329)

É destacável que o ensino ministrado por Richard Baxter não se restringia apenas aos frequentadores de sua paróquia. Em sua cidade, Kidderminster, havia cerca de oitocentas famílias e dois mil adultos. Baxter visitava todas essas pessoas, ensinando a elas a Bíblia e os princípios cristãos. Baxter atendia às famílias que vinham à sua paróquia, bem como ia às casas delas. Para ele, o que importava era alcançar cada coração com o ensino.

Christopher Hill (2012:31) destaca que eram os mercadores londrinos e os puritanos, em sua maioria, os que praticavam a caridade naquela época, especialmente encorajando os mercadores ao comércio justo e crescente, a remodelar a sociedade da melhor forma, estabelecendo escolas, asilos para pobres, crédito para aprendizes, dentre outros benefícios.

Os puritanos tinham a intenção de estabelecer escolas com bolsas de estudos, garantindo a assistência aos mais necessitados, a fim de que eles pudessem ter acesso ao conhecimento e usar esse conhecimento para o benefício da sociedade. O conhecimento traria acesso aos bens que, por sua vez, produziria a riqueza necessária para o desenvolvimento e para o cuidado com os mais carentes. Leland Ryken destaca que o número de escolas primárias dobrou enquanto os puritanos estavam em ascensão (1992:168).

Hill destaca que os projetos puritanos de aplicar os espólios da Igreja no avanço do conhecimento nunca de realizaram plenamente. Mas, apesar disso, as universidades foram liberadas de tributação e os diretores de Oxford e Cambridge receberam aumentos de salário. Além disso, novas escolas foram fundadas. Pelo menos 55 escolas foram estabelecidas entre 1651 e 1653 (2012:194).

Como destacou Leland Ryken, “na América, nenhum dos outros colonizadores de fala inglesa estabeleceu tão cedo a educação universitária após sua chegada quanto o fizeram os Puritanos” (RYKEN, 1992:167). Ryken enfatiza que após apenas seis anos da chegada dos puritanos em Massachusetts, o Tribunal Geral votou, em 1636, uma verba de quatrocentas libras para aplicar em uma escola ou faculdade. Em razão desse esforço, a Universidade de Harvard foi mantida durante um bom período por fazendeiros puritanos que

contribuíam com a venda do trigo para sustentar professores e alunos (RYKEN, 1992:167).

Hermisten Costa (2013:18) aponta que “o Colégio foi criado em 1636 na vila de New Town (posteriormente, Cambridge), recebendo depois este nome (Harvard) em homenagem (1638) ao pastor puritano John Harvard (1607 – 1638), que havia doado cerca de 800 libras (metade de suas propriedades) e uma biblioteca com 260 títulos perfazendo um total de cerca de 400 volumes”.

A história nos mostra, por meio das circunstâncias e resultados, que a educação sempre foi o alvo principal e norteador dos reformadores. Hermisten Costa (2013:18) destaca que a ênfase puritana foi marcante em todos os níveis da educação, com forte fundamento teológico reformado. Esse fundamento estava, especialmente, na compreensão que os puritanos tinham sobre Deus, o homem, a condição do homem em relação a Deus, e a missão de cada ser humano nessa vida: viver para a glória de Deus, *coram Deo* (*diante da face ou na presença* de Deus).

Alderí Matos (2017:23-24) escreveu:

Os puritanos tinham uma visão integrada da vida e da sociedade e nessa visão a educação desempenhava um papel preponderante. A família era considerada uma pequena igreja, onde o pai, o líder espiritual, devia promover a instrução religiosa da esposa e dos filhos e dirigir suas atividades devocionais. Na igreja, o principal meio de educação cristã era o culto e, mais especificamente, o púlpito. Os pregadores puritanos eram homens instruídos e seus sermões eram cuidadosamente preparados para incluir exposição bíblica, ensino doutrinário e aplicação prática para o viver diário.²

Glorificar a Deus e usufruir de seus benefícios em todas as áreas da vida é a tese principal do cristão reformado. Todo verdadeiro reformado entende que a vida não pode ser fragmentada. Cada centímetro de nossa existência

² MATOS, Alderí. Breve história da educação cristã. In: GOMES, Davi Charles. PORTELA, F. Solano. *Educação Escolar Cristã: história, conceitos e práticas pedagógicas*. São Paulo: Mackenzie, 2017.

pertence a Deus e, por isso, todas as áreas devem se submeter ao governo do Senhor, incluindo, obviamente, a educação. Essa tese está expressa nos símbolos de fé reformados, especialmente Breve Catecismo e Catecismo Maior de Westminster e Catecismo de Heidelberg, e são derivados de diversos textos bíblicos que fundamentam o caráter de vida do cristão. Como afirmou R. Hooykaas (2021:135), “As ‘confissões de fé’ amplamente aceitas das comunidades reformadas são provavelmente os documentos mais representativos da opinião dominante entre os genuínos calvinistas do século XVI. O exame dessas confissões dá a entender que, segundo a fé protestante, as boas obras eram consideradas como um ‘fruto da gratidão’ pela salvação recebida, não uma reafirmação de havê-la recebido”.³

Quadro: Harmonia das confissões de fé reformada

Breve Catecismo de Westminster	Catecismo Maior de Westminster	Catecismo de Heidelberg
<p>Pergunta 1. Qual é o fim principal do homem? R. O fim principal do homem é glorificar a Deus, e gozá-lo para sempre. Referências: Rm 11.36; 1Co 10.31; Sl 73.25-26; Is 43.7; Rm 14.7-8; Ef 1.5-6; Is 60.21; 61.3.</p> <p>Pergunta 31. Que é vocação eficaz? R. Vocação eficaz é a obra do Espírito Santo, pela qual, convencendo-nos do nosso pecado, e da nossa miséria, iluminando nossos entendimentos pelo conhecimento de Cristo, e renovando a nossa vontade, nos persuade e habilita a</p>	<p>1. Qual é o fim supremo e principal do homem? O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre. Rm 11.36; 1Co 10.31; Sl 73.24-26; Jo 17.22-24.</p> <p>67. Que é vocação eficaz? Vocação eficaz é a obra do poder e graça onipotente de Deus, pela qual (do seu livre e especial amor para com os eleitos e sem que nada neles o leve a isto), Ele, no tempo aceitável, os convida e atrai a Jesus Cristo pela sua palavra e pelo seu Espírito, iluminando os seus entendimentos de</p>	<p>1. Qual é o seu único fundamento, na vida e na morte? O meu único fundamento é meu fiel Salvador Jesus Cristo (1). A Ele pertença, em corpo e alma, na vida e na morte (2), e não pertenço a mim mesmo (3). Com seu precioso sangue Ele pagou (4) por todos os meus pecados e me libertou de todo o domínio do diabo (5). Agora Ele me protege de tal maneira (6) que, sem a vontade do meu Pai do céu, não perderei nem um fio de cabelo (7). Além disto, tudo coopera para o</p>

³ HOOYKAAS, R. A religião e o desenvolvimento da ciência moderna. Brasília: Academia Monergista, 2021. p. 135.

<p>abraçar Jesus Cristo, que nos é oferecido de graça no Evangelho. Ref. 1Ts 2.13; At 2.37; 26.18; Ez 36.25-27; 2Tm 1.9; Fp 2.13; Jo 6.37, 44-45.</p> <p>Pergunta 39. Qual é o dever que Deus exige do homem? R. O dever que Deus exige do homem é obediência à sua vontade revelada. Ref. Mq 6.8; Lc 10.27-28; Gn 17.1.</p>	<p>uma maneira salvadora, renovando e poderosamente determinando as suas vontades, de modo que eles, embora em si mortos no pecado, tornam-se por isso prontos e capazes de livremente responder à sua chamada e de aceitar e abraçar a graça nela oferecida e comunicada. Ef 1.18-20; 2Tm 1.8-9; Tt 3.4-5; Rm 9.11; 2Co 5.20; e 6.2, Jo 6.44; 2Ts 2.13- 14; At 26.18; Ez 11.19; Jo 6.45; Fl 2.13.</p>	<p>meu bem (8). Por isso, pelo Espírito Santo, Ele também me garante a vida eterna (9) e me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante, de todo o coração (10). (1) 1Co 3:23; Tt 2:14. (2) Rm 14:8; 1Ts 5:9,10. (3) 1Co 6:19,20. (4) 1Pe 1:18,19; 1Jo 1:7; 1Jo 2:2,12. (5) Jo 8:34-36; Hb 2:14,15; 1Jo 3:8. (6) Jo 6:39; Jo 10:27-30; 2Ts 3:3; 1Pe 1:5. (7) Mt 10:29,30; Lc 21:18. (8) Rm 8:28. (9) Rm 8:16; 2Co 1:22; 2Co 5:5; Ef 1:13,14. (10) Rm 8:14; 1Jo 3:3.</p> <p>43. Que importância tem, para nós, o sacrifício e a morte de Cristo na cruz? Pelo poder de Cristo, nosso velho homem é crucificado, morto e sepultado com Ele(1), para que os maus desejos da carne não mais nos dominem (2) , mas que nos ofereçamos a Ele, como sacrifício de gratidão (3). (1) Rm 6:6. (2) Rm 6:8,11,12. (3) Rm 12:1.</p>
--	--	--

Fonte: BEEKE, Joel; FERGUSON, Sinclair. Harmonia das confissões de Fé Reformada. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

Hermisten Costa (2013:21) destaca ainda os principais pontos que efetivamente caracterizaram o fervor educacional dos puritanos: “Deus é

reconhecido como o Criador e Senhor de todas as coisas, sendo o doador da vida e de tudo que temos, a quem devemos conhecer experiencialmente, amar, obedecer e cultuar” e “o homem como ‘imagem e semelhança’ de Deus deve ser respeitado, amado e ajudado”.

Assim sendo, com base nessas duas premissas, os reformadores entendiam que a educação deve ser para todos, indistintamente. Mas não apenas *uma* educação qualquer, mas *a* educação cristã, a educação que, de fato, é capaz de transformar pessoas, aquela que conduz o homem a Deus, a única razão de sua real existência. Não se trata de um modelo de educação produzido por algum pedagogo, mas uma educação originada das Escrituras Sagradas, a partir de uma interpretação fiel do texto bíblico. Uma boa teologia produzirá uma boa educação. Nesse sentido, John Milton definiu a educação:

O objetivo da aprendizagem é corrigir as ruínas de nossos primeiros pais, recuperando o conhecer a Deus corretamente, e a partir deste conhecimento, amá-lo, imitá-lo e ser como ele, do modo mais aproximado possível, tornando nossas almas possuidoras de verdadeira virtude que, unida à graça celestial da fé, constrói a mais alta perfeição. [...] Chamo de uma educação completa e generosa aquela que capacita um homem para atuar justamente, habilidosamente, magnanimamente, em todos os ofícios, tanto privados como públicos, de paz e de guerra.⁴

Portanto, para os reformados, a educação só tem sentido quando praticada com o foco no aprendizado que conduz o homem a contemplar Deus e toda a obra de sua criação. Por isso, para os reformadores, a interpretação correta da realidade, que se dá a partir da correta interpretação da Bíblia, chamada de Escritura Sagrada, é a única forma de corrigir o homem de seus erros e colocá-lo de volta ao caminho que conduz à vida.

Todo e qualquer conhecimento deve nos conduzir a Deus e à contemplação de sua criação. Por isso, a ciência deve agir para a glória de Deus. O cientista não é um descobridor autônomo, mas um servo de Deus que se

⁴ *Apud* COSTA, Hermisten. *Introdução à educação cristã*. Brasília: Monergismo, 2013. p. 22.

coloca a serviço do Criador do Universo e se prepara para conhecer aquilo que lhe é revelado. Abraham Kuyper (2002:133) defendeu, por exemplo, que a ciência pode exercer sua liberdade dentro da compreensão de que ela é limitada pelo próprio ser de Deus, criador e sustentador de todas as coisas. Ao compreender seu domínio, a ciência caminha livremente a fim de colaborar com a revelação de Deus para a humanidade. O cientista, portanto, é um divulgador das obras da criação, um perscrutador da natureza, a fim de revelar aos demais as belezas criativas de Deus. A ciência não cria, ela descobre. Ela procura entender aquilo que por Deus deseja ser revelado.

Nas palavras do teólogo Herman Bavinck (2021:61):

Quando se trata do conhecimento das coisas criadas, a situação é um pouco diferente. Mesmo que, no empreendimento desse conhecimento, sejamos absolutamente dependentes de Deus, ainda assim, na Criação, ele encarregou o homem da tarefa de subjugar e dominar toda a terra, o equipou e deu-lhe o interesse de fazer isso. O homem está acima da natureza, e pode tomar a medida do fenômeno natural, estudá-lo e, em certa medida, artisticamente criar coisas. Ele pode, de certa forma, forçar a natureza a se revelar e descobrir seus segredos. Porém, essa habilidade também é limitada de todas as formas. Conforme a ciência penetra cada vez mais profundamente no fenômeno e se aproxima da essência das coisas, ela vê os mistérios aumentando e ela mesma encurralada pelo incompreensível. Não são poucos os que estão tão profundamente convictos das limitações do conhecimento humano, que dizem: “não sabemos”, e às vezes acrescentam: “e nunca saberemos”.

Assim sendo, a forma como interpretamos a realidade é fundamental para a forma como formulamos a nossa pedagogia. Em outras palavras, a educação adequada deriva unicamente da visão adequada da realidade. Uma visão distorcida da realidade sobre Deus, sobre o homem e sua condição diante de Deus, sobre o propósito para o qual o homem foi criado e sobre seu destino eterno produzirá, invariavelmente, um erro proposital e, portanto, consequências perversas e danosas no processo educacional. E a razão é

simples: uma educação defeituosa direcionará o homem para longe de seu propósito, perverterá seu motivo existencial e, com isso, frustrará o sentido da existência humana nesse mundo.

Em sua crítica pertinente e assertiva sobre a influência maléfica do Estado na educação, Christopher Dawson (2020) denunciou que todo o processo educacional deriva de um compromisso religioso, de certa crença em algo, que leva as pessoas a acreditarem na educação do Estado como redentiva. O Estado se compromete em criar “uma imensa engrenagem de organização e controle e toda forma de instituição educacional, do jardim de infância à universidade”; com o objetivo de forjar “um estado de comunhão espiritual em que cada indivíduo compartilha da experiência do todo e contribui segundo suas forças para a formação da ‘inteligência agrupada final’ – para usar a expressão de Dewey –, que é a mente democrática”.⁵

A fim de que haja, portanto, uma experiência real e produtiva na educação, é necessário, de acordo com os reformadores, que haja primeiramente uma interpretação textual adequada das Escrituras Sagradas, razão pela qual a hermenêutica reformada assume lugar preponderante na estante dos temas da pedagogia reformada.

Alderi Matos (2017), além de destacar a invenção da imprensa e a redescoberta da Bíblia como fatores predominantes na influência direta para a educação, apontou a centralidade e a singularidade das Escrituras – *Sola Scriptura* – como causa fundamental da cosmovisão reformada sobre a realidade e, conseqüentemente, as pessoas e a sociedade que elas compõem. Alderi Matos afirmou que “a Reforma, com seu princípio de *Sola Scriptura* e a ênfase paralela no direito do livre exame das Escrituras, produziu um renovado interesse pela educação” (2017:4). E continuou: “A Bíblia era o livro que devia ser lido, estudado e *corretamente interpretado*, o que exigia que as pessoas soubessem ler e tivessem um *bom preparo intelectual*” (grifos meus) (2017:4).

⁵ DAWSON, Christopher. *A crise da educação ocidental*. São Paulo: É Realizações, 2020. p. 108-109.

A interpretação correta das Escrituras e, com isso, a necessidade de ensinar as pessoas a ler a Bíblia corretamente, eram as motivações principais que constituíam a base da educação cristã reformada. Então, em sequência: Deus deve ser glorificado por todas as pessoas em razão de seu ser e de suas obras; Deus é conhecido em seu ser e em suas obras especialmente a partir das Escrituras Sagradas, lugar onde ele se revela especialmente; portanto, conhecer as Escrituras corretamente implica conhecer Deus corretamente e, com isso, adorá-lo do modo como ele ordena e deseja ser adorado. Não há, portanto, outra forma de viver na presença de Deus (*coram Deo*) a não ser conhecendo seu ser e suas obras a partir das Escrituras. Isso torna a arte hermenêutica fundamental e indispensável para o adequado e seguro conhecimento de Deus, de nós mesmos e da realidade que percebemos.

Alderi Matos (2017:22) cita Lutero e Calvino, os dois grandes reformadores, como exemplos de educadores focados em Deus e no próximo, a partir das Escrituras. Ambos se ocuparam em escrever catecismos, a fim de instruir o povo na Palavra de Deus, a Bíblia. Ambos enfatizaram a pregação da Palavra como recurso pedagógico de instrução contínua e necessária para uma vida exemplar diante de Deus. Ambos viam no culto público e em sua liturgia um meio especial de instrução. Lutero, por exemplo, modificou a música na igreja, com o objetivo de fazê-la expressar a fé e não apenas criar um ambiente religioso, como até então era feito por meio do “canto gregoriano”⁶. Alderi Matos destacou:

Lutero insistiu na educação do homem comum e incentivou os pais a cumprirem o dever de proporcionar educação aos seus filhos. Ele também resgatou a prioridade do lar no processo educacional. Calvino foi ainda mais enfático nessas questões. Em sua obra magna, as Institutas, ele caracterizou a igreja como “mãe e mestra” dos fiéis, aquela que os leva ao conhecimento de Cristo e depois os nutre e orienta durante toda a sua vida cristã. Nas Ordenanças

⁶ Sobre esse tema – “música de impressão e música de expressão”, veja MÓDOLO, Parcial. “Impressão” ou “Expressão”: o papel da música na missa romana medieval e no culto reformado. In: Teologia para a vida. São Paulo: Seminário JMC. Vol. 1. N. 1. Jan/Jun 2005. p. 111-128.

Eclesiásticas (1542), ele insistiu que a igreja devia ter uma classe de oficiais voltados exclusivamente para o ensino, os mestres ou doutores. Em 1559, Calvino fundou a Academia de Genebra, embrião da atual universidade com esse nome.

Desse modo, é salutar compreender sob quais bases a hermenêutica reformada está edificada, a fim de que se possa constituir um modelo educacional seguro e consistente, que seja, não apenas restrito às comunidades cristãs, mas a toda a sociedade. Deve-se lembrar de que o processo educacional é sempre um comprometimento religioso, como qualquer outra cosmovisão. Uma cosmovisão cristã é a compreensão de que “ao SENHOR pertence a terra e tudo é que nela se contém, o mundo e o que nele habitam” (Salmo 24.1). A revelação nas Escrituras, portanto, é de que Deus não somente criou o Universo, mas o administra. De acordo com a Confissão de Fé de Westminster, ao tratar acerca da doutrina “da Providência”, “I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor – Ne 9:6; Sl 145:14-16; Dn 4:34-35; Sl 135:6; Mt 10:29-31; Pv 15:3; 2Cr 16:9; At 15:18; Ef 1:11; Sl 33:10-11; Ef 3:10; Rm 9:17; Gn 45:5” (grifos meus)⁷.

Por isso, não somente as estruturas criadas, mas tudo o que há nessas estruturas está sob o governo soberano de Deus, o Criador. Foi essa compreensão que levou Abraham Kuyper (1837 – 1920), em sua aula inaugural na fundação da Universidade Livre de Amsterdam, a afirmar que “não há nem um centímetro em toda a área da existência humana da qual Cristo, o soberano de tudo, não proclame: ‘Isso é meu’”⁸.

⁷ Confissão de Fé de Westminster, O Catecismo Maior e o Breve Catecismo. São Paulo: CEP, 1991b.

⁸ Citado por Henry Van Til, em *O Conceito Calvinista de Cultura*, Cultura Cristã, 2010, p. 139.

Uma cosmovisão cristã (ou podemos denominar também *teorreferência*⁹), portanto, é uma maneira de ver o mundo – bíblicamente orientada – em relação a todas as estruturas sociais, culturais, econômicas, científicas, religiosas etc. Segundo Nancy Pearcey (2006:37)¹⁰, “‘Pensar cristãmente’ significa compreender que o cristianismo tem a verdade sobre o todo da realidade, uma perspectiva para interpretar todos os assuntos da vida”¹¹.

Portanto, negar a religiosidade de nossos compromissos sociais e culturais é negar a nós mesmos, a nossa origem e nosso propósito. Como afirmou Christopher Dawson, “parece-me óbvio que o conceito de educação é religioso, a despeito de seu secularismo. Ele é inspirado pela fé na democracia e pela ‘mística’ democrática que, em espírito, é mais religiosa que política”. E ainda complementa: “Palavras como ‘comunidade’, ‘progresso’, ‘vida’ e ‘juventude’ etc, mas, sobretudo ‘democracia’, adquiriram uma espécie de caráter numinoso que lhes dá poder emocional ou evocativo e as coloca acima da crítica racional”¹².

⁹ O termo “teorreferência” foi cunhado por Davi Charles Gomes e significa a ideia de que “Deus é o referencial único para tudo. Não é apenas central a tudo o que existe. É mais do que isso: tudo o que existe, existe em referência a Deus. Todas as coisas têm origem nele, nele subsistem e são para ele” (Veja GOMES, Wadislau Martins. *Todo mundo pensa, você também*. Aprendendo a pensar bíblicamente. Brasília: Monergismo, 2013, p.39). D. C. Gomes esclarece que o conceito parte de uma concepção da “tradição reformada de considerar que a realidade tem o seu significado final *coram deo*.” (GOMES, Davi Charles. *A metapsicologia wadiliana: uma incursão preliminar*. In: *Fides Reformata* XI:1 (2006), p. 116, nota 14.) Fabiano de Almeida Oliveira ainda esclarece que a teorreferência pode ser “negativa” ou “positiva”: “A teorreferência negativa, como é qualificada a existência do homem em constante apostasia, se dá sempre como forma de emancipação em relação a Deus e rebelião contra a sua Palavra. A teorreferência positiva indica a existência e a apreensão da realidade no interior de um contexto de significado redentivo ou bíblicamente orientado. A teorreferência (negativa ou positiva) é a condição originária de todo horizonte de compreensão e interpretação humanas. Isso quer dizer que a *vida-no-mundo* será sempre encarada no interior de um campo de significado de amor ou de rebelião contra Deus”. (OLIVEIRA, F. A. *Reflexões críticas sobre Weltanschauung: uma análise do processo de formação e compartilhamento de cosmovisões numa perspectiva teo-referente*. In: *Fides Reformata* XIII:1 (2008), p. 31, nota 1.)

¹⁰ PEARCEY, Nancy. *Verdade Absoluta: libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

¹¹ Esse parágrafo foi retirado de outro artigo nosso: MEIRA, José Normando Gonçalves. XAVIER, Wendell Lessa Vilela. *Cosmovisão Cristã na Didática Magna de Comenius*. In: *Educação, Escola e Sociedade*. Montes Claros (MG), Brasil, v. 13, e202008, p. 1-20, 2020.

¹² *Idem*, p. 109.

A partir dessas premissas, deve-se considerar a base sobre a qual a hermenêutica reformada calvinista está consolidada e, posteriormente, quais as implicações mais diretas para a implantação de uma educação vigorosa e consistente.

TRAÇOS TEÓRICOS DA HERMENÊUTICA REFORMADA¹³

Definição de Hermenêutica

A palavra hermenêutica aparece pela primeira vez na obra de J. C. Dannhauer, “Hermenêutica sacra sive methodus exponendarum sacrarum litterarum”, em 1654¹⁴. Porém, em Platão, referindo-se aos poetas, e no grego bíblico, as formas preliminares da palavra apareceram no verbo *hermeneuein* (ἐρμηνεύειν), que Thayer¹⁵ traduz como “explicar com palavras”, “expor”, apontando referências em Sófocles, Eurípedes, Xenofonte, Platão, dentre outros; e *interpretar, isto é, traduzir o que é falado ou escrito em uma língua estrangeira para sua própria língua*. Aparecem também os derivados substantivos *hermeneús* (ἐρμηνεύωσ) e *hermeneia* (ἐρμηνεία), que significam basicamente “interpretação”¹⁶.

A mitologia também associa a palavra hermenêutica a Hermes, deus grego responsável pela transmissão da mensagem dos deuses aos homens. Thayer, por exemplo, considera que ἐρμηνεύω provém de Ἑρμῆς (Hermes),

¹³ Parte do conteúdo aqui apresentado é um recorte da minha dissertação de mestrado sobre Boanerges Ribeiro, apresentada na PUC-SP em 2007: *Vozes do Trovão: a vez e a voz de Boanerges Ribeiro*.

¹⁴ Há alguns anos antes, em 1567, Mathias Flacius Illyricus (1520-1575), teólogo protestante, fez uma primeira tentativa de uma hermenêutica científica. Até então, predominantemente, a hermenêutica era *technê* (e não uma ciência), uma arte de interpretar e apropriar os grandes textos. (BERKHOF, Louis. *Princípios de Interpretação Bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000. p. 12).

¹⁵ Thayer's Greek Lexicon. In Bible Works.

¹⁶ O Léxico Grego de Thayer traz ainda a palavra ἐρμηνευτής, ἐρμηνευτοῦ ὁ (ἐρμηνεύω, como ver), *um intérprete*: O texto bíblico ao qual se refere é a Primeira Carta de Paulo aos Coríntios, 14.28. Um texto marginal do Antigo Testamento traz מְרַמֵּם em Gênesis 42.23.

que era o deus da fala, da escrita e da eloquência¹⁷. Desse modo, desde o início, hermenêutica exprimia compreensão e exposição de uma mensagem.

Segundo A. J. Greimas & J. Courtés¹⁸, a hermenêutica está relacionada geralmente à interpretação de textos essencialmente filosóficos e religiosos. A hermenêutica tenta articular uma teoria geral do sentido com a teoria geral do texto, além de se ater particularmente aos dados extralinguísticos discursivos, relacionado-as às condições de produção e de leitura. Segundo os autores, a hermenêutica privilegia a referência textual, uma vez que *faz intervir o contexto sócio-histórico, incluindo-se nele o da compreensão atual, e tenta – por esse jogo complexo – depreender os sentidos recebíveis*¹⁹.

Uma vez que à hermenêutica foi dada a limitação de considerar dados específicos, tratando-os como objetos e lhes dando status de *corpora*, ela deixou de ser considerada *arte* apenas, para ser vista como *método*²⁰, entendida como uma ciência de interpretação textual, cujo objeto é o texto, consideradas condições de produção e naturalmente, no caso da AD, os efeitos de sentido produzidos.

W. Kaiser & M. Silva (2002:276) definem hermenêutica como o “estudo de princípios e métodos de interpretação”. Berkhof (2000:9) a define como “ciência que nos ensina os princípios, leis e métodos de interpretação”²¹. Virkler (2002:9), seguindo Berkhof, a define também como “a ciência e arte de interpretação bíblica”²².

¹⁷ Thayer, op. cit.

¹⁸ GREIMAS, A. J. e J. Courtés. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix (s/d) (original francês de 1979), p. 215.

¹⁹ GREIMAS & COURTÉS, Op. Cit.: p. 215.

²⁰ GREIMAS & COURTÉS (Op. Cit.:279) definem método como uma sequência programada de operações que visa à obtenção de um resultado conforme às exigências da teoria... quase sinônimo de procedimento. A palavra método é uma transliteração do grego *μέθοδος*, que por sua vez provém de duas outras palavras: *μέτα* e *δός* que significam, respectivamente, “meio de” e “caminho”. Nesse sentido, método é um caminho direcionado e específico para se chegar a um determinado fim. Lalande (LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 678) afirma que o método é um esforço para atingir um fim.

²¹ BERKHOF, Louis. *Princípios de Interpretação Bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

²² VIRKLER, Henry A. *Hermenêutica Avançada*. São Paulo: Vida, 2002.

No campo da hermenêutica bíblica, normalmente os estudiosos a dividem em duas subáreas ou subcategorias: *geral* e *especial*. A hermenêutica geral é a que trata do estudo do texto bíblico inteiro. Nessa abordagem, são consideradas análises histórico-cultural, léxico-sintática, contextual e teológica. A hermenêutica especial trata de estudar as regras que abordam gêneros específicos, como parábolas, leis, cartas etc.

Aspectos histórico-teológicos

Predominava na Idade Média uma ignorância geral em relação à Bíblia. Havia pouca erudição na área de interpretação hermenêutica. Até mesmo o clero não conhecia outra coisa além da tradução da Vulgata²³ e os escritos dos Pais da Igreja. O método hermenêutico prevalecente ainda era aquele do sentido *quádruplo* engendrado por Agostinho (354-430), a saber: histórico, etiológico, analógico e alegórico²⁴. Agostinho, embora considerado um dos maiores e mais ilustres pensadores da Idade Média, não foi, primariamente, um exegeta. Diferentemente de Jerônimo (c. 340-420), ele não tinha a mesma familiaridade com o hebraico e o grego²⁵. Mas o seu interesse pela interpretação

²³ A *Vulgata Latina* foi produzida por Sofrônio Eusébio Jerônimo (c. 340-420), a partir da preocupação de Dâmaso, bispo de Roma (366-384), quando viu aparecer numerosos textos e uma grande diversidade de versões da Bíblia, provindas do século IV. A intenção de Dâmaso era resolver a confusão de textos latinos, resultante do fato de que o Antigo Testamento latino era uma tradução da Septuaginta (LXX) e de que o Novo Testamento havia sido produzido em ocasiões informais. Além disso, essa época presenciou muitas controvérsias religiosas, como, por exemplo, a controvérsia ariana que ocasionou o Concílio de Nicéia (325), o de Constantinopla I (381) e o de Éfeso (431). Não bastassem essas razões, havia também a necessidade de um texto modelar, autorizado e confiável, e que fosse fidedigno. A tarefa de Jerônimo se iniciou em 382, começando pelos evangelhos. Em 405, havia completado sua tradução latina do Antigo Testamento hebraico. Com a morte de Jerônimo, em 420, o Antigo Testamento conseguiu a vitória sobre as demais traduções, mas ainda informalmente. Apenas no Concílio de Trento (1546-1563) a Vulgata Latina foi reconhecida oficialmente pela Igreja Católica Romana. (GEISLER, Norman. NIX, William. *Introdução Bíblica: como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo: 1997. p. 211-213).

²⁴ De acordo com LOPES, este método também é chamado de “quadriga” e, também, é atribuído a João Cassiano, um dos primeiros intérpretes da Idade Média, morto no século V. Era monge e escritor asceta do sul da Gália e um dos maiores defensores do semi-pelagianismo na época. (LOPES, Augustus Nicodemus Gomes. *A Bíblia e os seus intérpretes*. p. 149.)

²⁵ BERKHOF, Op. Cit. p. 20.

bíblica o levou a produzir o *De Doctrina Christiana* (começado em 397 e concluído em 426 ou 427), onde apresentou sua teoria hermenêutica que perdurou até a Reforma.

Antes da Reforma, o sentido do texto bíblico era de propriedade da Igreja Católica Apostólica Romana, pertencente à tradição desta igreja e à sua doutrina, dependendo exclusivamente de sua autoridade. Esse período é visto por Lopes (2004:157) como um período de decadência hermenêutica e, conseqüentemente, doutrinária, pois a interpretação alegórica sem controles e a perda doutrinária da igreja caminhavam juntas.

A Reforma Protestante do século XVI tentou resgatar os princípios elementares que a alegorização havia deteriorado. Por essa razão, *a Reforma Protestante foi, em muitos sentidos, um movimento hermenêutico*²⁶. O primeiro aspecto, e o mais importante, foi o papel e a posição que a Escritura Sagrada readquiriu com os reformadores. Os reformadores rejeitaram a tese da Igreja Católica Apostólica Romana de que a Bíblia dependia de autenticação da Igreja para ter sua autoridade.

A grande questão dos reformadores com relação à autoridade das Escrituras era combater de um lado a primazia dada à tradição em detrimento do texto sagrado (Catolicismo Romano) e, por outro lado, o poder da experiência pessoal (espiritualismo). Grassava na época, um misticismo que, segundo Armesto & Wilson (1996:77), era uma espécie de *protestantismo dos católicos*; era bastante comum dispensar as Escrituras para se ter uma experiência pessoal com Deus. Esta era a terceira via de acesso a Deus, depois da Bíblia e da Igreja.

Armesto & Wilson (1996:77) afirmam que era comum aos místicos desprezarem os sacramentos, burlarem a hierarquia e neutralizarem a autoridade da Igreja Católica como mediadora. Havia um *misticismo autorizado*, uma tolerância da Igreja para com pessoas que demonstravam o desejo de se chegar a Deus por meio de experiências especiais. O misticismo

²⁶ LOPES, Op. Cit.: p. 159.

era uma válvula de escape para as energias espirituais que não podiam ser vistas nos rituais formais da Igreja.

A Igreja estava como cacos espalhados²⁷. Havia fragmentação não somente na hierarquia, mas também na doutrina. Não sabia em que se cria. A ênfase na tradição por um lado e o crescente misticismo por outro faziam esmaecer as Escrituras no cenário religioso. Foi por isso que os reformadores entenderam que o restabelecimento das Escrituras, ou devolvê-la ao seu lugar próprio, seria a grande tarefa a ser cumprida, a fim de que a Igreja continuasse seu caminho de propagação do evangelho autêntico e genuíno.

A Reforma não intencionou dividir a Igreja – pois ela já estava dividida. Não havia outro cenário senão uma colcha de retalhos teológicos. Longe de ser uma tela monocromática, a Igreja era uma pintura mesclada com várias cores. A intenção da Reforma era, portanto, unificar²⁸, trazer a Igreja de volta aos trilhos. E o método pelo qual isso seria possível, segundo os reformadores, era o retorno às Escrituras. É por essa ênfase que a Reforma então é vista como um movimento hermenêutico. A interpretação das Escrituras deveria ir além da tradição da Igreja e, no outro lado, deveria frear o misticismo.

Com esse ideal hermenêutico em mente, a Reforma e os seus herdeiros postularam algumas regras hermenêuticas que norteiam até hoje a relação da Igreja Reformada com as Escrituras e, por outro lado, distancia ou limita a relação com outros grupos religiosos existentes.

Timothy George (1994:312) afirma que “enquanto a Igreja Romana recorria ao testemunho da igreja a fim de validar a autoridade das Escrituras canônicas, os reformadores protestantes insistiam em que a Bíblia era

²⁷ O católico Dawson classifica esse período como “cristandade dividida: do século XVI ao XVIII”. Ele afirma sobre esse período o seguinte: “A era do desenvolvimento das culturas nacionais europeias. A despeito dos conflitos religiosos internos que caracterizaram o período, foi uma época também de expansão, de tal forma que a cultura gradualmente veio a incorporar o Novo Mundo como um todo. Houve também grande esforço, ainda que malsucedido, de propagar o cristianismo da Europa para Índia, China e Japão” (DAWSON, Christopher. *A crise da educação ocidental*. São Paulo: É Realizações, 2020. p. 138-139).

²⁸ Ver ARMESTO, Felipe-Fernandez. WILSON, Derek. *Reforma: Cristianismo e o Mundo de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

autolegitimadora, isto é, considerada fidedigna com base em sua própria perspicuidade”. As confissões de fé de expressão reformada são unânimes nesta premissa quanto à suficiência e autoridade definitiva e final das Escrituras.

A Confissão de Fé de Westminster (concluída em dezembro de 1646 e sancionada pelo Parlamento Inglês em março de 1648), por exemplo, afirma o seguinte no seu parágrafo IV:

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, *não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus* (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus – 2Tm 3.16; 1Jo 5.9; 1Ts 2.13. [Grifos meus]

O que os reformados de Westminster queriam ensinar é que 1. Deus é o autor da Bíblia; 2. que a autoridade da Bíblia vem somente de Deus, nunca de qualquer homem ou Igreja; e que 3. por ser Palavra de Deus, a Bíblia deve ser crida e obedecida. Esses pressupostos romperam com a tradição católico-romana da necessidade de testemunho da Igreja. Há mais de cem anos, a Reforma, defendia o livre exame das Escrituras, por intermédio de Martinho Lutero (1483-1546) na famosa Dieta de Worms (1512) e no inesquecível *Debate* em Leipzig (julho de 1519), quando, enfrentando o historiador John Eck, Lutero teve de reconhecer que a acusação de Eck contra si procedia. Eck o acusava de pregar a mesma doutrina de John Hus, reformador condenado há cem anos, pelo Concílio de Constança, e queimado vivo. Martinho Lutero reconheceu a vitória de Eck, mas não negou seus pressupostos. Foi a partir daí, portanto, que a teologia de Lutero recebeu o título de *Sola Scriptura* – Somente a Escritura – numa referência clara à primazia das Escrituras sobre papas e concílios. Seguindo a tradição reformada, o artigo V da Confissão Belga (1561) afirma:

Recebemos [1] todos estes livros, e somente estes, como sagrados e canônicos, para regular, fundamentar e confirmar nossa fé [2]. Acreditamos, sem dúvida nenhuma, em tudo que eles contêm, não tanto porque a igreja aceita e reconhece estes livros como canônicos, mas principalmente porque o Espírito Santo testifica

em nossos corações que eles vêm de Deus [3], como eles mesmos provam. Pois até os cegos podem sentir que as coisas, preditas neles, se cumprem [4]. 1 – 1Ts 2:13. 2 – 2Tm 3:16,17. 3 – 1Co 12:3; 1Jo 4:6; 1Jo 5:6b. 4 – Dt 18:21,22; 1Rs 22:28; Jr 28:9; Ez 33:33.

Combatendo os místicos, que desejavam elevar a experiência pessoal acima da Palavra de Deus, as Escrituras, os reformadores entendiam que, a partir do momento em que as Escrituras foram escritas, Deus não mais tem necessidade de se revelar ao homem por qualquer outra via. As Escrituras são suficientes para quaisquer questões de fé. Por isso criam que as revelações extrabíblicas enfatizadas pelas experiências pessoais eram um desvio da verdade bíblica. Tudo o que o homem precisa saber sobre Deus e sobre si mesmo as Escrituras o revelam, não tendo, portanto, necessidade de uma experiência mística especial. O que basta é a compreensão das Escrituras por meio do estudo hermenêutico correto.

Na concepção reformada, o que existe é a comunicação entre o nosso espírito e o Espírito Santo, que nos guia a toda verdade. Isso Deus faz por meio de nossa comunhão com ele. À medida que nos aproximamos dele com reverência, em oração, lendo sua Palavra, ele nos dá orientações sobre a maneira prudente e sábia de procedermos. As Escrituras respondem às questões existenciais. Ou seja, tudo o que precisamos saber sobre quem somos, o que fazemos aqui nesse mundo e para onde vamos está na Bíblia. Por isso ela deve ser “regra de fé e prática”. Não há motivos para dúvidas ou desespero.

Observe o que diz um trecho do parágrafo VI da Confissão de Fé de Westminster:

Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em

tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens [...].²⁹

O consagrado estudioso da Confissão de Fé de Westminster, Chad Van Dixhoorn (2017:38), comentando o tópico da Confissão que trata da autoridade das Escrituras, escreveu: “Uma vez que ela é uma palavra vinda de Deus, devemos considerá-la como doutrina destinada à nossa instrução. É a autoridade divina da Bíblia que nos chama a usar esse livro de tal maneira que sejamos reprovados e corrigidos pelos ensinamentos dele”³⁰. Um ensino que pretende ser qualitativo deve considerar, primeiramente, a ordem sagrada de buscar o conhecimento onde de fato ele está: na sabedoria que vem do alto.

Por acaso, não clama a Sabedoria? E o Entendimento não faz ouvir a sua voz? A Sabedoria se coloca no topo dos lugares elevados, junto ao caminho, nas encruzilhadas das veredas. Junto aos portões, à entrada da cidade, à entrada dos portões ela está gritando: “É para vocês, homens, que eu clamo; e a minha voz se dirige aos filhos dos homens. Vocês, ingênuos, entendam a prudência; e vocês, tolos, entendam a sabedoria. Escutem, pois falarei coisas excelentes; os meus lábios dirão o que é reto. Porque a minha boca proclamará a verdade; os meus lábios detestam a maldade. Todas as palavras da

²⁹ O teólogo contemporâneo reformado John F. MacArthur Jr afirma: “Quando a inspiração das Escrituras depende de experiências subjetivas, e quando a Bíblia não é a última palavra, o que acontece? Não há autoridade bíblica! Você pode receber tanta “revelação” das coisas que estão sendo escritas e ditas hoje quanto se recebe da Bíblia (...) Deveremos ir além da razão e da experiência da Palavra de Deus? Ir a um “conhecimento além do conhecimento” é ir além da Palavra revelada de Deus. A Bíblia tem certeza. A Palavra de Deus dá sabedoria. Por que ir além da sabedoria? A Palavra nos basta. O Espírito nos basta. Jesus nos basta. Porém, os carismáticos ficam dizendo: “Temos que conseguir mais”. Mas as revelações extrabíblicas *sempre* conduzem ao erro”. (p. 26, 27). E ainda continua asseverando que “Os reformadores salvaram o Cristianismo do erro extrabíblico com seu clamor “Sola Scriptura” (somente as Escrituras). Agora, das fileiras carismáticas vem o grito “Escrituras e mais alguma coisa – palavras proféticas, novas revelações de Deus!” Mas a igreja do século vinte não pode entregar-se a uma teologia que dá à tradição e à experiência pesos iguais aos que dá às Escrituras. Não podemos subestimar ou diminuir a unicidade da revelação de Deus na Bíblia. Não podemos abandonar “Sola Scriptura” sem desafiar o que a própria Bíblia diz de si mesma. Se ousarmos insistir que estamos recebendo revelações de Deus iguais ou além das Escrituras, caminhamos por um terreno perigoso que só pode levar ao caos teológico e ao desastre espiritual”. (p. 33) (MACARTHUR JR. John F. *Os Carismáticos*. 2 ed. São Paulo: Fiel, 1988).

³⁰ DIXHOORN, Chad Van. *Guia de estudos da Confissão de Fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

minha boca são justas; não há nelas nenhuma coisa torta, nem perversa. Todas são retas para os que têm compreensão e justas, para os que acham o conhecimento. Aceitem o meu ensino, em vez da prata, e o conhecimento, em lugar do ouro escolhido. Porque a sabedoria é melhor do que as jóias, e tudo o que se possa desejar não se compara com ela. (Provérbios 8:1-11 – NAA)

A HERMENÊUTICA DE JOÃO CALVINO

Calvino e sua época

João Calvino (1509-1564) foi um reformador de segunda geração. Calvino nasceu em 10 de julho de 1509, em Noyon, na Picardia, uma cidade da França. Filho de Gérard Cauvin, assistente administrativo do bispo de Noyon, Charles de Hangest, e Jeanne Leafranc, filha de um dono de hospedaria, mulher bonita e piedosa³¹.

Provavelmente por intermédio de Gérard Cauvin, Calvino tinha boas relações com a aristocracia francesa da época. Embora não fosse aristocrata de linhagem, o era por influência. Ainda criança, com 12 anos, recebeu do bispo de Noyon um benefício. Este benefício garantia a entrada de Calvino nas ordens menores e o levava ao relacionamento com as tarefas eclesiásticas, o que o fez clérigo e o habilitou para receber a tonsura. Era uma espécie de bolsa de estudos que garantiu a Calvino a continuidade de seus estudos.

Em agosto de 1523, Calvino foi para Paris e matriculou-se no *Collège de la Marche*, dedicando-se à gramática e sintaxe latinas. Seu grande mestre foi o humanista Mathurin Cordier (ou Maturinus Corderius) (1479-1564), *um dos maiores mestres de latim da época, cuja Grammatica Latina ainda estava em uso no século XIX*³². Grande foi a influência de Cordier na vida de Calvino, que levou Calvino a dedicar o seu comentário da Primeira Epístola de Paulo aos Tessalonicenses a ele. Posteriormente, Cordier tornou-se professor de Latim

³¹ GEORGE, Timothy. p. 168.

³² GEORGE, Timothy. p. 169.

na Academia de Genebra a convite de Calvino, cargo que ele exerceu até a sua morte, aos 85 anos, no dia 8 de setembro de 1564, mesmo ano da morte de Calvino.

João Calvino logo se transferiu para o *Collège de Montaigu*³³, fundado em 1314, por Gilles Aicelin, arcebispo de Rouen, e transformado em 1483 numa congregação rígida pela disciplina pedagógica e religiosa. Foi extinto durante a Revolução Francesa e demolido logo após³⁴. Por este colégio passaram Erasmo de Roterdã (1469-1536), Rabelais (c. 1483-1553), Inácio de Loiola (1491-1556) e Noël Beda (1470-1537). Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571), que mais tarde estará no Brasil no chamado incidente da Baía de Guanabara, na França Antártica, em que ele executa os calvinistas franceses, teria cursado latim também neste colégio³⁵.

A localização do *Collège de Montaigu* era bastante desprivilegiada. A área em que o Montaigu estava estabelecido no *Quartier Latin*, que era um conjunto de ruelas sujas e estreitas, que fazia contato com cruzamentos mal-localizados, faculdades, igrejas, capelas, monastérios, hotéis, livrarias e bordéis³⁶. Apesar disso, Calvino foi bem-sucedido nos estudos, mas adquiriu aversão pelo método escolástico de estudar teologia. Ele era contrário a todo tipo de especulação teológica que não conduzia a nada, característica própria do Escolasticismo.

Calvino foi, sem dúvida, o teólogo de maior expressividade e importância no movimento reformado, apesar de ser um reformador de

³³ Alister McGrath apresenta incertezas quanto à passagem de Calvino por alguma faculdade antes do Collège de Montaigu. Ele sugere que referências a Sainte-Barbe e La Marche podem ser inferências incorretas ou malentendidos por parte dos primeiros biógrafos. MCGRATH, Alister. p. 39ss.

³⁴ MCGRATH, Alister. p. 37.

³⁵ Informações retiradas do site:

<http://www.renaissance-france.org/rabelais/pages/universite3.html>, acessado em 28 de outubro de 2006.

³⁶ MCGRATH, Alister. p. 45.

segunda geração. A. McGrath (2004:47)³⁷ admite que essa relevância de Calvino tem a ver com a consolidação e com a expansão do movimento reformado produzida por ele, especialmente por meio das *Institutas*, no período de 1536-1564, ano de sua morte.

Não é à toa que o termo *calvinismo* passou a representar uma sinonímia com a Reforma Protestante do século XVI, embora, como qualquer outro termo de definição estrita, receba concepções diferenciadas, ou efeitos de sentido diversos, no correr da história. O termo *calvinismo*, ao que parece, foi apresentado, inicialmente, por Joachim Westphal, um polemista luterano, que se referiu, especificamente, aos conceitos teológicos dos reformadores na Suíça, com destaque para João Calvino³⁸. É interessante, portanto, anotar que a relevância do termo *calvinismo* decorre, especificamente, dos conceitos teológicos defendidos por Calvino, não tendo, pois, nenhuma relação direta com efeitos de sentido políticos. Sabemos que, posteriormente, surgirá o sociólogo Max Weber que apresentará a tese de que a ética do protestantismo calvinista é a geradora do sistema econômico capitalista. Nega-se, porém, em Weber, que o seu estudo foi produzido a partir das leituras dos puritanos, cerca de 200 anos depois de Calvino, que já não refletia muito bem a teologia *calvinista* com propriedade. A prova disso é que o próprio Weber não cita as fontes originais de Calvino a partir das *Institutas* e de seus comentários às Escrituras Sagradas.

Pressupostos da Hermenêutica de Calvino

O Sensus Divinitatis e o Semens Religionis – a questão do essencialismo e do existencialismo

³⁷ MCGRATH, Alister E. *The Intellectual Origins of the European Reformation*. 2 ed. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2004.

³⁸ MCGRATH, idem. p. 9.

Na visão calvinista, a religião verdadeira parte de Deus e não do homem. Para João Calvino (1999:7), a religião é instintiva no ser humano, porque Deus implantou no homem um *sensus divinitatis* que naturalmente o direciona ao sagrado e à divindade. A religião não é, para João Calvino, o ópio do povo, como pensava Karl Marx, mas uma consciência natural e direcionada de que existe um Deus e uma história planejada, cujos eventos são, às vezes, superracionais.

Nas *Institutas*, Calvino afirma:

Que existe na mente humana, e na verdade por disposição natural, certo senso da divindade, consideramos como além de qualquer dúvida. Ora, para que ninguém se refugiasse no pretexto de ignorância, Deus mesmo infundiu em todos certa noção de sua divina realidade, da qual, renovando constantemente a lembrança, de quando em quando instila novas gotas, de sorte que, como todos a uma reconhecem que Deus existe e é seu Criador, são por seu próprio testemunho condenados, já que não só não lhe rendem o culto devido, mas ainda não consagram vida a sua vontade.

Nesse sentido, Calvino reconhece que o homem foi criado por Deus, possuindo, portanto, uma essência. Partindo desse pressuposto, Calvino entendia que nada estava fora dos planos divinos. Essa é a razão pela qual a religião não é fruto da invenção humana, mas reflexo daquilo que Deus mesmo implantou no homem, por meio de sua imagem. A religião, portanto, é a fé aliada a sério temor de Deus, de modo que o temor não só em si contém reverência espontânea, mas ainda traz consigo a legítima adoração³⁹.

Comentando a Epístola de Paulo aos Romanos, Calvino afirma que Deus mesmo infundiu no homem o conhecimento de si mesmo. Essa assertiva aponta para o fato de que não existe mundo sem Deus; além disso, assume que o mundo não foi criado por meios fortuitos, mas segundo a vontade de seu Criador. Calvino chama essa imagem produzida de *specula seu spectacula* – o espelho ou a representação. Ele conclui:

³⁹ CALVINO, João. *As Institutas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006: p. 46.

Aquele que é o autor de todas as coisas deve necessariamente ser sem princípio e incriado. Ao fazermos tal descoberta sobre Deus, sua divindade se descortina diante de nós, e esta divindade só existe quando acompanhada de todos os atributos divinos, visto que todos eles se acham incluídos nesta divindade.⁴⁰

O Lugar das Escrituras – o problema da interpretação hermenêutica

Para João Calvino, as Escrituras são a Palavra de Deus – palavra de autoridade e definitiva; inquestionável e infalível. Comentando o clássico texto de 2 Timóteo 3.15, Calvino apresenta sua teologia das Escrituras da seguinte forma:

Toda a Escritura – ou “a totalidade da Escritura”, embora não faça nenhuma diferença no sentido. Ele agora explica mais plenamente sua breve recomendação. Primeiro, recomenda a Escritura por causa de sua autoridade; e, a seguir, por causa do benefício que dela advém. Para asseverar sua autoridade, ele ensina que ela é inspirada por Deus. Porque, se esse é o caso, então fica além de toda e qualquer dúvida que os homens devem recebê-la com reverência. Eis aqui o princípio que distingue nossa religião de todas as demais, ou seja: sabemos que Deus nos falou e estamos plenamente convencidos de que os profetas não falaram de si próprios, mas que, como órgãos do Espírito Santo, pronunciaram somente aquilo para o qual fora do céu comissionados a declarar. Todos quantos desejam beneficiar-se das Escrituras devem antes aceitar isso como um princípio estabelecido, a saber: que a lei e os profetas não são ensinados passados adiante ao bel-prazer dos homens ou produzidos pelas mentes humanas como sua fonte, senão que foram ditados pelo Espírito Santo.⁴¹

Calvino lança, portanto, as bases reformadas para admitir que a Escritura não é produto da mente humana, mas a revelação direta do próprio Deus. E esse é um dos fundamentos mais importantes da teologia reformada, talvez mesmo o mais importante, considerando que toda a estruturação

⁴⁰ CALVINO, João. *Romanos*. 2 ed. São Paulo: Parakletos, 2001. p. 64.

⁴¹ CALVINO, João. *As Pastorais*. São Paulo: Parakletos, 1998. p. 262.

teológica depende da autoridade das Escrituras. Se as Escrituras deixam de trazer em si mesmas a prerrogativa de autoridade, os homens podem alterar o seu conteúdo, o que para Calvino seria pecado dos mais graves. As Escrituras são a regra de vida e única forma de o homem conhecer Deus. As Escrituras são os óculos por meio dos quais o homem consegue ver a realidade do mundo e, por consequência, de si mesmo.

Nas *Institutas*, Calvino afirma:

Ora, visto que ele via a mente de todos ser arrastada para cá e para lá em agitação errática e instável, depois que elegeram os judeus para si por povo peculiar, cercou-os de sebes, de todos os lados, para que não se extraviassem à maneira dos demais. Nem em vão nos retém ele, mediante o mesmo remédio, no puro conhecimento de si mesmo; pois, de outra sorte, bem depressa se diluíram até mesmo aqueles que, acima dos demais, parecem manter-se firmes. Exatamente como se dá com pessoas idosas, ou enfermas dos olhos, e tatos quantos sofram de visão embaçada, se puseres diante delas mesmo um vistoso volume, ainda que reconheça ser algo escrito, contudo mal poderão ajuntar duas palavras; ajudadas, porém, pela interposição de lentes, começarão a ler de forma distinta. Assim a Escritura, coletando-nos na mente conhecimento de Deus que de outra sorte seria confuso, dissipada a escuridão, nos mostra em diáfana clareza o Deus verdadeiro. [Sublinhado meu].⁴²

As Escrituras são o único escudo a nos proteger do erro. Em razão de a tendência humana ser a inclinação para o esquecimento de Deus e, portanto, inclinado, naturalmente, ao erro, Deus mesmo se revelou nas Escrituras, a fim de que ela seja a luz para o caminho do homem (Salmos 119.105). Calvino afirma que

Como sobejamente assim se evidencia, Deus proveu o subsídio da Palavra a todos aqueles a quem quis, a qualquer tempo, instruir eficientemente, porque antevia ser pouco eficaz sua efigie impressa na formosíssima estrutura do universo. Portanto, necessário se nos

⁴² CALVINO, João. *As Institutas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. p. 71.

faz trilhar por esta reta vereda, caso aspiremos, com seriedade, à genuína contemplação de Deus.⁴³

Parte daí que a autoridade da Escritura não está depositada na igreja nem em indivíduos em particular, mas em Deus mesmo que é o seu autor. Esta tese de Calvino foi contestada na modernidade, especialmente pelo liberalismo que atribuiu à Escritura um poder dependente do homem. Hans-Georg Gadamer (2002:274-278)⁴⁴, por exemplo, apresenta a tese de que a unicidade das Escrituras é ultrapassada. Elas não podem mais ser interpretadas como um texto único que contém uma só verdade e que destila aos indivíduos em particular um todo de conceitos que deve ser aplicado individualmente. Ao contrário, para Gadamer, não há nenhuma diferença entre a hermenêutica bíblica e a profana, pois há uma só hermenêutica, que compreende toda a atividade da historiografia, inclusive para contestar textos autoritários, como é o caso das Escrituras.

A Confissão de Fé de Westminster, evidenciando a razão pelo qual os reformados creem na revelação especial pela Palavra, afirma:

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus. – 1Tm 3.15; 1Jo 2.20,27; Jo 16.13-14; 1Co 2.10-12”

Assim, podem-se perceber quais os principais objetivos de Deus ao inspirar as Escrituras, de acordo com os reformados:

1. Revelar-se ao homem;

⁴³ CALVINO, João. *Ibidem*. p. 73.

⁴⁴ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2002.

2. Mostrar ao homem a sua vontade;⁴⁵
3. Melhor propagação e preservação da verdade;
4. Seguro estabelecimento e conforto da Igreja;
5. Proteção da Igreja contra a corrupção da carne, satanás e o mundo.

Textos-prova apresentados pela Confissão de Fé de Westminster: Sl 19.1-4; Rm 1.19,20; Rm 2.14,15; Rm 1.32; 1Co 1.21; 1Co 2.9-14; Rm 10.13,14; Hb 1.1,2; Gl 1.11,12; Dt 4.12-14; Lc 24.27; 2Tm 3.16; Rm 15.4; 2Pe 3.15,16; Lc 16.29-31; Hb 2.1-3; 2Pe 1.10.

A necessidade de testemunho do Espírito Santo – o problema da autossuficiência

O entendimento e a aplicação das Escrituras de modo correto dependem da iluminação do Espírito Santo. O homem não tem condições de interpretá-la por si mesmo, mas somente a partir do testemunho do Espírito Santo falando ao seu espírito e ao seu coração.

A Bíblia é autenticada pelo Espírito. Calvino afirma que

... a credibilidade da doutrina não se firma antes que ela nos persuada além de toda dúvida de que seu autor é Deus. Daí, a suprema prova da Escritura se estabelece reiteradamente da pessoa de Deus falando nela... Não obstante respondo que o testemunho do Espírito é superior a toda razão. Ora, assim como só Deus é idônea testemunha de si mesmo em sua Palavra, também assim a Palavra não logrará fé nos corações humanos antes que seja neles selada pelo testemunho interior do Espírito. Portanto, é necessário que o mesmo Espírito que falou pela boca dos profetas penetre em

⁴⁵ O rev. Dr. Heber Carlos de Campos afirma: “As noções que tivermos do Ser Divino e de suas obras serão o fundamento para todas as outras doutrinas da fé cristã. Tudo o que estudarmos em teologia estará associado à nossa concepção de Deus. O que cremos sobre Deus determinará os nossos padrões de moralidade, porque a Palavra de Deus é o padrão de moralidade. Tudo o que viermos a saber sobre Deus determinará todos os outros relacionamentos nos vários campos da teologia” (CAMPOS, Heber Carlos de. *O Ser de Deus e os seus atributos*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999. p. 12).

nosso coração, para que nos persuada de que eles proclamaram fielmente o que lhes fora divinamente ordenado.⁴⁶

Mais à frente, Calvino continua atestando a relação entre as Escrituras e o Espírito Santo, demonstrando que não há pode haver o verdadeiro entendimento da realidade sem a mediação do Espírito Santo de Deus:

Portanto, que se tome isso por estabelecido: aqueles a quem o Espírito Santo interiormente ensinou aquiescem firmemente à Escritura, e esta é indubitavelmente *αὐτό πιστον* [autopiston – autenticada por si mesma]; nem é justo que ele se sujeite a demonstração e arrazoados, porquanto a certeza que ela merece de nossa parte a obtemos do testemunho do Espírito. Pois, ainda que, e sua própria majestade, evoque espontaneamente reverência para si, todavia por fim nos afeta seriamente, visto que nos foi selada no coração por meio do Espírito. Portanto, iluminados por seu poder, já não cremos que a Escritura procede de Deus por nosso próprio juízo, ou pelo juízo de outros; ao contrário, com a máxima certeza, não menos se contemplássemos nela a majestade do próprio Deus, concluímos, acima do juízo humano, que ela nos emanou diretamente da boca de Deus, por meio do ministério humano.⁴⁷

A Confissão de Fé de Westminster, tratando da necessidade do testemunho do Espírito Santo para a interpretação da Bíblia, afirma que é necessária a iluminação do Espírito Santo para compreendermos as Escrituras no que concerne à salvação (Jo 6.45; Jo 16.13,14; 1Co 2.6,9,10,12). Veja parte do parágrafo V: “[...] a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da **operação interna do Espírito Santo**, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações” (grifos nossos).

A Graça Comum – a questão da verdade – o problema do relativismo e da síntese hegeliana

⁴⁶ Institutas, p. 78,79.

⁴⁷ Institutas, p. 79,80.

O quarto princípio que relacionamos neste trabalho é o da *graça comum*. Por este princípio, Calvino estabelece que todos os homens têm a compreensão da divindade, pelo *sensus divinitatis*, por meio da obra da criação e das bênçãos decorrentes de Deus para todos os homens. Calvino afirma que a verdade existe, e esta verdade é Deus. Ela não está condicionada às interpretações do homem, porque este interpreta a realidade de modo distorcido.

A graça comum é fruto da providência de Deus sobre todos os homens, preservando-lhes de seus próprios impulsos. Deus, o Criador, preserva a natureza e as ações dos homens, a fim de que nada ocorra sem o seu decreto. Daí decorre que o que rege o mundo não é o acaso, como propôs o existencialismo, mas o próprio Deus, que é a causa primeira de todas as coisas. Ele faz tudo quanto quer. Nada foge ao seu querer e à sua ação. Calvino resume da seguinte forma:

Se alguém cai nas garras de assaltantes, ou de animais ferozes; se do vento a surgir de repente sofre naufrágio no mar; se é soterrado pela queda da cada ou de uma árvore; se outro, vagando por lugares desertos, encontra provisão para a sua fome; arrastado pelas ondas, chega ao porto; escapa milagrosamente à morte pela distância de apenas um dedo; todas essas ocorrências, tanto prósperas, quanto adversas, a razão carnal as atribui à sorte. Contudo, todo aquele que foi ensinado pelos lábios de Cristo de que todos os cabelos da cabeça lhe são contados [Mt 10.30], buscará causa mais remota e terá por certo que todo e qualquer evento é governado pelo conselho secreto de Deus.⁴⁸

Se para Hegel, a verdade é relativa e a impressão do mundo e da realidade são subjetivas, para Calvino a verdade existe, está em Deus e é revelada por meio das Escrituras, a fim de que o homem perceba o governo de Deus no mundo, em sua própria vida, na realidade já estabelecida e que se cumpre na existência do homem diariamente.

R. Hooykaas (2021:153) afirmou sobre o pensamento de Calvino:

⁴⁸ Institutas, p. 193.

O método exegético de Calvino baseava-se na doutrina protestante segundo a qual a mensagem religiosa da Bíblia é acessível a todos. O Espírito de Deus, afirmava Calvino, abriu uma escola comum a todos e, portanto, escolheu assuntos inteligíveis para todos. Moisés foi consagrado mestre tanto dos incultos como dos letrados; tivesse ele falado de coisas geralmente desconhecidas, as pessoas iletradas poderiam ter alegado, como desculpa, que esses assuntos estavam além de sua capacidade; por essa razão, Moisés “procurou adaptar seus escritos ao uso comum”. A Bíblia era, portanto, um “livro para leigos”; “aquele que desejasse aprender astronomia, ou outras artes recônditas, que fosse a outros lugares”.

As principais implicações da Hermenêutica de Calvino e suas relações com a educação cristã

- a. A visão da realidade e do real – a realidade existe. Não é mero produto da fenomenologia humana. Não se trata de uma instituição social, solidificada por meio de tradição. A religião não é uma expressão da cultura, mas a realidade de Deus sentida e vivenciada por todos os homens, sem distinção. A realidade é criada por Deus e percebida pelos seres humanos, a partir de Deus, na sua Palavra, a Bíblia. O astrônomo, por exemplo, que contempla o céu com o objetivo de estudá-lo, deve levar em consideração o que afirma o salmo 19.1: “Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras de suas mãos”. A Bíblia não é um livro de ciências, obviamente. Mas ela diz ao homem que, por trás de toda a dimensão ainda insondável do Universo, há um Deus que criou todas as coisas: “No princípio, criou Deus os céus e a terra” (Gênesis 1.1). O cristão entende que “pela fé, entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem” (Hebreus 11.3). Para o calvinismo, a realidade existe porque “no princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas

por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez” (João 1.1-3).

- b. O problema da Epistemologia – é possível o conhecimento das coisas a partir da revelação de Deus nas Escrituras. O conhecimento da realidade se dá a partir de Deus. Os óculos com os quais lemos o mundo são as Escrituras, a Palavra de Deus, que é finalmente identificada com o próprio Jesus Cristo. Por meio do Verbo de Deus, Jesus Cristo, a eterna Palavra, nós identificamos a realidade ao nosso redor e entendemos nossa própria existência. O apóstolo Paulo escreveu aos crentes em Colossos: “Ele [Jesus Cristo] é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste”. Os objetos de conhecimento não são fatos brutos que ganham significado a partir da interpretação do ser humano. Os objetos do saber foram intencionalmente interpretados por Deus e revelados aos seres humanos.
- c. A questão dos fatos – a história é dirigida por Deus. Não entram aqui as filosofias do acaso nem as teorias científicas dos absurdos. Deus é o criador do mundo e de todas as coisas. Sendo assim, ele dirige o mundo e a sua história. Contrariamente ao Deísmo, que apregoa um deus distante do mundo criado, o Deus pregado por Calvino é presente na realidade do mundo; ele age de modo não-presciente, mas atual e eficazmente; universal e particularmente. A história não é um acumulado de experiências, mas a realização de um decreto real escrito por Deus antes dos tempos eternos.
- d. O problema do mal – Deus é o controlador do mal. Alguns temem atribuir a Deus a causa do mal. Entretanto, entendendo estritamente a teologia de Calvino, podemos concluir que Deus, sendo soberano e tendo criado todas as coisas, não poderia ter sido surpreendido pelo mal. Nesse

sentido, o sofrimento deve ser visto como parte da providência de Deus de governar todas as coisas, inclusive as ações más dos homens. Chad Van Dixhoorn (2017:98) escreveu ao comentar a Confissão de Fé de Westminster acerca da providência de Deus o seguinte: “Deus governa todas as coisas, até mesmo o pecado. Ele assim faz para os seus mais santos fins. Graças sejam dadas a ele. Um dos propósitos dele é nos salvar quando pecamos ou sofremos. Outro propósito é nos castigar quando desviamos. No entanto, não importa como entendamos a providência divina sobre o pecado, temos que perceber que a verdadeira pecaminosidade das pessoas e situações procede ‘tão somente da criatura’, nunca do criador. Deus é santíssimo, Deus é justíssimo. Ele não era, não é, e não será o autor do pecado. Ele não aprovou, não aprova e nunca aprovará o pecado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi exposto, acreditamos que as teses principais defendidas pela hermenêutica de João Calvino e, conseqüentemente, pelos reformadores, e que podem ser aplicadas à educação são:

- a. O fim para o qual o homem foi criado é “glorificar a Deus e gozá-lo para sempre” (Breve Catecismo de Westminster, pergunta 1). Sendo assim, o propósito de todas as coisas que fazemos deve ser glorificar a Deus, que é também conhecê-lo como ele se revela na sua Palavra. Portanto, toda educação deve visar o conhecimento de Deus. Nesse sentido, a educação verdadeira se volta sempre para as Escrituras Sagradas e busca nelas o sentido da realidade de todas as coisas. Conhecer a Deus é o princípio de todo conhecimento: “O temor do Senhor é o princípio do saber, mas os loucos desprezam a sabedoria e o ensino” (Provérbios 1.7). “O temor do Senhor é o princípio da sabedoria; revelam prudência todos os que o praticam. O seu louvor permanece para sempre” (Salmo 111.10).

- b. A educação deve, portanto, retornar às Escrituras Sagradas como *“inspiradas por Deus, útil para o ensino, para a correção, para a repreensão, para a educação na justiça...”* (2Tm 3.15). A educação qualitativa será sempre a educação que considera a Bíblia como ferramenta hermenêutica do mundo. O aprendizado tem a ver com o conhecimento da verdade, que é Cristo. Portanto, a única forma de “aprender” de fato é se dedicar àquilo que está revelado nas Escrituras, “pois em ti está o manancial da vida; na tua luz, vemos a luz” (Salmo 36.9).
- c. A educação deve considerar a realidade do mundo como governada e dirigida por Deus. Todos os atos dos homens não são meros acasos, mas ações decretivas de Deus que faz tudo em todas as pessoas, sociedades e culturas. Os pressupostos da ciência, por exemplo, não devem ser vistos como contrários às Escrituras. Devemos entender que a verdade de Deus, onde quer que ela exista, deve ser exaltada como verdade, que é de Deus. “Tu, SENHOR, preservas os homens e os animais” (Salmo 36.6).
- d. A educação deve se desenvolver a partir de uma cosmovisão cristã, de modo que as pessoas sejam fiéis a Deus nas mínimas coisas que realizarem. Não se pode aceitar a dicotomia medieval de que há coisas sacras e outras profanas, necessariamente. Existem coisas que agradam a Deus e outras que não o agradam. É preciso separá-las, a fim de optar pela realidade das Escrituras. O objetivo da educação é moldar o caráter das pessoas, a fim de que elas se conformem à moralidade de Jesus Cristo. Educar não é transmitir conhecimentos, mas transformar o caráter. Como afirmou o apóstolo Paulo: “Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus, o qual a si mesmo se deu por

nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade e purificar, para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras” (Tito 2.11-14).

- e. A educação deve romper com todo relativismo proposto pela pós-modernidade. Existe um Deus. Existe a verdade, e ela é absoluta. A educação não pode partir do pressuposto de que cada um constrói sua própria verdade. Isso não é verdade. A verdade existe e ela pode ser conhecida. O papel do educador é mais do que um facilitador. O educador é alguém que educa de fato e apresenta ao educando o conhecimento da verdade, a partir da interpretação correta. A educação genuína e não relativista declara como o salmista: “Aborreço a duplicidade, porém amo a tua lei” (Salmo 119.113).
- f. A educação deve romper com o subjetivismo latente e que ignora a realidade unificada das Escrituras. O humanismo produziu o subjetivismo que coloca sobre o sujeito toda a interpretação relativa da realidade. Mas a educação deve promover um retorno à ideia de que a verdade existe e ela deve ser conhecida. O objeto do saber tem significado. Cada significado de cada coisa que existe é dado por Deus. Portanto, esse significado deve ser conhecido em Deus, que é o criador e significador de todas as coisas. “Conforme os teus juízos, assim tudo se mantém até hoje; porque ao teu dispor estão todas as coisas” (Salmos 119.91).
- g. A educação deve romper com o tradicionalismo cego ou a ortodoxia morta que sugere obediência alucinada às tradições sem o verdadeiro exame das Escrituras. A educação deve sempre nos conduzir ao exame profundo das Escrituras. O exame profundo das Escrituras nos revelará o verdadeiro conhecimento e o entendimento. As verdades de Deus são eternas e duráveis: “Quanto às tuas prescrições, há muito sei que as estabeleceste para sempre” (Salmo 119.152).

REFERÊNCIAS⁴⁹

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1970.
- ALVES, Rubem. *O Que é Religião*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ALVES, Rubem. *O Enigma da Religião*. Campinas: Papirus, 1988.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. *Dialogismo e Polifonia Enunciativa*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 1988.
- BRIGHT, J. *The Authority of the O.T.* Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1967.
- BRIGHT, J. *Introdução à Análise do Discurso*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- BAVINCK, Herman. *As maravilhas de Deus: instrução na religião cristã de acordo com a confissão reformada*. São Paulo: Pilgrim Serviços e Aplicações; Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.
- BEEKE, Joel; FERGUSON, Sinclair. *Harmonia das confissões de Fé Reformada*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- CALVINO, Juan. *Institución de la religión cristiana*. 5 ed. Barcelona: Felire, 1999. Tomo I.
- CALVINO, Juan. *Institución de la religión cristiana*. 5 ed. Barcelona: Felire, 1999. Tomo II.
- CALVINO, Juan. *As Institutas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. Vols. 1-4.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Ática, 2005.

⁴⁹ As referências bibliográficas contêm os livros utilizados neste artigo e outros complementares, que não necessariamente foram citados no corpo do texto, mas que julgamos pertinentes para aprofundamento do tema.

- COSTA, Hermisten. *Introdução à educação cristã*. Brasília: Monergismo, 2013.
- DAWSON, Christopher. *A crise da educação ocidental*. São Paulo: É Realizações, 2020.
- DIXHOORN, Chad Van. *Guia de estudos da Confissão de Fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaça. *A Lingüística Textual: Introdução*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. WILSON, Derek. *Reforma. O Cristianismo e o Mundo 1500-2000*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Campinas: Papirus, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal: Veja/Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- GOMES, Davi Charles. PORTELA, F. Solano. *Educação Escolar Cristã: história, conceitos e práticas pedagógicas*. São Paulo: Mackenzie, 2017.
- HOOYKAAS, R. *A religião e o desenvolvimento da ciência moderna*. Brasília: Academia Monergista, 2021.
- IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Manual Presbiteriano*. 10 ed. São Paulo: CEP, 1991a.

- IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *A Confissão de Fé de Westminster, O Catecismo Maior e o Breve Catecismo*. São Paulo: CEP, 1991b.
- KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. São Paulo: Escala, s/d.
- LOPES, Augustus N. Gomes. *A Bíblia e seus intérpretes*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Testos de Comunicação*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *O Discurso Religioso Católico: Um estudo lingüístico do rito matrimonial*. São Paulo: EDUC, 1993.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Analyse Automathique du Discours*. Paris: Dunod, 1969.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.
- RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. São Paulo: O Semeador, 1987.

- RIBEIRO, Boanerges. *Terra da Promessa*. São Paulo: O Semeador, 1988.
- RIBEIRO, Boanerges. *Igreja Evangélica e República Brasileira (1889-1930)*. São Paulo: O Semeador, 1991.
- RIBEIRO, Boanerges. *José Manoel da Conceição e a Reforma Evangélica*. São Paulo: O Semeador, 1995.
- RIBEIRO, Boanerges. *Ser Pastor no Brasil*. São Paulo, 1999.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- VERON, Eliseo. *A Produção de Sentido*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1980.
- VOGT, Carlos. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec/FUNCAMP, 1980.

SOBRE OS AUTORES E AUTORA

Carlos Kleber Araújo de Oliveira é mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2020); possui licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Paraíba (2010); bacharelado em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012); licenciatura plena em Pedagogia (Estácio/2020); especialização em Ciência Política (Estácio/2020) e especialização em História Cultural (Claretiano/2020). Atualmente, está cursando especialização em Educação Cristã Clássica na Faculdade Internacional Cidade Viva. Membro do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/PPED/UNIT). E-mail para contato: carloskleber@live.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3956580260936109>.

Christian Brially Tavares de Medeiros é ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil. Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São. Professor dos Cursos de Teologia e Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. Link de acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4391747834926522>.

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento é doutora em Educação (PUC/SP, 2005). Mestre em Educação (UFS, 2000). Bolsista de Produtividade em Pesquisa em Educação pelo CNPq, desde 2012. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de licenciatura da Universidade Tiradentes desde 2005. Membro da Academia Sergipana de Letras, da Academia Sergipana de Educação, da Academia Brasileira Rotária de Letras/SE, da Academia Brasileira Teológica de Letras/SE. Integra a Diretoria Estadual da Sociedade Bíblica do Brasil/SE. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação/ e da ANPEd. Lidera o Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/CNPq/UNIT. E-mail para contato:

esterfraga@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5387293048319734>
Orcid: 0000-0002-4050-767X.

Lucas Pereira Rezende é mestre e doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2016), possui graduação de Tecnologia em Alimentos pelo Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Bambuí (2006) e graduação em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2015) e pelo Seminário Teológico JMC (2014). Atualmente é professor da Faculdade Teológica da Trindade. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Teologia Sistemática, e na área de Tecnologia de Alimentos com ênfase em Tecnologia de Laticínios e Controle de Qualidade. E-mail para contato: lucaspereirarezende@hotmail.com; Link de acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5324526287887292>.

Marcel Mendes é doutor em História Social (USP-2005), mestre em Educação, Arte e História da Cultura (Mackenzie-1999) e engenheiro civil (Mackenzie-1971). É membro titular das seguintes entidades: Núcleo de Estudos Avançados da UPM, Núcleo de Estudos do Protestantismo, Conselho Editorial da Editora Mackenzie, Comitê Técnico-Científico do Mackpesquisa, Academia Mackenzista de Letras, Instituto de Engenharia e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. É Servidor Emérito do Instituto Presbiteriano Mackenzie, desde 2004. E-mail para contato: marcel.mendes@mackenzie.br; Link de acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6182477842336805>.

Robson do Boa Morte Garcez é mestre em Comunicação e Letras (Universidade Presbiteriana Mackenzie/UPM), São Paulo; com pesquisa na análise do discurso jurídico e sua argumentação; mestre em Ciências da Religião (UPM, 2007 - Sociedade, Religião e Cultura: a Presença Protestante na Vida Intelectual do País; Liberdade Religiosa); licenciatura plena em Filosofia (UNIFAI, São Paulo, 1995); bacharel em Direito (UPM, São Paulo,

1994); especialista em Direito Constitucional (CÉU - IICS, São Paulo, 2003); bacharel em Teologia (Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, São Paulo-SP, 1988); pós-graduado (Especialização) em Diplomacia e Empreendedorismo Corporativo (FIA-Fundação Instituto de Administração, 2020-2021). Desde 2013, é membro do GERAR - Grupo de Estudos de Retórica e Argumentação da FFLCH-USP, no subgrupo do Discurso Jurídico; desde 2018, é membro do RELICON - Grupo de Estudos de Religião, Linguagem e Confessionalidade do Centro de Teologia, Educação e Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Desde 2020, é membro do Comitê Civil da Frente Parlamentar em Apoio à Liberdade Religiosa na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ministro presbiteriano (IPB, 1990), advogado e professor. E-mail para contato: bobgarcez@uol.com.br.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Alexandre Ribeiro Lessa é bacharel em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade Integrada Olga Mettig (BA); bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Reverendo José Manoel da Conceição (SP) e também pela Faculdade Unida de Vitória (ES); graduado em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira (BA); pós-graduações Lato Sensu: Docência do Ensino Superior pela Universidade Nove de Julho (SP); Educação Cristã pela Unigrad; Docência do Ensino em Metodologias Ativas e EAD pela Unigrad (cursando); mestrado (incompleto) em Teologia pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie - Centro de Pós-graduação Andrew Jumper (SP); mestre e doutor em Memória: Linguagem e Sociedade (Memória e Discurso Religioso em Diferentes Narrativas) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com tese versando sobre o Pacto de Lausanne e a Teologia da Missão Integral. Tem experiência nas seguintes áreas: Teologia, Administração, Educação e Docência, Estudos da Memória: Linguagem e Sociedade, Análise de Discurso Francesa, Filosofia e Ciências Sociais. Atualmente é professor na Faculdade Internacional de Teologia Reformada (FITRef); na UNIGRAD Pós-graduação e Extensão e na Faculdade Sudoeste da Bahia (FASU). E-mail: alexandrelessa@gmail.com. Orcid: 0000-0002-4558-4586.

José Normando Gonçalves Meira é bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul, extensão Belo Horizonte (1985), licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1999). Possui mestrado em História (História e Culturas Políticas) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). É doutor em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no programa "Educação: História, Política, Sociedade" (2009). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES nas áreas de Pesquisa Aplicada à Educação (Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais) e História da Educação (Departamento de História). É vinculado ao quadro permanente de

docentes do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMONTES. Tem experiência nas seguintes áreas: Educação (com ênfase em Metodologia da Pesquisa em Educação e História da Educação), Teologia (com ênfase em História da Igreja) História (com ênfase em História das Ideias Políticas). E-mail: jose.meira@unimontes.br. Orcid: 0000-0003-1105-4322

Wendell Lessa Vilela Xavier é doutor e mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui graduação em Filosofia e em Letras pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (2002), além de bacharelado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (2007), instituição dirigida pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Professor Efetivo do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Possui vasta experiência em Revisão Ortográfica de publicações teológicas. Estuda e desenvolve pesquisas relacionadas, especialmente, às seguintes áreas: Cosmvisão Reformada, Análise do Discurso, Historiografia Linguística, Filosofia da Linguagem, Filosofia do Direito e Teologia Filosófica. E-mail: wendell.xavier@ifnmg.edu.br. Orcid: 0000-0002-7955-2785.

